

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA**

**MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA MOULIN**

**O LADO NÃO POLIDO DO MÁRMORE E GRANITO: a produção  
social dos acidentes de trabalho e suas conseqüências no setor de  
rochas ornamentais no sul do Estado do Espírito Santo**

**Rio de Janeiro**

**2006**

**MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA MOULIN**

**O LADO NÃO POLIDO DO MÁRMORE E GRANITO: a produção social dos  
acidentes de trabalho e suas conseqüências no setor de rochas ornamentais  
no sul do Estado do Espírito Santo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio  
Arouca (ENSP/FIOCRUZ), como requisito parcial  
para obtenção do grau de doutor em Saúde  
Pública

Orientador: Prof.Dr. Carlos Minayo-Gomez

**Rio de Janeiro**

**2006**

## Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M9261 Moulin, Maria das Graças Barbosa, 1960-  
O lado não polido do mármore e granito : a produção social dos  
acidentes de trabalho e suas conseqüências no setor de rochas ornamentais  
no sul do Estado do Espírito Santo / Maria das Graças Barbosa Moulin. –  
2006.

136 f.

Orientador: Carlos Minayo-Gomez.

Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de  
Saúde Pública Sérgio Arouca.

1. Saúde e trabalho. 2. Acidentes do trabalho. 3. Administração de  
risco. 4. Saúde pública - Espírito Santo (Estado). 5. Rochas ornamentais -  
Espírito Santo (Estado). 6. Qualidade de vida no trabalho. 7. Segurança do  
trabalho. I. Minayo-Gomez, Carlos. II. Fundação Oswaldo Cruz. Escola  
Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. III. Título.

CDU: 614

---

**MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA MOULIN****O LADO NÃO POLIDO DO MÁRMORE E GRANITO: a produção social dos  
acidentes de trabalho e suas conseqüências no setor de rochas ornamentais  
no sul do Estado do Espírito Santo**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ) como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor, tendo sido julgado pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Aprovada em 29 de março de 2006.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.Dr. Carlos Minayo-Gomez  
Instituição: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)  
Orientador

---

Prof.Dr. Luiz Henrique Borges  
Instituição: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de  
Misericórdia (EMESCAM)

---

Prof.Dra. Marilene Affonso Romualdo Verthein  
Instituição. Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof.Dra. Brani Rozemberg  
Instituição: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

---

Prof.Dra. Silvana Mendes Lima  
Instituição: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Ao meu filho Lucas Moulin Santos.

Na esperança de que compreenda que, embora as rupturas afetivas forjadas pelo meu trabalho e a distância das pessoas queridas causem sofrimento, não se perdem amigos, porque amor e amizade apenas somam.

Na esperança de que este estudo contribua para a construção de um mundo do trabalho mais digno e de uma vida mais solidária que, ambiciono, será seu futuro.

## AGRADECIMENTOS

*A todos os entrevistados que gentilmente me abriram suas casas e generosamente abriram seus corações contando suas histórias, seus tropeços e sua luta.*

*Aos sindicalistas Messias Pizeta, Antonio Carlos Oliveira e Gildo Abreu, pelas ajuda estratégica, confiança, presteza e carinho com que sempre me recebem.*

*Ao companheiro de estradas poeirentas e calorentas, Anselmo Portela Moulin.*

*Ao orientador deste trabalho, Prof. Dr. Carlos Minayo-Gómez.*

*Às Profas. Brani Rozemberg e Sílvia Jardim, pelo trabalho encorajador durante a qualificação.*

*À Sílvia Jardim, amiga do trabalho da vida, pelo caminho que traçamos com trocas afetivas e intelectuais, sempre positivas.*

*Ao amigo e Prof. Carlos Machado Freitas, pela escuta paciente e sugestões fundamentais, sem as quais seria muito difícil concluir este trabalho.*

*Ao amigo e Prof. Luiz Henrique Borges, que reorientou dores, em horas difíceis, em pleno verão. Obrigada pelo trabalho e pelo carinho, fundamentais para terminar a tese.*

*Ao amigo e Prof. Lídio de Souza, pela disponibilidade naqueles momentos de precisão.*

*A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, uns providenciando documentos, contatos, localizando monografias perdidas, escutando os problemas, torcendo, e outros, com orações, naqueles momentos em que as viúvas me ensinaram que “só Deus!”.*

*À minha mãe (in memoriam), que tanto encorajou que estudássemos; ela, que nunca sentou em um banco escolar, soube calcular, com a própria precisão, as condições simbólicas necessárias para que enfrentássemos o século XXI.*

*A Palavra Mágica*

Certa palavra dorme na sombra  
de um livro raro.  
Como desencantá-la?  
É a senha da vida  
a senha do mundo.  
Vou procurá-la.

Vou procurá-la a vida inteira  
no mundo todo.  
Se tarda o encontro, se não a encontro,  
não desanimo,  
procuro sempre.

Procuro sempre, e minha procura  
ficará sendo  
minha palavra.

(Carlos Drummond de Andrade)

## RESUMO

O estudo investiga a origem e as conseqüências sociais de acidentes de trabalho fatais e incapacitantes no setor de rochas ornamentais no sul do Estado do Espírito Santo. Esse campo de trabalho envolve atividades de extração, beneficiamento e transporte do mármore. A análise dos acidentes deu ênfase às relações técnicas e sociais que compõem os processos de trabalho, historicamente condicionados pelo contexto econômico e social. Trata-se de um processo produtivo iniciado por empresários e trabalhadores com valores provenientes do mundo rural. Foi realizado um estudo etnográfico com o intuito de se compreender: a) a cultura presente no mundo do trabalho naquela localidade, que fosse capaz de explicar a submissão dos trabalhadores a graves situações de risco; b) as significações e os valores próprios das famílias das vítimas de acidentes fatais; e c) as formas como a população pesquisada lida com as diversas implicações ocasionadas por esses acidentes. Como resultado, constata um tipo de gestão que – baseado na força bruta, no apelo à virilidade, na improvisação e em imposições autoritárias – cria as condições propícias à ocorrência de acidentes com mortes ou mutilações. A necessidade de prover a família e a valorização do trabalho com emblemas de virilidade e como via de acesso a uma vida honrada fazem com que trabalhadores, sem outra opção de subsistência nessa localidade, se sujeitem aos processos de extração e de produção de pedras ornamentais arriscados. As conseqüências sociais do acidente de trabalho são traduzidas pelo sofrimento de acidentados, de viúvas e seus familiares. A maioria deles encontra, na fé religiosa, na solidariedade da família e da comunidade e na assistência prestada pelo sindicato, ânimo e alento para se reconstituírem afetiva, simbólica e materialmente. O estudo revela ainda a omissão e o descaso dos empresários e a ausência de apoio por parte do Poder Público com relação às famílias, quando ocorrem acidentes. Também aponta mudanças importantes na postura dos trabalhadores que vão se tornando mais ativos e reivindicativos a partir da criação do sindicato dos trabalhadores, assim como na forma de agir de determinados empresários, levados pela premência de obterem a certificação de qualidade, exigida para que entrem na linha de exportação.

Palavras-chave: Trabalho no setor de rochas. Saúde do trabalhador. Acidentes fatais.

## ABSTRACT

This study investigates the social causes and consequences of fatal and disabling work accidents in the ornamental rocks industry in the south of the state of Espírito Santo. This sector includes activities such as extraction, benefiting, and transportation of marble. The analysis of the work accidents gives emphasis to the social and technical relations in order to understand the work process, historically conditioned by the social and economical contexts. It is a productive process initiated by businessmen and workers that have the rural reality as a reference. An ethnographic study was conducted, which aimed at the understanding of: (a) the culture present in the working world of that region, which could account for the submission of workers to serious risk situations; (b) the significance and fatal victims' family values; and (c) the forms in which the population deals with the several implications that such work accidents bring. As a result, it detected a kind of management that – based on physical strength, appeal to virility, improvisation, and authoritarian imposition – creates the right conditions that give place to the possibility of accidents that lead to death or mutilation. The necessity to provide for the family, the valorization of work as a symbol of virility, and access to a respected way of life make the workers, who lack other options in the region, to surrender to the risky processes of extraction and production of ornamental rocks. The social consequences of work accidents are translated by the suffering of the victim's widow and family. Most of them find support in religion, other families' solidarity, and union's to recover affectively, symbolically and materially. The study also reveals the omission and neglect of the employers, and also the lack of support from the government to the families when a work accident happens. It also points out important changes in workers' attitude: they have become more active and demanding since the creation of unions, and also as a consequence of the urge the industries have to get their quality certifications, which they need in order to be able to export.

KEY WORDS: Work in the marble industry. Worker's health. Work Accidents.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> -----	10
1.1 A APROXIMAÇÃO AO CAMPO-----	10
1.2 O ACIDENTE DE TRABALHO FATAL COMO UM ENIGMA-----	13
1.3 APRESENTAÇÃO: AS TRILHAS DA COMPREENSÃO-----	14
1.4 DE FRENTE PARA O TRÁGICO: A INTERSUBJETIVIDADE COMO RECURSO METODOLÓGICO-----	15
1.5 REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS-----	21
<b>2 DA ROÇA ÀS ROCHAS: Os primórdios da atividade no sul do estado do Espírito Santo</b> -----	30
2.1 DO MUNDO RURAL AO MUNDO DAS PEDRAS: FORJANDO UMA ATIVIDADE, UMA LOCALIDADE E UMA CATEGORIA DE TRABALHADORES-----	34
2.1.1 <b>Os primeiros empresários da região</b> -----	35
2.1.2 <b>Os primeiros empregados</b> -----	38
2.1.3 <b>A localidade de pedra</b> -----	46
2.2 PATRÕES E EMPREGADOS-----	49
2.3 UM PANORAMA-----	51
2.4 E A SAÚDE?-----	53
<b>3 O LADO NÃO POLIDO DAS PEDRAS: Processo de trabalho, riscos e acidentes no setor de rochas</b> -----	56
3.1 SUBINDO ÀS PEDREIRAS, TRABALHO E RISCOS DE ACIDENTES NA PRODUÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS-----	57
3.1.1 <b>As pedreiras</b> -----	59
3.1.1.2 <b>As marruadas</b> -----	65
3.1.2 <b>Serrarias e marmorarias</b> -----	66
3.1.3 <b>Beneficiamento</b> -----	67
3.2 NATURALIZAÇÃO DOS ACIDENTES AO LONGO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SETOR DE ROCHAS-----	69
3.3 DA ROÇA ÀS ROCHAS, DAS ROCHAS AO SINDICATO: TRAJETÓRIA NA LUTA PELO CONTROLE DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO-----	76
<b>4 “AS MORTES ANUNCIADAS”: Conseqüências sociais do acidente de trabalho</b> -----	95
4.1 O ACIDENTE DE TRABALHO-----	98
4.2 DE FRENTE PARA O ACIDENTE-----	99
4.2.1 <b>“Só Deus!”</b> -----	100
4.2.2 <b>Família, amigos e vizinhos: a comunidade</b> -----	103
4.2.3 <b>O sindicato</b> -----	105
4.3 EMPRESÁRIO/PATRÃO DE FRENTE PARA O ACIDENTE-----	108
4.4 SITUAÇÃO FAMILIAR APÓS O ACIDENTE-----	113
4.5 RESIGNAÇÃO E NATURALIZAÇÃO DO ACIDENTE-----	116
4.6 AS MORTES ANUNCIADAS: ACIDENTES/INCIDENTES ANTERIORES AO ACIDENTE FATAL-----	118
4.7 “MORREU COMO HERÓI”-----	124
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: o herói do mármore</b> -----	128
<b>6 REFERÊNCIAS</b> -----	133

## Mortos que Andam

Meu Deus, os mortos que andam!  
Que nos seguem os passos  
e não falam.  
Aparecem no bar, no teatro, na biblioteca.  
Não nos fitam,  
não nos interrogam,  
não nos cobram nada.  
Acompanham, fiscalizam  
nosso caminho e jeito de caminhar,  
nossa incômoda sensação de estar vivos  
e sentir que nos seguem, nos cercam,  
imprescritíveis. E não falam.

(Carlos Drummond de Andrade)

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 A APROXIMAÇÃO AO CAMPO

No final da década de 90, como a maioria dos capixabas, nunca havíamos ouvido falar sobre acidentes e agravos à saúde no setor do mármore e granito no sul do Estado do Espírito Santo. Imaginávamos que a economia da cidade de Cachoeiro do Itapemirim (cidade natal desta pesquisadora) se baseava ainda no cultivo do café e no comércio, na fábrica de cimento e de calçados, na Cooperativa de Laticínios e numa empresa de ônibus interestadual, que eram seus alicerces ao final da década de 70. No entanto, ao término da década de 90, as informações atualizadas davam

conta de que a economia da cidade está hoje estruturada na extração e beneficiamento do mármore e que a cidade é considerada a capital do mármore do País.

Foi na qualidade de professora de Psicologia do Trabalho, da Universidade Federal do Espírito Santo, que tomamos conhecimento da dura realidade de trabalho, de agravos à saúde e do grande número de acidentes fatais e mutilantes naquela atividade, a partir de contatos com técnico da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro (ES), que realiza pesquisas e seminários na região com a categoria dos trabalhadores e empresários do setor.

Desenvolvemos, em 1999-2000, um projeto de ensino, pesquisa e extensão no setor, no sul do Estado, com alunos estagiários e com bolsista PIBIC, sobre a organização do trabalho e saúde. As condições de trabalho perigosas e penosas, as dificuldades do cotidiano daquela população não nos questionavam apenas como profissionais da saúde, mas questionavam também nossa sociabilidade – sentíamos-nos fracos e diferentes diante de trabalhadores fortes, que enfrentavam um cotidiano que nos intrigava: *como suportavam?*

Durante o trabalho de campo, fomos apresentados ao dono de uma marmoraria que conhecia meu pai, falecido há mais de quinze anos, agricultor e depois comerciante. Ficamos espantados com o fato de que, no ano de 2000, um vivente se lembrasse disso; na verdade, estava desacostumada a ser apresentada e reconhecida por referência ao parentesco, por mais de vinte anos morando, absorvida pela multidão e anonimato, na cidade do Rio de Janeiro.

Esse senhor praticava uma administração peculiar, exercia grande autoridade sobre empregados e filhas que ali trabalhavam, aconselhava os empregados sobre

problemas conjugais, de bebida e afins. Eles não se queixavam; tinham por ele respeito e deferência. Os alunos ficaram por mais de um ano realizando discussões em grupo, uma vez por mês, acerca do trabalho e saúde com esses trabalhadores, com a produção parada e sem a presença de nenhum dos donos ou encarregado da marmoraria. O velho empresário nunca leu os ensinamentos de Taylor (1995): certa ocasião, a filha sugeriu que os materiais a serem utilizados pelos trabalhadores deveriam ser guardados mais perto deles para economia de tempo. E ele retrucou: *“Não, minha filha, deixa guardado no almoxarifado mesmo, assim eles saem, dão uma volta, distrai!”*. Também permitiu que um empregado plantasse uma horta num pedaço de terreno da marmoraria, porque, no trabalho noturno, ele tinha que vigiar a serragem dos blocos, o que dava muito sono. Ocupado com a horta, o trabalhador ficava mais alerta. O empresário também não leu Dejours (1994), é bom ressaltar. Nos fins de semana e folgas, o empregado ia conferir a horta.

O empresário e o tipo de administração que exercia, a gentileza com que nos recebeu foram um alerta: o setor comportava uma complexidade de situações, estava longe de ser apenas a face trágica que aparecia na televisão (que era a que conhecíamos). O resultado da pesquisa realizada em 1999-2000 apontou o trabalho como condição estruturante da identidade daqueles trabalhadores, para a minimização dos riscos na atividade do trabalho e para a saúde como condição de trabalho (MOULIN et al., 2000, 2001, 2003). Para além dos acidentes, havia um cotidiano ordenado por uma atividade que conferia sentido e valoração positiva às pessoas envolvidas. Na qualidade de um estudo exploratório, a pesquisa realizada deixou em aberto várias questões.

## 1.2 O ACIDENTE DE TRABALHO FATAL COMO UM ENIGMA

A questão central abordada aqui é a compreensão da produção social do acidente de trabalho no setor. Entendemos o acidente de trabalho como fruto de complexas disposições de forças sociais, ancoradas nas relações sociais de produção, do modo como o trabalho é organizado, mas que não ficam aí restritas; elas se realimentam e afetam socialmente a vida cotidiana de toda uma comunidade que vive da atividade ora estudada. Ou seja, o estudo não se restringe a focar os acidentes por atos ou condições inseguros, tais como vêm sendo tradicionalmente estudados, mas nas relações sociais que se estabelecem no processo de trabalho no setor de rochas e nos ancoradouros culturais daquela população, no contexto e na estrutura socioeconômica do local onde ocorrem.

Trata-se ainda de compreender como toda uma comunidade de trabalhadores, suas famílias, empresários, religiosos e Poder Público puderam conviver com tão elevado número de acidentados, com mortes trágicas ou acidentes mutilantes e violentos. O que pode ter contribuído para se chegar a esse estado de coisas? E o que fez com que esse número venha decrescendo nos últimos anos? Quais são os fatores que deram limite à situação? Quais são as repercussões sociais do acidente para as famílias de acidentados? Como reagem à situação? Como se reconstróem simbólica e materialmente após tal evento trágico?

### 1.3 APRESENTAÇÃO: AS TRILHAS DA COMPREENSÃO

O estudo da produção social dos acidentes se deu a partir, em primeiro lugar, da investigação do contexto social em que ocorrem. Quem são esses trabalhadores? De onde vieram? Por que ingressaram nessa atividade? Por que nela permanecem a despeito das dificuldades? Buscamos a recomposição histórica das localidades e da construção social de trabalhadores que se forjaram no cotidiano da atividade da extração, beneficiamento e transporte do mármore. Esta história foi realizada como um estudo etnográfico; há pouquíssimas referências bibliográficas desse início.<sup>1</sup> É dessa história, tecida a partir da memória de atores envolvidos de que trata o segundo capítulo.

Compreendendo o processo que leva trabalhadores rurais a se engajarem em atividades nas pedreiras, tratamos de compreender, então, no terceiro capítulo, a construção do trabalhador de indústria e de sua representação sindical, do tipo de processo de trabalho em que estavam engajados, seus possíveis riscos e a ocorrência do acidente. Como eram esses acidentes? Como e por que, num determinado momento, a população trabalhadora começa a reagir à dor e às perdas que marcavam suas histórias? Como o sindicato se funda e como vai legitimando socialmente suas reivindicações referentes à saúde e segurança?

O quarto capítulo trata das conseqüências sociais do acidentes, momento em que procuramos entender a vida das vítimas dos acidentes e seus familiares, mulheres viúvas, mães que perderam seus filhos, acidentados e suas esposas, os

---

<sup>1</sup> Encontramos de início apenas três referências sobre a atividade no setor de rochas no sul do Estado. São elas: ADIVERCI, Andyr. **A nova Meca do mármore**. Vila Velha: Editora Egrul, 1983; SALVIANO DA COSTA, Izabel Lacerda. **Cachoeiro suas pedras sua história**. Cachoeiro do Itapemirim: [s.n.], 1991 e ABREU, Álvaro; CARVALHO, Denílson. **A força das pedras: mármore e granito no Espírito Santo**. Vitória: Pedreiras do Brasil, 1994.

que enfrentam mais diretamente as conseqüências físicas, psíquicas e morais do acidente de trabalho. São os atores que, em seus discursos, permitiram explicitar: como reagiram ao acidente? Com que recursos contaram? Como conseguiram, ou não, superar o evento trágico? Como teceram suas vidas a partir de então?

#### 1.4 DE FRENTE PARA O TRÁGICO: A INTERSUBJETIVIDADE COMO RECURSO METODOLÓGICO

Pensar a intersubjetividade como recurso metodológico de compreensão do fato social, colocar-se no lugar do outro, deixar-se afetar pela dor alheia, implica que, nesse momento, peçamos licença ao leitor para, neste tópico, passarmos a discorrer na primeira pessoa do singular.

Iniciei o trabalho de coleta de dados entrevistando trabalhadores aposentados testemunhas dos primórdios da atividade. O tema norteador aqui era “como começou a atividade”, com que recursos, técnicas, conhecimentos, pessoas? Ao mesmo tempo, interessei-me pela intercessão da vida cotidiana dos trabalhadores fora do trabalho e da vivência ou não de agravos à saúde, o tipo de assistência prestada.

Entrevistei três trabalhadores aposentados e um empresário importante do setor que também participou do início da atividade. Foram todos indicados por sindicalistas. Embora solicitasse aos sindicalistas que os avisassem com antecedência, isso não foi possível, em virtude da falta de telefone dos trabalhadores e da falta de tempo para pessoalmente avisá-los. Assim, eram pegos de surpresa, quando chegávamos (eu ia acompanhada em função de não saber

chegar à casa do entrevistado). Nada disso impediu que fôssemos gentilmente recebidos e que os entrevistados generosamente nos contassem sua história de trabalho e de vida.

Essas entrevistas iniciaram o ciclo de várias outras que me causaram impacto, em virtude das dificuldades enfrentadas pelos entrevistados, da penosidade não só do trabalho, mas também da vida cotidiana, dos acidentes que sofreram, dos relatos de um tempo que parecia tão distante: *“Muitas vezes nós levamos mulher na padiola, [...] uma maca que a gente faz, uma caminha, forra em cima, com umas tábuas e botava a dona ali só pra levar... sabe pra onde? Num farmacêutico ou numa parteira pra fazer um parto. Muitas morriam em cima daquela padiola”* (ENTREVISTADO). Ou seja, não apenas as condições de trabalho eram difíceis, mas toda a vida era difícil.

De início, as entrevistas não me pareceram “boas” – os aposentados tinham inúmeras reminiscências, eram entrevistas longas, percorria-se o passado e o presente e, nesse percurso, inúmeras lacunas ficavam abertas. Foi necessário que se passassem meses para que me animasse a transcrevê-las – foi o tempo preciso para elaborar a possibilidade de vidas materialmente difíceis, recheadas de acontecimentos trágicos, de pessoas “que não esmoreciam”. Foi o tempo indispensável para compreender que suportar as dificuldades foi uma vivência de virtude para os entrevistados, eles mesmos se diziam heróis. Descortinou-se, então, a riqueza das histórias, a coerência, onde antes encontrava lacunas. A marca da dificuldade na vida daqueles homens que, num primeiro momento, me impactou pelo sofrimento suscitava agora até um sentimento de orgulho, por ter conhecido pessoas corajosas e generosas ao mesmo tempo.

Imaginei logo que estava “acostumada” com as dificuldades, com o cotidiano da vida dos trabalhadores e seus enfrentamentos. Foi quando comecei a entrevistar as viúvas e suas famílias. Foi outro impacto! A indignação, a tristeza, o horror dos corpos mutilados, quebrados, a dificuldade em sobreviver, em comer, pagar as contas, uma vida desmoronada em segundos. Aprendi com essas mulheres que há certos momentos na vida que “*só Deus!*”. Foram necessários outros tantos meses – numa espécie de elaboração de um tipo de luto não só dos acontecimentos concretos, mas da possibilidade de eles ainda ocorrerem. Como é possível que isso aconteça em pleno século XXI?

As diferenças e as similitudes entre as entrevistadas e eu – a distinção em termos de posição social e, ao mesmo tempo, o fato de sermos mulheres, levava a que ora tivesse um olhar mais aguçado para as questões pertinentes à pesquisa, e ora a uma identificação na dor – como se pode ficar indiferente a uma mulher que perde seu filho de dezenove anos debaixo de um monte de pedras? Também eu não ficaria deprimida? Como criar os filhos sem nenhuma condição material? Também eu não passaria os dias me perguntando como? Como? Como? Também eu não colocaria meu nome em todas as igrejas da cidade para que orassem por mim? Até mesmo agora, passado algum tempo, me emociono com o drama daquelas mulheres. Por outro lado, conheço poucas pessoas com a mesma garra, a mesma força, a mesma generosidade com a vida, como aquelas mulheres foram capazes.

Quando estava entrevistando as mulheres, foram indicados pelos próprios moradores para entrevista dois acidentados no trabalho com seqüelas graves. Um havia perdido a capacidade de raciocínio, de memória, além de andar com dificuldades, e o outro estava paraplégico. Essas foram também entrevistas muito difíceis. Parece que indicavam um acidentado em função de que, estando vivo,

estaria até mais autorizado para falar do acidente do que as viúvas, ou porque tais acidentes causaram impacto violento também nos moradores da comunidade. Ao chegar à pequena casa, comecei entrevistando a esposa e, em seguida, chega a vítima do acidente. Com o maxilar todo quebrado, as costas cheia de arranhões e hematomas, a perna esquerda torta, movimentava-se com dificuldade, falava com dificuldade, não escutava direito, parecia um trapo humano. Sentou-se. Perguntei pelo acidente e começou a chorar. Não se lembrava do acidente, só sabia que tinha caído e que o irmão também falecera meses antes numa pedreira. Inicialmente sequer se lembrava da esposa e dos filhos. Por vezes ficava agressivo e pegava facas para “matar” a mulher e os filhos. Tornou-se uma quarta criança, doente, para a esposa tomar conta. Lembrava-se, no entanto, do nome do patrão, chorava porque ele não foi visitá-lo e porque se comentava no lugarejo que o patrão havia dito que ele estava inventando aquele estado, estava fingindo.

Estudar o acidente de trabalho nas suas estatísticas, denunciar a subnotificação constante e criminosa em vários segmentos de atividades de trabalho, elaborar treinamentos, cursos, investigar a organização do trabalho, nada disso nos dá a medida da tragicidade que um evento desse tipo marca na história de uma pessoa, de uma família, quando se convive, nem que seja por apenas uma hora, com um acidentado naquele estado. Nossa imaginação, a revisão bibliográfica sobre as possíveis conseqüências físicas, psíquicas e sociais do acidente não dão conta daquilo com que se pode deparar. De fato, foi um embate entre a vontade e a necessidade de saber e compreender e uma enorme vontade de fugir, de não ver aquilo, de não querer saber daquilo (um paradoxo para o pesquisador). Todo o estudo é uma tentativa de análise e compreensão desse encontro, sobretudo uma tentativa esperançosa de que eventos desse tipo sejam absolutamente intoleráveis.

Todas as pessoas que foram indicadas para as entrevistas se mostraram disponíveis em relatar suas histórias, seu passado, suas perspectivas (ou não) de futuro. A dificuldade maior constituiu-se no tempo necessário para me aproximar, ouvir os relatos, o trágico, a perda, a dor e me afastar para encontrar, nesses mesmos relatos, a esperança, a fé e a superação. Um tempo necessário para elaborar o choque que essas histórias causavam e ter a possibilidade de uma leitura, a mais completa possível, dos acontecimentos, da ambivalência e da ambigüidade que emergem dos discursos sobre quase todas as questões a respeito do trabalho, do risco, do acidente, da relação com os empresários. Trata-se, a meu ver, de um *sofrimento que leva à criatividade* (DEJOURS, 1994, p. 137), que foi necessário à realização deste trabalho.

As entrevistas com acidentados e suas esposas trouxeram o testemunho vivo das dificuldades por que passam esses trabalhadores, suas mulheres e filhos. Foram entrevistados, ao todo, quatro viúvas, uma mãe de acidentado e mais dois acidentados com suas esposas. Os temas norteadores giravam em torno de como aconteceu o acidente, as conseqüências, como reagiram, quem ajudou, como a família se reorganizou após o acidente. Foram entrevistas abertas e os entrevistados puderam discorrer livremente sobre suas experiências.

Para compreender a emergência da localidade de Itaoca, entrevistei dois empresários, um aposentado e um senhor ainda trabalhando com 78 anos, além do diretor da Escola Estadual da localidade. Fiz outras duas entrevistas que não pude aproveitar em virtude de terem sido realizadas na rua e o intenso tráfego de caminhões, causando forte ruído, impediu-me de aproveitá-las.

Entrevistei religiosos, pois interessava-me compreender como lidavam com a realidade de dor e sofrimento de seus paroquianos. Entrevistei dois pastores evangélicos, um padre católico e uma freira salesiana.

Três sindicalistas foram fundamentais na condução da pesquisa, tanto nas entrevistas que concederam, quanto ao me acompanhar em localidades às quais não tinha acesso fácil. Além disso, a disponibilidade generosa dos três a qualquer solicitação minha (e não foram poucas), encoraja-me até hoje a continuar, “a não esmorecer”.

As entrevistas com sindicalistas cobriram vários assuntos: acidentes, processos de trabalho, história, dados. As dúvidas que, porventura, surgiram em entrevistas com trabalhadores, aposentados e viúvas foram dirimidas com esses sindicalistas. No momento em que escrevo, gostaria ainda de verificar outras tantas que foram surgindo. Lembro-me do comentário de um deles: “*Mas professora, o que ainda falta pra saber?*”. Falta muito, cada picada aberta descortina novos horizontes ainda não suficientemente estudados. A título de esclarecimento, esse comentário, com ares *blasé*, meio cansado, foi feito por um sindicalista que tem enorme gosto em falar e, nesse sentido o comentário não constrange, faz graça.

Cada conjunto de entrevistados, embora tivesse um tema norteador delineado, discorreu sobre a vida como um todo. Não é possível falar de trabalho e de morte em acidente sem falar na família, nos amigos, em Deus, no sindicato, de maneira que as entrevistas percorreram os diversos assuntos que aqui analisamos.

## 1.5 REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Já apresentamos as trilhas que percorremos em busca da compreensão: as entrevistas semi-estruturadas, histórias de vida tópica (privilegiando o mundo do trabalho), a observação atenta ao nosso redor; tudo devidamente registrado em diário de campo. E, principalmente o recurso, algumas vezes doloroso, de colocarmos-nos no lugar do outro, privilegiando a intersubjetividade como uma via de acesso ao sentido que os informantes outorgavam aos diversos assuntos que tratávamos.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente. A pesquisa foi realizada na perspectiva da Sociologia Compreensiva, entendendo que os fenômenos sociais possuem significado e intencionalidade (MINAYO, 1992). Utilizamos metodologia hermenêutico-dialética para compreensão dos dados; enquanto a hermenêutica busca a “[...] compreensão de sentido que se dá na comunicação entre os seres humanos;” (MINAYO, 1992, p. 220), a metodologia dialética entende o fato social provido das seguintes características:

[...] a) a contradição e o conflito predominando sobre a harmonia e o consenso; (b) o fenômeno da transição, da mudança, do vir-a-ser sobre a estabilidade; (c) o movimento histórico; (d) a totalidade e a unidade dos contrários (MINAYO, 1992, p. 86, apud DEMO, 1985, p. 86-100).

Na presente investigação, ressaltamos também, conforme sugestão da própria autora, “[...] a cultura como lugar de expressão das definições tanto das relações essenciais como das especificidades dos grupos, classes e segmentos” (p. 82).

As entrevistas foram lidas e relidas inúmeras vezes. Em primeiro lugar, avulta aquilo que se repete no discurso dos entrevistados, o que parece coletivamente compartilhado como senso comum. Ao lado do trabalho (das visões sobre o trabalho), a religião, a valoração da família e da comunidade emergiram como categorias que, articuladas, produzem sentido ao mundo daquela população e, a partir dessa articulação, descortina-se a compreensão da ocorrência do acidente fatal e as atitudes em frente ao evento. Nesse sentido, todo o estudo é permeado por essas categorias, que se englobam umas às outras, com as ambigüidades e contradições daí resultantes.

Duarte (1986) sugere que a cultura das classes trabalhadoras está alicerçada sobre valores e princípios próprios, diferenciados das classes médias, letradas, fruto da modernidade. Estudos apontam recorrência no que diz respeito à cultura das classes trabalhadoras, na valoração do tripé “família, trabalho e localidade”. Valoriza-se aqui o pertencimento a uma família, ou a uma parentela, o desempenho de um trabalho pelo “homem”, de preferência com emblemas viris, utilizando-se da força física e da valoração do pertencimento a uma comunidade. Duarte (1986, p. 132) assinala que “[...] essas características determinam uma reiterada ênfase na preeminência do ‘grupo’ sobre o ‘indivíduo’ [...] e na observância de regras de precedência hierárquicas bastante nítidas [...]”. Essas características estão em contradição com as ditas hegemônicas, frutos da sociedade moderna complexa.

Segundo o autor, há, na sociedade moderna complexa, um horizonte de valores onde estão nossas crenças nos indivíduos, em nós mesmos, em nosso valor intrínseco, na natureza, na realidade, no saber, na ciência, na capacidade reflexiva da razão, que acreditamos serem valores cruciais. É o “culto do eu”, do tempo linear, da crença na constante mudança e evolução. Essas diferentes visões de mundo

(hierárquicas e individualistas) estão em permanente conflito e contradição. Nesse sentido, embora o estudo aponte características culturais fortemente marcadas pela hierarquia, isso não implica que elas não estejam o tempo todo em confronto e questionadas por aquelas ditas hegemônicas, vivenciadas por outros atores sociais, veiculadas pela mídia televisiva a que têm acesso.

A pesquisa se deu nos marcos teóricos da Saúde do Trabalhador, que implica reconhecer a vivência, a experiência e o conhecimento dos trabalhadores, sua subjetividade, a participação de trabalhadores na formulação de políticas e práticas voltadas para a promoção da saúde e na transformação da organização e das condições em que realizam seu trabalho cotidianamente. Assim, o estudo foi realizado a partir da ótica dos trabalhadores e suas famílias.

Laurell e Noriega (1989) ressaltam a importância de se pensar a saúde/doença sobretudo como um processo social, e o trabalho como fato social determinante nesse processo. Trabalho aqui entendido como processo de produção, histórico, datado e submetido à força do capital.

Entendendo o trabalho como fato social fundamental no estudo da saúde, buscamos compreender não apenas o agravo à saúde, mas, a submissão a um tipo de processo de trabalho que se efetuou (e ainda se efetua) sob risco de morte. Tomando por base a noção de trabalho histórico e datado, procuramos entender o processo de trabalho que se dá nessa atividade. O processo de trabalho é um meio de valorização para o capital e para o trabalhador é o âmbito da luta contra a exploração. Assim, o processo de trabalho é necessariamente um espaço de confronto.

Esse espaço de confronto entre capital e trabalho foi estudado desde os primórdios da atividade no setor de rochas, quando sequer podemos afirmar se

havia ali relações capitalistas estabelecidas. Trata-se de um processo de trabalho em transição, cujos atores vieram de um mundo rural para um tipo de trabalho de extração de pedra e que vai se consolidando até os dias atuais, quando a atividade está inserida no mercado internacional globalizado.

A transição de um mundo rural para um mundo capitalista globalizado é um fenômeno relativamente recente e se deu no mundo todo. De acordo com Hobsbawm (2003, p. 283), “Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, *sentiu-se* que ela acabou na década de 1960” (grifo do autor). Isso se deu em função das mudanças rápidas ocorridas no período entre guerras, com as modificações que sucederam à industrialização de produtos em massa, do Welfare States, da substancial melhora da qualidade de vida (em países de Primeiro Mundo), do êxodo humano do campo para as cidades, do ingresso das mulheres casadas para o mundo do trabalho, do ingresso maciço das crianças à escola, do ingresso cada vez maior dos jovens nas universidades; enfim, uma série de modificações econômicas, sociais e culturais. Mas, para o autor, a modificação mais dramática e que “[...] nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato” (p. 284). O autor revela:

O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora. Em meados da década de 80, 42% de sua população era urbana, e, não fosse o peso das enormes populações rurais da China e da Índia, que totalizavam três quartos de camponeses asiáticos, teria sido maioria (p. 288).

Aqui, no sul do Estado do Espírito Santo, a partir da década de 60, os rurais estavam ingressando em atividades industriais. Esse fenômeno econômico, social e político foi estudado em suas estruturas e no significado (apreendido nas interações sociais) que assumiu para aquela população de trabalhadores, e também nas suas conseqüências sociais.

No estudo sobre acidentes, num processo de trabalho em que o risco de morte está presente, é interessante ressaltar, de acordo com Spink (2001), os sentidos históricos da noção de risco, que, segundo a autora “[...] emerge para falar da possibilidade de ocorrência de eventos vindouros, em um momento histórico onde o futuro passava a ser pensado como passível de controle”. Interessa-nos registrar que vislumbrar a possibilidade do controle do futuro (com ou sem risco) não é uma condição “natural” humana, mas uma construção social, que, inclusive, nem todos têm acesso. De acordo com Bourdieu (1979, p. 8), para planejar um futuro, são necessárias as disposições e as

[...] condições materiais de existência, [...] orientando e organizando as práticas econômicas da existência cotidiana, operações de compra, de poupança ou de crédito, assim como as representações políticas, resignadas ou revolucionárias.

No entanto, aqueles que não possuem essas condições, ou seja, aqueles que “[...] não têm futuro” [...] “[...] tem poucas possibilidades para formar o projeto individual, de criar seu futuro ou para trabalhar no advento de um futuro coletivo” (BOURDIEU, 1979, p. 8).

Nessa perspectiva, interessou-nos investigar as possibilidades (ou não) de a população aqui estudada possuir condição material e simbólica para projetar suas vidas no futuro, incluindo *o cuidado de si* e, mais especificamente, *o cuidado com o risco proveniente do trabalho*.

O estudo de Bourdieu sobre trabalhadores argelinos – em transição de um mundo valorado tradicionalmente para o mundo capitalista – revela uma série de dificuldades por parte dos trabalhadores para se inserirem no mundo industrial. O que está em jogo para o autor é a condição de populações de economia pré-capitalista incorporar a disposição à previsibilidade e cálculo, já que tais populações vivenciam a perspectiva de futuro como “previdência”, numa identidade entre tempo

de produção e tempo de trabalho – “[...] longe de serem ditados pelo desejo prospectivo de um futuro projetado, as condutas de previdência obedecem ao cuidado de se conformarem aos modelos herdados”. (BOURDIEU, 1979, p. 22).

O capitalismo exige o rompimento dessa identidade, já que necessita da adesão ao cálculo, à avaliação quantitativa da previsibilidade do lucro, representada para o trabalhador no atraso do salário. O trabalhador passa a ter que calcular o futuro. Os modelos herdados seriam aqueles ligados à *solidariedade* e à *aproximação desinteressada dos grupos* – características que são analisadas neste estudo. Interessam-nos as possibilidades da ocorrência de disposições, talvez até contraditórias, em um mundo em transição, do rural para a indústria, das várias modificações que isso implica, incluindo a vivência de um tempo cíclico para um linear, que passa doravante a ter que ser calculado em termos de futuro, pois será mediado por salário. Até que ponto estas disposições (em relação ao futuro) foram ou não incorporadas e o que isso significa para os futuros trabalhadores da indústria do mármore?

Em plena vigência do modelo neoliberal, Bourdieu, em *Contrafogos* (1998), traça um paralelo entre as dificuldades de inserção dos trabalhadores argelinos no mundo industrial e as dificuldades que desempregados encontram em se inserirem num mundo onde não são mais necessários para o mercado, com a urgente necessidade de transformação desse quadro. Dois tempos históricos distintos (que são semelhantes ao que estudamos) e encontramos um aporte que se atualiza, conforme o autor:

Paradoxalmente, como mostrei em ‘O Desencantamento do Mundo’, meu livro mais antigo e talvez o mais atual, para conceber um projeto revolucionário, isto é, uma ambição raciocinada de transformar o presente por referência a um futuro projetado, é preciso ter um mínimo de domínio sobre o presente (p. 122).

Ou seja, a mesma lógica explicitada para trabalhadores em transição de modos econômicos, aplicada aos desempregados de todo o mundo: para refletir, para projetar um futuro e modificar o presente, é necessário que os agentes possuam condições materiais e simbólicas de existência para tanto. Trata-se de uma construção, não de uma condição dada “naturalmente”. O intrigante é que a população que investigamos parece conviver com uma estrutura mais tradicional de vida ao mesmo tempo em que está inserida no mundo do capital globalizado – que nos remete à análise das contradições daí resultantes.

Por outro lado, o estudo sobre trabalhadores argelinos nos faz refletir que o diferente modo de vivenciar o tempo também modifica o lugar da morte. De acordo com Duarte (1983, 1994), há vários modelos de tempo cíclico, com diferentes formas de articulação da temporalidade nas mais variadas culturas. A especificidade da temporalidade moderna seria a da linearidade radical, a idéia de um tempo infinito. Ou seja: a idéia de que não há um começo dos tempos nem um fim dos tempos, mas que nós temos um tempo infinitamente extenso e que a nossa própria vida se coloca nessa seqüência.

Embora saibamos que temos um começo e um fim, essa idéia da temporalidade enfatiza a linearidade e a expansão. Nós temos uma preocupação com a imortalidade individual, com o ideal de vencer a barreira da morte. Se, num tempo circular, a morte é parte do ciclo, em um tempo linear a morte é fim. Num mundo em transição como o que estudamos, onde sobrevivem marcas culturais tradicionais, mas que estão em contato e contradição com as marcas culturais modernas (ditas hegemônicas), como a morte é vivenciada? Aliás, como a vida e a morte são vivenciadas? Trata-se de uma cultura específica, em que vida, trabalho e morte têm seus significados próprios.

Ariès (1989) trata de estudar os diversos modos de lidar com a morte desde a Idade Média até os dias atuais, no Ocidente. O autor nos mostra uma “morte domesticada”, que aparece nos romances medievais: o cavaleiro sabe que vai morrer, pressente, por sinais naturais ou por convicção íntima. Não procura meios de fugir da morte, mas prepara-se: aguarda a morte no leito, de forma pública. “[...] A câmara do moribundo convertia-se em lugar público. A entrada era livre” (p. 24). Parentes, amigos e vizinhos, incluindo crianças, todos vinham despedir-se do moribundo, numa cerimônia simples, sem dramas. A familiaridade com a morte, segundo o autor, “[...] é uma forma de aceitação da ordem da natureza” (p. 31). Por oposição aos dias atuais, ainda de acordo com Ariès: “[...] A atitude antiga, em que a morte é simultaneamente familiar, próxima e atenuada, indiferente, opõe-se muito à nossa, em que a morte provoca medo, a ponto de nem ousarmos dizer-lhe o nome” (p. 25). Tornou-se “selvagem” nos nossos dias. Ousar nomeá-la já é suficiente para causar uma tensão incompatível com a regularidade da vida cotidiana.

Em extremo oposto à morte domesticada, a morte hoje é tabu, interdita; é escondida, escamoteada, privatizada. Escondem os moribundos em hospitais, para que morram discretamente, como forma de dignidade. Até mesmo a manifestação do luto tomou forma também discreta, desejando-se até sua interdição. Segundo o autor, “Já não convém exibir o desgosto, nem sequer ter o aspecto de quem o experimenta” (p. 156). Isso porque, entre outros fatores, a busca permanente da felicidade individual na era moderna não permite que esta seja atrapalhada por emoções tristes e lágrimas inconvenientes. Entre os dois extremos, a exibição pública e simples do moribundo e a aceitação da morte como parte da vida à interdição até do nome morte, encontramos viúvas, famílias, moradores, amigos e os

mortos do setor do mármore. O que significa morrer assim, no trabalho, no meio das pedras, quebrar-se todo?

O estudo partiu de uma economia em transição, da formação da identidade de trabalhadores de indústria, que estão hoje imersos numa estrutura precarizada de trabalho e desemprego, como qualquer trabalhador do mundo, em uma economia cada vez mais globalizada. Ao longo deste trabalho, procedemos à análise das condições de possibilidade, materiais e simbólicas, que ora permitiram que trabalhadores se defendessem do ponto de vista da saúde e segurança e ora se submetessem ao trabalho dominado e arriscado.

De acordo com Geertz (1989, p. 14), “[...] O etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social: ele o anota. Ao fazê-lo ele o transforma de acontecimento passado, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente”. A possibilidade de interpretação de uma cultura, segundo o autor, tem a característica, a nosso ver, fundamental, *de salvar o “dito” de um discurso, da possibilidade de ele se extinguir*. Característica central em nosso empreendimento: dar visibilidade e interpretabilidade, dar voz a sujeitos que, no seu cotidiano, não têm registrados os seus discursos. Trata-se de falas muitas vezes ignoradas ou relegadas, tornando, então, todo um cotidiano incompreensível para o pesquisador social ou para o profissional de saúde. A realização deste trabalho, o registro das histórias, das lutas, das dores, dos gostos e desgostos dessa população tem por ambição ajudar a compreender os fatos aqui evidenciados e tornar esta pesquisa instrumento de resistência, de valorização da vida.

*Como Encarar a Morte*

[...]

*Sem vista*

Singular, sentir não sentindo  
ou sentimento inexpresso  
de si mesmo, em vaso coberto  
de resina e lótus e sons.

Nem viajar nem estar quedo  
em lugar algum do mundo, só  
o não saber que afinal se sabe  
e, mais sabido, mais se ignora.

(Carlos Drummond de Andrade)

## **2 DA ROÇA ÀS ROCHAS:**

### **Os primórdios da atividade no sul do Estado do Espírito Santo**

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim, situada no sul do Estado do Espírito Santo, ostenta, não sem algum orgulho, o título de “Capital do Mármore e Granito”, que traduz o crescimento econômico que o setor vem galgando ao longo do tempo. Para se ter uma idéia dessa importância, podemos compará-la com a produção mundial – o Brasil ocupa o sexto lugar na produção mundial de rochas e revestimentos, atrás da China, Espanha, Índia, Irã e Itália, com uma produção em torno de seis milhões de toneladas/ano, abrangendo cerca de 600 variedades em 500 locais de lavra. O setor de rochas ornamentais emprega atualmente cerca de 120 mil pessoas, das quais 60 mil estão no Espírito Santo, de acordo com artigo

publicado na Agência CT do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 09-11-2005 por Helena Beltrão.<sup>2</sup>

A seguinte tabela demonstra o crescimento do setor no Estado do Espírito Santo, do ano de 1972 até o ano de 1997.

Tabela 1 - DIMENSÃO DO SETOR DE MÁRMORE

	1972	1980	1990	1995	1997	Crescimento 1972-1997
N.º de Empresas	70	104	178	662	724	934%
N.º de Empregados	1.930	3.193	6.464	9.075	10.998	469%
N.º de Teares	73	245	375	568	812	1.012%

Fonte: IDEIS – 1998

De acordo ainda com o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (IDEIES – 1998), do total das empresas capixabas, 512 empresas, ou seja, 70,72% estavam sediadas no sul do Estado, em 1997.

Atualmente, o setor de mármore e granito emprega formalmente, em todo o Estado, cerca de 20.000 trabalhadores (conforme o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Extração e Beneficiamento do Mármore, Granito e Calcário do Espírito Santo – Sindimármore), estando de fora desse número os trabalhadores sem carteira assinada, terceirizados e clandestinos. São cerca de 1.600 empresas cadastradas – destas, aproximadamente 1.200 estão localizadas no sul do Estado; 800 são micro e pequenas empresas, 350 são de médio porte e 50 são de grande porte. No período de janeiro a outubro de 2003, as exportações capixabas de rochas ornamentais somaram US\$ 183,69 milhões e 596.753,72 toneladas. Trata-se de um setor de grande complexidade, tanto do ponto de vista das diversas tarefas que opera, quanto das condições adversas em que se dão.

<sup>2</sup> Assessoria de Imprensa do MCT. Disponível em:  
<[http://agenciact.mct.gov.br/index.php?action=/content/view&cod\\_objeto=30904](http://agenciact.mct.gov.br/index.php?action=/content/view&cod_objeto=30904)>.

O município de Cachoeiro de Itapemirim (região sul do Espírito Santo) possui cerca de 174.000 habitantes; destes, 147.000 vivem na sede e os distritos onde estão localizadas as jazidas e as empresas, tanto de extração quanto de beneficiamento, são bem menores. A localidade de Itaoca, por exemplo, que é um distrito cuja economia gira prioritariamente em torno do setor de rochas, possui cerca de 5.000 habitantes; Soturno tem aproximadamente o mesmo número de habitantes e Gironda, 1.285 habitantes.<sup>3</sup>

A atividade traz à região um complexo de desdobramentos: por um lado, dinamização da economia, realização anual da Feira Internacional do Mármore, com exposição, comercialização e exportação de chapas e produtos beneficiados do mármore e granito, além de geração de empregos; por outro lado, a atividade promove uma degradação ambiental em função dos rejeitos da produção, agravos à saúde dos trabalhadores e acidentes fatais e mutilantes.

Os números revelam a grandeza do setor, mas escondem sua história e suas mazelas. Como teríamos chegado a esses números? De onde vieram empresários e trabalhadores, ou melhor, como se constituíram como tais? De que tipo de instrumentos e tecnologia se valeram para construir essa “potência”? Como enfrentaram os agravos à saúde relacionados com o trabalho? E os viventes, como viviam?

A história do distrito de Itaoca é paradigmática em relação à própria história de trabalho do setor de rochas ornamentais. Distrito de Cachoeiro de Itapemirim era, por volta da década de 60, conhecido por Capim Angola e sobressaía por suas plantações de algodão. Era um meio rural. Pertencia primeiramente à família

---

<sup>3</sup> Dados obtidos no site da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim (ES): <[www.cachoeiro.es.gov.br](http://www.cachoeiro.es.gov.br)>.

Vivácqua, que foi aos poucos loteando e vendendo terrenos. Tinha meia dúzia de casas e os entrevistados concordavam que havia dificuldades da vida na lavoura. Afirmavam que dava pra comer, sim, mas não dava para acumular. O adoecimento de um filho acarretava sacrifícios para os pais, tanto para buscar uma assistência quanto para adquirir remédios em Cachoeiro de Itapemirim, percurso que faziam a pé (em cerca de três horas em marcha acelerada, conforme depoimento) ou a cavalo. A localidade não possuía luz elétrica, água encanada nem outras facilidades características da vida urbana. Tal situação perdurou por muito tempo ainda. Até hoje, as estradas que levam trabalhadores e empresários às pedreiras são de terra batida. Além da lavoura, havia ali a atividade mineradora, as de caieiras, fabricação de cal.

Os entrevistados contam que, no final dos anos 50, começaram a perceber movimentos de extração de pedras por parte de pessoas “de fora”, do Rio de Janeiro, e também da parte de uns imigrantes portugueses. Começam a abrir, aqui e ali, pedreiras, aumentando as ofertas de emprego, melhor retratado como um “favor”: *“Vocês estão me ajudando agora eu tenho que pagar vocês”*, conforme declarou um antigo empresário entrevistado. Muitos moradores trabalhadores rurais migram para as pedreiras em busca de salário, de dinheiro. Os moradores de Itaoca, donos de terra, se interessaram também pela extração, mas, conforme relatos, tiveram dificuldades em função da falta de capital para investir na nova atividade.

Terminado o século XX, Itaoca é também conhecido por “Vila das Viúvas”, tal é o número de mulheres ali residentes cujos maridos morreram na labuta com as pedras. De Capim Angola a “Vila das Viúvas”, Itaoca tem um percurso histórico coincidente com o estabelecimento da atividade da indústria do mármore, com a constituição do cidadão trabalhador e com o processo de construção da

representação de defesa dos trabalhadores, o Sindimármore, como veremos ao longo do estudo.

## 2.1 DO MUNDO RURAL AO MUNDO DAS PEDRAS: FORJANDO UMA ATIVIDADE, UMA LOCALIDADE E UMA CATEGORIA DE TRABALHADORES

Na década de 50, a economia do sul do Estado do Espírito Santo estava calcada prioritariamente no cultivo do café, na cultura de subsistência e pecuária, e a economia agrária tropeçava em dificuldades. Um antigo empresário entrevistado conta como era a vida antes de ingressar na atividade do mármore: *“Aquele que estava trabalhando na roça, aquele que tinha colhido bastante algodão estava mais ou menos controlado; os outros estavam com muita dificuldade, trabalhando, plantando só milho, feijão, pezinho de café, mas era a conta da despesa do ano -- no final do ano vendia aquilo pagava as dívidas, pagava o armazém onde ele comprou, ficava a zero de novo. Só tinha em casa a comida, dinheiro, não!”*<sup>4</sup>

Os trabalhadores também não viam grandes vantagens em trabalhar na lavoura. Segundo relato de um trabalhador aposentado: *“Se colhia o milho e ia vender, o negociante não pagava quase nada, e aí a gente ficava trocando cebola, né? Aí eu falei com a mulher assim: ‘Está saindo serviço de pedra, e eu acho que o dinheiro que a gente ganha na pedra, é melhor um pouquinho, dá pra nós cumprir manter a casa e sobrar alguma coisa’. Embarquei pra pedreira, né? Achei que deu uma melhorazinha, mas foi pior pra mim, porque tudo aconteceu”* (acidente de trabalho).

---

<sup>4</sup> Todas as falas dos entrevistados vieram incorporadas ao texto, em virtude de serem igualmente importantes. O recuo necessário às falas maiores poderia dar a impressão de destaque, o que não é nossa intenção.

A origem dos trabalhadores e de muitos empresários era a mesma: a roça, a lavoura, as dificuldades do campo. O trabalho na roça era difícil – um dos entrevistados começou aos seis anos carregando pequenos pedaços de cana para o plantio: *“Andava com dificuldade. Mas era muitas crianças, um anima o outro, né? A caninha, a gente botava assim nos braços e entregava às senhoras, elas é que sabiam plantar”*.

Eram trabalhadores do campo e não possuíam terras. O recurso, então, era trabalhar em terras alheias, aqui ou ali, onde tivesse trabalho. O motivo do ingresso na atividade mineradora era um só: as pedreiras davam um mínimo de dinheiro, e na roça, ao final do mês, depois de ter entregado sacos de produção, muitas vezes o trabalhador ainda devia ao patrão. Diferentemente dos trabalhadores, os que vieram a ser empresários eram antes donos de terras – os que foram entrevistados possuíam terras com ocorrência de pedras, assim trocaram a atividade agricultora pela de extração.

### **2.1.1 Os primeiros empresários da região**

As terras com ocorrência de pedras impossibilitavam o plantio de culturas, o que, nessa fase (anos 50/60), era considerado uma má sorte para o proprietário, de maneira que muitas terras com potencial de exploração de pedras foram vendidas e compradas a preços irrisórios. Um entrevistado conta: *“[...] quando meu pai faleceu (em 1951), nós tinha quarenta alqueires de terra, então quem ficou com mais terra, área de terra, porque tinha pedra, não tinha como cultivar”* (empresário do setor). Ou

seja, ficaram com uma maior área de terra aqueles que pegaram por herança terra de difícil cultivo, justo aquelas que tinham pedras.

O mesmo empresário conta como despertou seu interesse pelo setor: *“Eu comecei, eu era agricultor, então eu tinha uma serraria de madeira, pica-pauzinho, né? Aí, depois, eu vendo os outros tirar pedra, eu tinha propriedade que tinha pedra, achei que tinha que tirar também, né? Mas não tinha recurso”*.

Não ter recurso foi uma dificuldade também mencionada por outro empresário entrevistado: *“Sabe que trabalhador da roça não tem crédito, não tem! O meu pai costumava dizer: ‘Meu filho, o homem vale na vida material, o homem vale o que ele tem. Se ele não tem nada, ele não vale nada’. Homem de lavoura não tinha nada, não tem crédito, certo?”*

De maneira que não tendo como investir em maquinário, pode-se dizer que a tecnologia era a força bruta. Um empresário entrevistado assim se manifestou: *“Mas aí comecei a tirar, comprei uma marreta lá, comecei a tirar. Tipo artesanal. Tirar um bloco levava dez, quinze dias. [...] embarcado depois na macaca, levava três, quatro horas para embarcar... Mas era gostoso, a gente trabalhava animado... [ri]”*. O entrevistado começou a atividade com um empregado, depois botou outro. Aos poucos foi melhorando, tinha três funcionários e assim por diante. Outro entrevistado fez a mesma coisa: *“Nós começamos a arrancar aquilo com a mão, tirando bloco com a mão, carregando com guincho manual”*.

O empresário procedia às tarefas de coordenação do processo como um “encarregado” atual, mas não se furtava a pegar no trabalho “bruto”. Além dessas; havia também as tarefas de contador, atendente e administrador: *“[...] porque por aí, engraçado que eu fazia aquilo tudo, carregava o caminhão e depois eu ia lá, eu fiz um escritorzinho lá, de madeira, né? Pra eu tirar as notas, eu tinha que fazer os*

*cálculos tudo direitinho, tudo na mão, não tinha máquina, né? Tudo na mão e eu mesmo tirava a nota". O que dependesse da utilização do telefone, como pedidos e encomendas, era feito após o expediente, quando o empresário chegasse à cidade de Cachoeiro de Itapemirim (local de sua moradia), porque em Soturno não havia linha de telefone, conforme relato de um entrevistado: "Até onze e meia, meia noite eu tinha que estar atendendo telefone, porque os que moram na cidade, eles têm folga, eles levantam 8h30min, 9h, então eles vão dormir tarde, mas eu, ao contrário, trabalhava o dia inteiro e ia dormir cedo. Como eu ia dormir cedo? Pois os telefonemas vinham, e eu tinha que atender, porque era o meu ganha-pão".*

As dificuldades por que passou resumiu num evento para ele inesquecível: *"Um dia eu fui lá, peguei o dinheiro pra pagar passagem ida e volta, ia pra lá de Guarapari, buscar uma peça. Na volta, eu peguei um ônibus e pra mim vinha direto pra Cachoeiro, né?". Engano, pegou um ônibus errado e não tinha dinheiro para pagar outra passagem. A solução foi saltar do ônibus e pedir uma carona. "Vinha andando a pé, devagarzinho, você sabe que começou a querer anoitecer e ninguém parou e eu não tinha dinheiro pra pagar nada. O Sol já estava escondendo, passou uma caminhonete, aí eu fiz sinal, parou e me deu carona. Chegou a Cachoeiro, ele me deixou, eu ainda vim de Cachoeiro até aqui (Soturno) a pé". O entrevistado quer evidenciar que as dificuldades por que passou no início torna a comparação difícil de ser transposta para os dias de hoje. São sinais de uma época, de uma industrialização incipiente, iniciada com poucos recursos financeiros e de processo desconhecido para os próprios "industriais".*

Nesse sentido, arrancar a pedra à unha tem um significado literal e metafórico. Não foi fácil também para o empresário, ainda mais o cachoeirense sem recurso, iniciar/desbravar a atividade. Ele repete a resposta de solicitação de crédito

a um banco para a compra de um motor a diesel: *“O Senhor não tem crédito, não! Não tem crédito, não, pode ir embora!”*. E ri, já que nossa entrevista foi interrompida pelo gerente do mesmo banco que anos atrás o recusou, e que mantém nas portas de sua empresa, atualmente, um caixa eletrônico. As dificuldades aqui elencadas não excluem o prazer do exercício da atividade: *“Mas foi isso, a vida foi gostosa em parte, né?”*. As dificuldades relatadas no desbravamento da região e da atividade trazem embutido o orgulho do “vencedor”, a partir da ética do trabalho, significando um homem, além de vencedor, honrado.

Questionado como aprendeu aquilo tudo, respondeu prontamente: *“Nunca fui na pedreira de ninguém. Eu sou meio sistemático, eu achava que, se eu isse na pedreira dos outros, eles podiam dizer: ‘O que esse pilantra veio fazer aqui?’. Errei, acertei sozinho”*. Ou seja, aprendeu a administrar um negócio com a experiência advinda do setor rural, sem noções de organização do trabalho e sem uma fundamentação administrativa um pouco mais rebuscada, sem conhecimento de leis do trabalho ou menos ainda sobre saúde e segurança no trabalho, em particular, na atividade que estavam iniciando, que uma outra entrevistada denominou de “aventura de extração”.

### **2.1.2 Os primeiros empregados**

A experiência dos trabalhadores iniciantes não era maior: *“Eu comecei assim: entrei num dia, um cara me deu uma régua, falou: ‘Vai montar o arame lá.’ Eu nunca tinha visto isso”*. Em resposta, o dono da pedreira argumentou: *“Se você não for, eu*

*boto outro! Você que vai medir, toma o metro! Se não der certo eu boto outro!*". Então o lavrador, futuro empregado de pedreira, não teve outro jeito senão: *"Cheguei lá, medi... daí umas duas horas o fio já estava rodando, aí não sai mais..."*. O início de sua atividade também foi baseado em ensaio e erro e em improvisação. Importante é ressaltar que, embora trabalhadores e empresários tenham igualmente começado suas respectivas atividades pela técnica de ensaio e erro, os objetivos eram diferenciados – os empresários buscavam a produção do lucro e os trabalhadores a sobrevivência pela produção de trabalho. Há algo que o próprio episódio acima relatado evidencia e que marca as diferenças de posições – a questão do controle do processo de trabalho. Embora muitas vezes as tarefas e as dificuldades misturem empresários e trabalhadores nessa fase, o controle do processo do trabalho e as conseqüências desse fato estavam bem delineados.

A organização do trabalho – jornada, intervalo, ritmo – era ditada pela necessidade ou imprevisto do momento. Assim, *"[...] tinha hora para pegar, mas não tinha hora para largar"*. Isso podia implicar trabalhar mais de 24 horas, sem dormir, sem descanso, o que foi exemplificado por trabalhador aposentado: *"Eu pegava hoje sete horas. Amanhã eu tinha que sair sete da manhã, 24 por 24. Difícil, né? Chuva, sol, lama, mas aí o meu encarregado falava assim: 'Eu tenho uma mudança para descer... Vocês não podem ir embora, só quando vocês fazer o serviço'. Então eu pegava, furava aquilo, descia, arrumava o fio, botava pra gerar, depois ia embora. Aí eu chegava em casa já tarde. Naquele mesmo dia quatro horas retornava!"*. Um sindicalista completa: *"Eu lembro muito bem, eu era criança, o meu pai saía de manhã para trabalhar e não tinha hora pra chegar. Dava a noite, dava no outro dia de manhã e não chegava... às vezes mamãe mandava nós ir lá ver o que estava acontecendo, aí [o pai] mandava falar que ia ficar até mais tarde, às vezes chegava*

*no outro dia, na parte da tarde em casa. Trabalhava o dia, a noite, o dia, trinta e tantas horas!”*

O processo de trabalho dependia quase exclusivamente da força, da coragem e da disposição dos homens: *“Olha, pra você ter uma idéia, não tem hoje os guindastes que tinha pra carregar. Nós levava o dia todo pra carregar um caminhão encostado numa rampa um rolo debaixo do bloco”*. Não é exagero dizer que a tecnologia era a força bruta. As condições de trabalho, já descritas como rudes, resumiam sua indignidade no seguinte aspecto: *“Nós trabalhava descalço, tem retrato aí...”*. Em diversas entrevistas, com trabalhadores aposentados, acidentados ou sindicalistas, a falta de botinas para trabalhar traduzia a ilegitimidade das condições de trabalho.

Tratava-se de processo de trabalho que, embora tenha a conotação negativa de bruto e rude, a sua execução conferia (e confere até hoje), de forma positiva, uma via privilegiada de provas de virilidade e honradez. Conforme relatado pelo mesmo entrevistado, dos cinco irmãos que o pai empregou num mesmo dia nas pedreiras; *“[...] ficou eu e um outro irmão”*. Conta com ironia os motivos da desistência dos outros: *“Você estava trabalhando, o encarregado estava em cima de você aqui assim [mostra] - aquelas caçambas, você cavando cascalho, jogando, e ele... [mostra o sujeito com a mão no queixo...] a água chega [mostra] a água ia pra ele tomar ali, oh... [risos] apanhava pra ele... O café ia pra ele ali... Menina, um solão!!!. Pegava sete da manhã às quatro da tarde, mas nós fomos heróis eu e meu irmão güentamos” (grifos nossos)*. Não era qualquer um que agüentava o trabalho pesado e ainda suportava as dificuldades cavadas por encarregados que deveriam, por função, coordenar e facilitar o processo. A ironia relatada pelo trabalhador fica por conta do contraste entre a atividade contínua e penosa em que labutavam

durante a jornada de trabalho enquanto o conforto da água e café ia para o encarregado, compenetrado na arte da observação.

Do ponto de vista do processo do trabalho, o episódio evidencia os primórdios da divisão mais acentuada de homens e de tarefas; se antes era o patrão mais um empregado, depois outro, aqui há uma figura intermediária, a do encarregado. Funcionário para o patrão e patrão para os funcionários – usufruía das benesses do café e da água, ficando o lado penoso do processo do trabalho para trabalhadores. Sua tarefa de coordenação do processo tem como objetivo a maximização da produção, entre outros meios, pela intensificação e extensão da jornada de trabalho, conforme relatado acima.

Do ponto de vista dos trabalhadores, suportar e superar as adversidades do trabalho, o aspecto penoso e o perigo transformam-se em valor – dão a esses trabalhadores o atributo positivo de heróis.

O trabalho no setor não lhes dava de imediato o estatuto de trabalhador “fichado”, com carteira assinada – muitos trabalharam anos sem carteira assinada. Eram trabalhadores que perambulavam ora na lavoura, ora em pedreiras, até se fixarem efetivamente num emprego formal, em geral, segundo depoimentos, já havia se passado cerca de três anos ou mais, como relata o entrevistado: “[...] *porque logo nos começos essas firmas não assinavam carteira de ninguém, não. Nós entramos trabalhando, mas entrava assim... na moda vamsimbora igual na roça. Eles pagava por mês, mas sem documento assinado, sem nada*”. Em outro depoimento, uma situação semelhante: “[...] *com treze, quatorze anos, eu comecei a rodear as pedreiras de mármore, ajudando alguma coisa, assim clandestino, né? Clandestino eu trabalhei muitos anos [...] eu trabalhei assim voluntário, onde eu achasse serviço, um pouco na roça, um pouco no mármore, uma pedreira de calcita...*”. O mesmo

trabalhador assinala: *“A sede da gente mesmo era a carteira profissional, que seria muito difícil naquela época. Naquele tempo, quem adquirisse tinha que segurar mesmo”*. O entrevistado se espanta com o descaso em relação ao documento nos dias atuais: *“Agora é fácil nos nossos dias. As pessoas até estraga a carteira, eu vejo aí!”*.

Os trabalhadores aposentados apontaram as inúmeras dificuldades com que se depararam em seu cotidiano – era o tempo do trabalho bruto, rude. Segundo um empregado aposentado: *“[...] no início o negócio era feio de cara, viu? Tudo desorganizado, né? Não tinha nada bem feito. E a gente trabalhando mesmo pra arriscar a vida, né? O serviço era muito pesado, um serviço bruto. Aí continuamos, estava trabalhando, estava pegando com a vida”*. Surgem as contradições: o mesmo trabalhador que anteriormente havia relatado que o trabalho trouxe uma “melhorazinha”, ao mesmo tempo perdeu três dedos e ficou cego de um olho. Era melhor trabalhar na pedreira do que no campo, embora o processo de trabalho no setor de rochas fosse desorganizado e, além de bruto e rude, *“[...] pegava com a vida”*. Aqui está explicitada a improvisação com que trabalhavam, potencializando os perigos e os riscos de morte. Nesse relato, em especial, o trabalhador reconhece que estava submetido a processo de trabalho em que corria risco de morrer.

Os trabalhadores aposentados não sabiam se era *por entusiasmo da juventude*, se porque *eram homens*, se porque *não tinham juízo*, mas todos relataram não ter medo dos riscos e tampouco desanimaram quando testemunharam acidentes fatais ou foram eles mesmos vítimas de acidente. Parece que a percepção mais aguda desse trabalhador aposentado sobre a desorganização e o risco de morte (“pegava com a vida”) decorre do fato de trazer no corpo a marca dessa possibilidade. Não só as marcas físicas, mas as dos sofrimentos decorrentes,

conforme seu próprio testemunho: *“A senhora pensa bem, a gente perdendo uma peça do corpo igual a minha que é a única coisa que nós temos hoje, a pior coisa, que é ficar sem ela é a vista, né? Eu perdi essa vista e veio me dizer a mim que eu não tinha direito de receber indenização [...]. Eu não recebi nenhum tostão de nada. Nem da minha vista, nem destes dedos aqui. Não recebi nada!”*. A ilegitimidade e conseqüente sofrimento sentidos pelo trabalhador pela falta de responsabilização e amparo por parte do empregador foi um tema recorrente nas entrevistas, principalmente por parte das viúvas.

Quando na ativa, os trabalhadores referem que não sentiam medo, compartilhavam juntos daquilo que Dejourns (1994) chamou de “estratégia coletiva de defesa”, ou seja, minimizavam os riscos para continuar trabalhando. Entretanto, ao se aposentarem, todos eles relataram o medo e o pavor que passaram a ter do trabalho em pedreira. O mesmo trabalhador aposentado que nos relatou que, na sua vida de trabalho *“[...] eu não sentia medo nenhum, que eu era acostumado; se falasse ‘a espoleta vai pocar’, eu digo não, não e não. Limpei muito fogo!”*. No entanto, nos dias de hoje, *“[...] quando acontece um fracasso qualquer [acidente], eu me sinto muito abalado”*. O mesmo trabalhador relata; *“Eu trabalhei, muitas vezes eu fiquei amarrado numa rampa de pedra, daquela que até água pra mim ia lá amarrada numa corda [de tão alto] [...]. Agora hoje, não, hoje, uma alturinha assim que eu passo, parece que a cabeça está puxando [...] como é que eu fiquei assim?”*.

Parece que, ao não compartilhar coletivamente com os colegas a minimização dos riscos, os aposentados passam a ter uma real dimensão do perigo das pedreiras. Uniram-se às mulheres no medo. Suas esposas (que também participaram das entrevistas) relataram que só faziam rezar e pedir a Deus que trouxesse seus maridos vivos das pedreiras. Agora o casal se une na mesma oração

pra que seus filhos, que estão majoritariamente empregados nas atividades do setor de rochas ornamentais, retornem vivos também, conforme afirmou um entrevistado: *“Tem vez de noite que a gente nem dormir direito a gente não dorme. Fica imaginando... Porque acontece com um, acontece com outro, a gente fica pensando, né? O acidente ocorrer, porque quando a gente menos espera, acontece um troço diferente na pedreira aí. Serviço de pedreira é serviço bruto mesmo! E a gente fica pensando nos filhos da gente, no serviço, né? Coitados, né? A gente pede a Deus, né? Porque todo dia a gente tem que rezar e pedir a Deus, pra eles e pra gente também que a gente já sofreu muito e os filhos estão lutando na vida”*. O entrevistado tem quatro filhos empregados no setor, além de dois genros.

Se, no final da década de 60, ingressar no setor de rochas constituiu uma opção às dificuldades do trabalho na lavoura, esses aposentados têm a noção de que hoje seus filhos se empregam em pedreira porque *“[...] coitados, é porque o estudo deles é pouco... E hoje em dia o cara para achar uma melhora de serviço tem que ter estudo, né? Se não tiver estudo, não tem jeito. Tem gente, colega meu, estudado, que não acha outro serviço, tem que pegar pedreira, mesmo!”*. Mesmo com escolaridade um pouco melhor, fica difícil outra opção de trabalho. Além do mais, *“[...] tem hora que eu fico falando mais a minha mulher, o único lugar do serviço do pobre é lá no alto da pedreira, porque, de caminhão que desce lá de cima, é tudo de lá que o serviço sai...”*. Resta pedir a Deus que retornem.

A entrada formal na pedreira dava ao sujeito o estatuto de “empregado” de alguém e conferia a idéia de segurança quanto à questão da sobrevivência. Muitas vezes a busca deste estatuto de empregado vinha acompanhada da decisão de casar-se, com a constituição de família e a chegada dos filhos. Com este novo *status* social, empregado e pai de família, o sujeito começa a construir a sua vida de

homem *honrado*. Ser um bom marido e pai de família implicaria a provisão adequada do lar, além de ser “bom de serviço”, que se entende em *não faltar ao trabalho, não reclamar, não fazer “exigências”, não botar “questã” em coisas miúdas* e, principalmente, ter saúde e força física – emblemas de virilidade (MOULIN et al, 2000/2001). A constituição da família e a inserção no trabalho são marcas apontadas por diversos autores como ancoradouros da cultura da classe trabalhadora (DUARTE; 1986, HOGGART, 1973; ALMEIDA, 1995).

Podemos constatar que tanto trabalhadores quanto os patrões vinham da labuta com a lavoura e enxergavam no trabalho de extração e beneficiamento de pedras uma vantagem, uma possibilidade de melhorar a vida material, realidade observada também por uma religiosa entrevistada em sua experiência em Vargem Alta (ES), na década de 80. De acordo com a religiosa, “[...] *o trabalhador rural, ele encontrava na pedreira um status, ele se sentia maior do que o rural. Então ele abraçava... E também o pequeno proprietário, o pequeno industrial, ele também era assim: ‘Eu estou saindo da roça, eu estou entrando no mundo industrializado’, com todas as dificuldades e com todos os erros que eles cometiam, porque não havia técnica, era muito mais aventura de exploração do que propriamente técnica*”. Tanto o empresário quanto o trabalhador estavam em transição, no que diz respeito à sua posição social. Estavam, melhor dizendo, construindo nova posição social – da roça às rochas – arcando com as conseqüências que tanto comporta orgulho quanto as dores de um cotidiano de trabalho duro e, sobretudo, os acidentes que não tardaram em aparecer.

### 2.1.3 A localidade de pedra

Os entrevistados destacaram que não havia na região infra-estrutura que contemplasse a nova atividade. As estradas foram abertas com instrumentos rústicos, como facão, enxada e foice, conforme Salviano da Costa (1991). Luz elétrica também não havia, o que obrigou muitos deles a trabalharem à noite com lampiões. Se hoje as estradas que levam caminhões para as pedreiras em Itaoca ainda são de terra batida, na época, então, *“[...] no início a estrada afundava, quando começou a descer o primeiro bloquinho, o caminhão afundava por aí nessa terra, até que assolou, né? Ih! Tinha vez que o caminhão afundava, ficava uma semana aí, chovia o caminhão afundava. Ficava quinze dias atolado aí”*.

Para atrair trabalhadores para suas pedreiras, muitos proprietários construíram casas, as chamadas “casas de firma”, oferecendo assim condições mínimas de moradia. Dessa forma, um aposentado classificou de vantagem o fato de que o patrão: *“[...] mandou que a gente fizesse casinhas boas pra gente morar, de tamanho que coubesse a família, à vontade, fazer aquilo que precisasse. Ele nos deu essa vantagem”*. Mais adiante, o mesmo entrevistado vai revelando: *“Nunca tive casa assim [própria], não, porque, no caso, eu era encarregado e, sempre nos lugares que eu trabalhava, eles tinham uma casinha perto da pedreira”*. O que poderia ser uma possível vantagem se revela em instrumento para as necessidades da produção, do ponto de vista do capital: *“O patrão fazia questão que a gente tivesse aquela casa, pra morar bem perto da pedreira, porque a qualquer hora, carro pra carregar, de noite, eu estava lá. Dia de domingo, feriado, qualquer hora. Até aconselhavam pra gente não sair de casa. Ficar mesmo escravizado.”* As casas de

firma guardam certa semelhança em suas funções, quando comparadas com as vilas operárias no início da industrialização brasileira. Segundo Piquet (1998, p. 22),

[...] a vida operária nessas vilas era um prolongamento da rígida disciplina imposta pelo regime de trabalho fabril. A proximidade da produção e da reprodução assegura a assiduidade dos operários, assim como sua pontualidade. Esse duplo processo de subordinação da força de trabalho é, ainda, um elemento importante no estado de prontidão permanente do operariado, principalmente nas profissões relacionadas com a manutenção e os reparos de máquinas.

O local de moradia de patrões e empregados revela distinções: os empresários moram em geral em casas confortáveis, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim; os pequenos distritos, como Itaoca ou Soturno, parecem antigos bairros operários, que surgem a partir de uma determinada fábrica – aqui, no sul do Estado, surgem em função da atividade de extração e, em virtude disso, aos poucos vão se expandindo em termos de comércio, escola e outros. As pequenas casas, mesmo se não são de firma, muito se assemelham umas às outras, têm em geral sala, cozinha, banheiro e um ou dois quartos, talvez um pequeno quintal ou varanda.

O distrito de Itaoca era meio rural e hoje é um corredor de exportação de blocos, chapas e produtos beneficiados; ainda assim, até hoje, não mereceu nenhuma atenção especial por parte do Poder Público, embora gere receita considerável para os cofres da municipalidade. Por conseqüência, resta aos trabalhadores morar em locais de muita poeira e muito ruído proveniente das próprias empresas e constantes estampidos de detonações de pedra. Acrescenta-se que as acelerações e freadas freqüentes pela intensa movimentação de caminhões levantam poeira, produzindo um tom enevoado na localidade e um ruído contínuo. Já ocorreu de um desses caminhões, ao descer carregado de pedras, perder o freio, entrar na casa de uma família e matar uma criança. De acordo com um morador entrevistado: *“A menina que morreu teve praticamente um enterro simbólico, ela foi*

*esmagada, parte do corpo dela. Já havia ocorrido um fato deste antes, o caminhão havia perdido o freio, desceu a serra, num horário de movimento. Por incrível que pareça, ele desceu, passou, caiu num córrego. Pra felicidade não atravessou ninguém”.*

Na região de Soturno, o empresário entrevistado conta que foi responsável não só pela construção das primeiras casas, como também pela construção de um cemitério e, ao longo dos anos, pela instalação de linhas telefônicas, pela construção de um posto médico, por ter conseguido um destacamento policial na região, por ter instalado um posto do Banco do Brasil dentro de sua empresa, que atende a toda comunidade. Além disso, o mesmo empresário construiu ginásio de esportes, campo de futebol, área de lazer, auditório (para encontros religiosos), consultório de Odontologia e colocou ambulância à disposição da comunidade, o que foi confirmado por relatos de outros entrevistados e por Salviano da Costa (1991). Torna-se evidente a falta de investimentos do Poder Público em prover esses pequenos distritos da qualidade de vida requerida para uma população em formação.

Dessa maneira, os trabalhadores que iniciaram atividade no setor de rochas dependiam dos seus patrões, não apenas em função do salário, mas também para questões relacionadas com a saúde, a locomoção, a moradia. Os distritos não tinham postos de saúde; os trabalhadores não tinham meios de transporte; iam para o trabalho montados em caçambas de caminhão repletos de pedras, ou mesmo a pé. Seu teto também pertencia ao patrão. A importância de alguns empresários extrapolava as cercas das pedreiras, pois estes, por vezes, acumulavam a função que deveria ser prestada pelo Poder Público – iluminação, escolas, assistência médica e hospitalar, enfim, as necessidades básicas de uma comunidade.

Hoje as pequenas comunidades são referidas positivamente pelos moradores, como fonte de solidariedade na hora de uma “*precisão*” – a rede de vizinhos, amigos, a parentela, as diversas igrejas, a amizade que construíram foram apontados como fator preponderante, não só nas horas difíceis, mas também como fonte de trocas afetivas e confiáveis. Mas ressalta um contraponto encontrado nas pequenas localidades: “[...] *todo mundo sabe de tudo*” [e sempre] “*é bom não esticar o assunto*” [e às vezes] “*é melhor nem comentar nada*”. Mesmo assim, os moradores não deixaram de reconhecer os problemas relacionados com a poluição causada pelas empresas, pelo trânsito pesado de caminhões, pela falta de opção de lazer, pela falta de assistência médica tanto para a população, em geral, quanto para a população trabalhadora, em particular.

Empregados majoritariamente num trabalho reconhecidamente penoso e perigoso, não há vigilância em saúde do trabalhador. Grande parte dos trabalhadores entrevistados tinha déficit auditivo e isso ainda não se tornou uma *questão* para a saúde pública local.

## 2.2 PATRÕES E EMPREGADOS

Num primeiro momento, parece que as tarefas exercidas por trabalhadores e patrões pouco se diferenciavam – compartilhavam juntos da aventura de começar uma atividade, saídos da roça e labutavam também no desbravamento de uma região. O trabalho era duro para todos.

Trabalhar em estreito contato com o patrão e ao mesmo tempo depender dele

para tantas coisas, que na vida deveriam ser direitos básicos, fez com que esses direitos fossem vivenciados como uma vantagem devida ao patrão. Tal situação traz implicações no que diz respeito à construção da sociabilidade entre patrões e empregados, entre empresários e comunidade: há, por certo, maior dependência e sentido de “gratidão” por parte do empregado e maior controle por parte do patrão. A distância e os limites entre patrão e empregado eram tênues, dando lugar a uma complexa e delicada relação de reciprocidade hierárquica, com relações de compadrio e de troca de favores, obscurecendo o fato de se tratar de uma relação de trabalho inserida num determinado processo de produção com as respectivas contradições.

Nos relatos dos trabalhadores aposentados, os patrões, muitas vezes, parecem ter a importância de um pai (pai-patrão; patriarca) ao qual se deve respeito, gratidão, e o trabalho executado permanece invisível no resultado final, nos blocos retirados com perfeição, nas chapas polidas. Nos belos pisos de mármore, esconde-se o trabalho penoso, bruto. É como o lado não polido das chapas: é feio, desagradável ao toque e ficam invisíveis quando se transformam em bancadas de pias ou tampos de mesas. O trabalho era uma obrigação e devia ser executado de qualquer forma, chovesse ou fizesse sol, com ou sem riscos, como parte da relação estabelecida. Por outro lado, esperava-se do patrão mais do que um salário, o reconhecimento do sacrifício do trabalho penoso, representado por favores, como: cessão de casas, empréstimos de dinheiro (pequenos adiantamentos de salário) e, principalmente, que o patrão protegesse a família, quando da morte ou mutilação em acidente de trabalho do “seu” empregado. Na quebra desse sutil contrato, os trabalhadores enxergavam ilegitimidade e sofrimento. Há, por certo, uma vivência, por parte de alguns, das relações de trabalho como *“se fôssemos uma família”*; diga-

se de passagem, com tudo o que uma família pode comportar de solidariedade e sentimento de pertencimento, mas também de cerceamentos e dores.

### 2.3 UM PANORAMA

Das descrições e considerações relatadas, podemos traçar um panorama da população e das relações sociais que estavam atuando no desbravamento da atividade no setor de rochas.

Encontramos uma população de trabalhadores e de empresários que saem do mundo rural e levam para o trabalho na indústria uma visão de mundo do tipo tradicional, do fazendeiro e seus colonos, dando prosseguimento a uma gestão de trabalho baseada nessa cultura. Ambos (futuros trabalhadores e futuros empresários) entendem pertencer a uma determinada ordem hierárquica, assimétrica, em relação de complementaridade ou reciprocidade (DUARTE, 1986) com valores e princípios próprios. Aos patrões caberia a coordenação do processo social, não só no trabalho, mas na localidade e na própria vida pessoal dos empregados; está na posição do senhor. Do ponto de vista dos trabalhadores, cabe a obediência. Em contrapartida, a pessoa parece *pertencer* àquele patrão que lhes confere não só o salário, mas até local de moradia e do qual espera amparo nas horas difíceis. Está inserido socialmente, ao mesmo tempo em oposição e complementaridade ao patrão. Nesse sentido, não cabe desacatar a ordem de um encarregado no ambiente de trabalho, por exemplo, mesmo que configure perigo de morte ao trabalhador, porque na desobediência está em jogo o confronto e a

possibilidade de perda das muitas variantes culturais acima referidas – e o medo puro e simples de não ter mais subsistência.

Trata-se de uma região que, afora as atividades rurais em decadência, oferecia empregos tão-somente nas atividades emergentes relacionadas com o setor de rochas. Nesse primeiro momento, muito se assemelhavam às atividades rurais – trabalho na natureza, a céu aberto, sujeito às intempéries do tempo, dependente de força física do trabalhador. Da mesma forma, Almeida (1995, p. 34), esclarece que, nas pedreiras de Pardais, em Portugal,

Não fora o fato de os assalariados agrícolas já serem semi-proletários, poder-se-ia falar de um processo de proletarização. Todavia, como as tarefas de extração do mármore se ligam, ainda, a terra, muito da visão camponesa do mundo manteve-se; outro tanto se perdeu, como a noção de ciclicidade. A desvinculação da terra, porém, bem como o facto de esta não ser propriedade de quem a cultiva, de não constituir herança e foco de estratégia para a reprodução dos grupos domésticos, facilitou a transição para o trabalho no mármore.

Saídos do campo para a indústria do mármore, os trabalhadores encontram elementos semelhantes aos da sua atividade anterior, além de não terem outra opção de trabalho.

A localidade não favorecia nem aos empresários e muito menos aos trabalhadores. Não oferecia os elementos básicos que entendemos hoje como direitos de um cidadão: moradia, saneamento básico, educação e saúde. Bem, não tinham sequer água filtrada. Os melhoramentos foram sendo introduzidos nas pequenas comunidades no interesse e por pressão das empresas, com ausência de maiores investimentos por parte do Poder Público.

Quase a totalidade da população rural e que migra para as empresas freqüentava a Igreja Católica local, conforme depoimento da religiosa: *“Então aquele povoadozinho se reuniam ao redor, da escola, da igreja e do campo de futebol. As*

*comunidades eram isso! Aí, quando vieram os trabalhadores de pedreira, começou a chegar várias famílias que não tinham o espírito de comunidade, não era Igreja Católica, foi quando começou a diversificar um pouquinho, mas até então, a força era nossa. A nossa palavra era muito grande” (grifos nossos). Mesmo com algumas famílias não pertencendo à Igreja Católica, a religiosidade era (e ainda é) uma força, uma visão de mundo importante para os trabalhadores.*

Outra característica desses trabalhadores em transição do rural para a indústria é que a noção de ser trabalhador se confunde com aquele que “*não tem medo do serviço*”, “*que não desanima*”, “*que não tem tempo ruim*”, ou seja, uma pessoa que se submete às condições de trabalho sem reclamar.

No seu conjunto, essas características imprimem à população trabalhadora um tom resignado em face às contradições trazidas principalmente pelos sucessivos acidentes de trabalho. Se, por um lado, expõe certa fragilização dos trabalhadores na defesa de suas vidas, essa visão de mundo encontra-se alicerçada em fortes marcas culturais – que conferem identidade positiva ao sujeito – tais como, o orgulho de ser trabalhador, de ser provedor de sua família, de ter saído do campo e de dar mostras de saúde e virilidade.

## 2.4 E A SAÚDE?

A característica da invisibilidade do trabalho rude e bruto, da penosidade do trabalho em comparação com a beleza das pedras, com os lucros e o desenvolvimento econômico da região, de certa forma, se dá até hoje.

Ao longo do tempo, os acidentes fatais e mutilantes, desses que esmagam um homem, arranca a cabeça e que fica como uma folha de papel, começaram a se tornar visíveis, em primeiro lugar nos lamentos de dor das viúvas, dos órfãos e de pais que perdiam seus filhos nessa atividade.

A saúde, como uma *questão* a ser considerada no processo de trabalho, não era sequer cogitada por trabalhadores e empresários. Um trabalhador aposentado ilustra muito bem a temática: *“Esse problema de saúde é uma coisa difícil até da gente calcular daquela época pra agora, porque o patrão não teria nada com isso, com a saúde da pessoa. Nada, nada, absolutamente. A coisa corria assim, o operário só prestava se tivesse saúde para trabalhar. Essa é que é a verdade naquela época”*. Infelizmente, nada muito diferente ocorre no mundo do trabalho nestes tempos pós-modernos. Ele continua seu relato: *“[...] porque, se adoecesse era, como se diz, você e aquilo que você encontra na frente, o INSS, mas o patrão não se movia em nada. Isso antigamente. Se quebrasse uma perna, botava no carro, levasse; se morresse também levava lá pra Santa Casa ou cemitério, mandava chamar o médico pra tirar de dentro da propriedade e continuava o trabalho”*.

De fato, a saúde não era uma questão para essa população (muito menos para o patrão). Vê-se que nosso entrevistado desliza o assunto do adoecimento para os acidentes, ou seja, se nem nos acidentes que eram chocantes – porque deixavam graves seqüelas no corpo ou matavam o trabalhador – se atribuía responsabilização aos patrões e/ou ao processo de trabalho, o que dizer de processos insidiosos, como a surdez, a silicose, que são processos invisíveis e que se dão em espaço de tempo maior?

Ali na roça, nas pedreiras, a discussão sobre saúde, sobre o direito à vida, começa com o choro das mulheres e dos órfãos ouvidos, consolados e posteriormente organizados por religiosos nas celebrações e atividades da igreja católica de Vargem Alta, e ganha força nos anos 90, como veremos em seguida.

No presente capítulo, tivemos a oportunidade de conhecer como se constituíram trabalhadores e empresários na região, com que recursos contaram para iniciar a atividade no setor de rochas e formarem localidades que eram até então rurais e incipientes. Saídos da roça, enfrentam o trabalho no “muque”, sem maquinário. Os trabalhadores (bem como empresários) sem treinamento iniciam a atividade utilizando-se da técnica de ensaio e erro. As seguidas dificuldades não os esmoreciam – sentiam-se orgulhosos por saírem da roça e tornarem-se “da indústria”. A maioria minimizava os riscos e se sentiam como “heróis”. O que não impedia os acidentes de ocorrerem.

*Como Encarar a Morte*

[...]

*À meia distância*

Claridade infusa na sombra,  
treva implícita na claridade?  
Quem ousa dizer o que viu,  
se não viu a não ser em sonho?

Mas insones tornamos a vê-lo  
e um vago arrepio vara  
a mais íntima pele do homem.  
A superfície jaz tranqüila.

(Carlos Drummond de Andrade)

### **3 O LADO NÃO POLIDO DAS PEDRAS:**

#### **Processo de trabalho, riscos e acidentes no setor de rochas**

A atividade no setor de rochas no sul do Estado do Espírito Santo, perigosa e penosa, produziu centenas de mortos e mutilados, acidentados e doentes ocupacionais. Estudo de Nossa Jr. (1998) verificou, no posto de Seguridade Social do INSS de Cachoeiro de Itapemirim, que, de 1993 até maio de 1998, ocorreram 34 mortes e 1.076 acidentes no sul do Estado. Além disso, refere que, segundo o próprio diretor do INSS local, as empresas têm por costume não comunicar afastamentos e acidentes, preferindo fazer acordos diretamente com o trabalhador e, dessa forma, evitam que este obtenha um ano de estabilidade no trabalho. Além

da subnotificação, há ainda mortes por fatores que podem estar associados ao trabalho, mas aparecem registradas como broncopneumonia, enfisema pulmonar, edema, câncer de pulmão, tuberculose pulmonar e insuficiência pulmonar. Essas foram as “causas mortis” relacionadas com as mortes de muitos trabalhadores do setor (NOSSA JÚNIOR, 1998).

No presente capítulo, estudamos mais detidamente os processos de trabalho, os riscos e os acidentes. Procuramos compreender, juntamente com os elementos que examinamos no primeiro capítulo, quais são os fatores que contribuem para a ocorrência repetida dos acidentes e o que fez com que, atualmente, segundo sindicalistas, esse número tenha decrescido.

### 3.1 SUBINDO ÀS PEDREIRAS, TRABALHO E RISCOS DE ACIDENTES NA PRODUÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS

A primeira visita que fizemos (esta pesquisadora), em 1999, a uma pedreira em Itaoca nos deixou com sensação de atordoamento; a noção de espaço e tempo parecia se embaralhar. Aquele espaço era totalmente desconhecido, mergulhamos num mundo de pedra, com o sol onipresente, que queima a cabeça e também fere os olhos, refletido pela pedra. Uma natureza que oferece as pedras que servirão de ornamentos e produtos industrializados, de uma beleza impressionante, ao lado dos rejeitos da extração e do beneficiamento que polui, que enfeia, rejeitos que não se sabe o quanto ainda vão afetar a natureza, a vida e a saúde dos moradores. Há um barulho ininterrupto dos martelotes que, se não ensurdece o visitante, o atordoia. Até a vibração produzida pela ação dos martelotes incomoda. A presença constante da

poeira deixa tudo enevoado; o pó branco gruda nos cabelos e os deixa duros; o nariz e garganta começam a coçar sem parar. Os estampidos das explosões assustam, enfim, todo o corpo é incomodado constantemente pelas condições de trabalho. Houve momento em que pensávamos: “Não dá pra pensar!”. O tempo parecia outro, parecia que havia regredido a uma outra época ou pensávamos ter ingressado num filme no qual “víamos” escravos ou condenados carregando pedras. Seria aquele o mesmo espaço/tempo dos ambientes climatizados, da internet, da velocidade das informações, dos *shoppings*, dos bancos 24 horas? E o que dizer do mundo da publicidade e da televisão, diversão única daquela população? Onde estaria, afinal, o mundo real? Quando voltávamos para casa, para a Capital do Estado, para a Universidade, estas nos pareciam estranhas, porque o cenário não combinava com aquele anterior que havíamos vivenciado.

Miguel Vale de Almeida refere-se à sua primeira visita a uma pedreira em Pardais, Portugal, como “uma experiência inolvidável” e Leonêncio Nossa Jr. classificou a sua experiência em Itaoca como atordoante e fascinante. A coincidência dos relatos impressiona: Almeida (1995, p. 159) refere-se à pedreira como uma paisagem “lunar”: “[...] com os solos esventrados e os pescoços das gruas pontuando o horizonte”. Nossa Jr. (1998) assim descreve sua vivência: “Em algumas paragens, o cenário é lunar. Um branco prateado, devido ao reflexo solar, domina extensos campos, que se confundem com pistas gigantes de gelo”.

O impacto inicial de uma primeira visita a uma pedreira vai cedendo lugar, ao longo das sucessivas visitas, à constatação de certo ordenamento do cotidiano ditado pela organização do trabalho – jornada, ritmo, relações com chefes e colegas, enfim, com a complexidade que qualquer atividade de trabalho explicita e esconde do pesquisador. Mas ali, em especial, nas pedreiras, há uma especificidade: a

possibilidade evidente e contínua da ocorrência de um incidente, que pode se tornar um acidente com reais riscos de morte.

O setor de rochas ornamentais é de enorme complexidade. Uma pedreira, embora todas tenham a mesma função de extração de bloco, dificilmente é igual à outra. Depende da maior ou menor organização em termos dos processos de trabalho, da inserção do trabalhador, do tamanho, do tipo de maquinário que utiliza, se extrai em bancadas horizontais ou na vertical. Dessa maneira, será feita uma apresentação necessariamente incompleta, tendo em vista a velocidade com que tem havido modificações no setor.

As atividades se dividem basicamente em *extração* dos blocos (trabalho em pedreiras), transformação do bloco em várias chapas de mármore (trabalho em serrarias) e o *beneficiamento*, que produz bancadas de pias, ladrilhos, produtos industrializados. Há ainda o transporte de blocos, de chapas e de produtos e as moageiras, que utilizam as pedras refugadas da extração para a produção de pó de calcário.

### **3.1.1 As pedreiras**

Nas pedreiras ou empresas de extração, os trabalhadores se dividem nas funções de operador de martetele (marteteleiro), cabo de fogo (cabuqueiro), operador de fio diamantado (fiolista), manobreiro (manobrista) e o encarregado ou supervisor que coordena e orienta todo o processo.

Os marteteleiros são responsáveis pela limpeza da pedreira: retiram das

rochas suas imperfeições para que o terreno seja transformado numa plataforma lisa ou “prancha”. Em seguida, perfuram a “prancha” com o martetele para possibilitar a instalação das hastes do aparelho de fio diamantado – equipamento mais moderno que realiza o corte da pedra – sempre em contato direto com a poeira, o barulho e a trepidação que são produzidos pelo uso do martetele.

O processo aqui descrito implica a utilização do fio diamantado e a extração em bancadas que eliminam o problema das grandes alturas. Anteriormente, era mais comum o corte nas pedras feito na vertical, que resultava em postos de trabalho de grandes alturas e as quedas, responsáveis por diversas mortes no setor. Conforme depoimento de sindicalista: *“A gente sempre defendeu e eles [a fiscalização do Ministério do Trabalho] estão exigindo, que esses paredões, que eles façam sistema de bancadas. Se você faz sistema de bancadas, você tem menos risco de queda”* Ainda assim, o sistema de bancadas convive com o sistema de paredões de grandes alturas: *“Agora, pra reduzir [os acidentes], é preciso mudar mesmo as condições de trabalho. Mudar a forma de extrair. Não adianta você colocar um cara pendurado lá num paredão, cheio de cinto de segurança com trinta metros de altura. Você tem que mudar a forma de extrair para que ele não tenha que usar tanto equipamento também. Mesmo que ele necessite de usar equipamento, mas que ele tenha também segurança e não tenha tanto risco de queda”*.

O marteteleiro, se utilizar os equipamentos de proteção individual, deverá portar capacete, óculos, protetor auricular, abafador de ruído e máscaras (contra a poeira), isso tudo sob o sol escaldante da região, envolto pela poeira que a própria atividade produz, que vai aderindo ao suor. Nada disso protege, porém, contra pedras que “voam”, disso os trabalhadores têm noção. Muitas vezes o desconforto causado pelos EPIs é tão grande, que muitos trabalhadores só o utilizam sob

constrangimento de técnicos de segurança (quando trabalham em firmas que possuem essa preocupação). Mesmo com o desconforto, com a dificuldade em utilizá-los no cotidiano, a posse dos equipamentos de proteção individual é vivida como “respeito” e é saudado por parte dos aposentados como uma melhora no trabalho, conforme depoimento: *“Hoje não, tem muita segurança; [mas] pode melhorar mais [a] proteção ao trabalhador”*.

A trepidação, o barulho, a poeira isolam o trabalhador no seu posto, mesmo que eles estejam trabalhando próximos uns aos outros. A despeito do isolamento, os trabalhadores contam com a solidariedade do colega para avisar de um perigo, um incidente qualquer no ambiente de trabalho. Normalmente, não adianta gritar pelo outro, por causa do barulho, é necessário tocá-lo.

O cabuqueiro é quem “detona” ou “dá fogo” na pedreira. Seu trabalho consiste em detonar explosivos na área trabalhada pelos marteleteiros para que se inicie o processo de extração dos blocos, além de explodir rochas e blocos desnecessários ao processo. Quando há detonação, os trabalhadores só podem se prevenir de acidentes tentando se esconder em algum local que supõem seguro ou, se não houver tempo para se esconderem, devem ficar atentos para se desviarem das pedras que “voam”. Qualquer problema na utilização do explosivo detona literalmente o trabalhador. Os trabalhadores estão sujeitos ainda a serem atingidos, a qualquer momento, por pedaços de rochas provenientes de explosões, que ocorrem diariamente, em qualquer horário, tanto em sua empresa quanto nas pedreiras vizinhas. Conforme depoimento de sindicalista: *“São várias empresas, tudo perto ali, cada um quer trabalhar no seu horário a hora que ele bem quiser. Só que tem casos lá de pedra de uma pedreira matar trabalhador de outra. Tinha que ter um horário pra todo mundo detonar no mesmo horário, aí tirava o pessoal*

*todinho, colocava num abrigo e eles detonavam. Não, eles querem detonar ali, o trabalhador trabalhando na empresa de lá. Detona, a pedra vai lá e mata o trabalhador, já aconteceu”.*

Como exemplo de acidentes desse tipo, ocorrido em 16-11-1998, um trabalhador de 21 anos, marroeiro, “[...] estava na rodovia parando os carros para que houvesse detonação na pedreira, quando ele estava abrigado debaixo de uma oca de pedra para se proteger da explosão, um pedaço de pedra o atingiu no peito, quebrando-o, ocasionando a morte”. (documento do sindicato). Infortúnio semelhante teve um trabalhador marroeiro de 44 anos, já que “[...] ao retornar-se do seu horário do almoço, o mesmo não enxergou-se uma pedra vindo em sua direção desgovernada e bateu em sua cabeça” (CAT – documento do sindicato, grifos nossos). Essa Comunicação de Acidente nos traz dois elementos – o primeiro, um trabalhador “distraído”, que não “enxerga” uma pedra; e o segundo, a possibilidade de as pedras serem governadas ou terem governo elas próprias. No modo de descrever o acidente, ficou implícita a culpabilização do trabalhador.

Leonêncio Nossa Jr. (1998) relata acidente em que um jovem de dezoito anos recebeu ordem do encarregado para detonar uma pedra: “*De sandálias de borracha, ele desceu em um buraco de um metro de profundidade e colocou trinta bananas de dinamite, acendeu o estopim e acabou não tendo tempo de sair*”. O rapaz tinha apenas três meses de trabalho. O gerente da firma em que trabalhava correlacionou o acidente à personalidade da vítima, já que se tratava de um rapaz “teimoso”. Esse acidente é, como outros, típico da falta de respeito em relação aos cuidados com que se deve operar em trabalho evidentemente perigoso, como detonação de pedras, e uma acentuada falta de respeito à vida de quem o opera. O jovem de dezoito anos, três meses de trabalho, morto vítima de acidente de trabalho,

transmuta-se em culpado no discurso do gerente. A culpabilização apressada do trabalhador, sem sequer analisar quaisquer outros elementos envolvidos no evento, foi e é ainda uma forma eficaz de perpetuação dos acidentes. Atribuir o acidente à conduta, à personalidade ou à ignorância do trabalhador foi uma constante em alguns relatos. Como exemplo, o final de um relato de acidente feito por empresário que veicula uma culpabilização implícita: *“Bem, aí falta de atenção dele também, vendo que a pedra no meio do morro, tomba não tomba, foi passar por baixo; a pedra que tombou em cima dele, ele que pulou, pulou mais pra baixo; mas deixou a perna na frente, deixou a perna na frente, cortou pra baixo do joelho, cortou fora”*.

Se fosse um trabalhador mais “atento” preveria a possibilidade de a pedra tombar, ou, se fosse mais ágil, tiraria a perna antes do tombamento da pedra. É importante assinalar que esse foi um comentário “rápido”, dentro do contexto do relato do acidente como um todo. A soma desses comentários rápidos, se não incriminam diretamente a vítima, coloca-a numa condição inferiorizada. Outro exemplo, relatado por aposentado: *“[...] era um caminhoneiro, tinha uma basculhantezinha, foi apanhar pedra para o pessoal, e ele botou a caminhonete numa pirambeira assim, ele botou calço, o carro estava ruim de freio para pegar, para depois dar um tranco. Olha que idéia, né?” (grifos nossos)*. Se evitavam culpabilizar o acidentado de forma mais contundente, alguns entrevistados tinham, em geral, opiniões sobre o ocorrido que sugeria, por um detalhe ou por outro, que o acidentado poderia ter evitado o acidente.

A violência dos acidentes com explosivos não atinge somente a vítima. Em 20 de dezembro de 1997, dois trabalhadores, *“[...] conduziam dinamites e estopim de dinamite na pá carregadeira quando estes explodiram no caminho”* (documento do sindicato). Nesse acidente, morreram dois trabalhadores com idades de 19 e 39

anos. Os corpos, dilacerados, partidos em vários pedaços, podiam ser avistados em cima de árvores – pedaços de carne sem nenhuma forma que os identificasse, conforme as fotos tiradas por bombeiros que socorreram as vítimas. A explosão atingiu casa, queimou uma árvore inteira. São acidentes que não circunscrevem os efeitos apenas às vítimas e suas famílias, mas toda a comunidade é literalmente atingida e impactada.

Em relação aos acidentes com explosivos, segundo o sindicalista, “O Ministério começou a exigir que as empresas tivessem blaster, é o profissional que trabalha com explosivo. Então, começou a dar formação. A maioria das empresas tem blaster”. Mas o problema é que “[...] em algumas tem pra enganar. Eles dão formação pra alguém, quem é? Ah, hoje não está aqui. Quando vai ver é o filho do dono que trabalha lá no escritório, aquele que vai uma vez por semana na empresa só pra inglês ver mesmo. Mas têm muitos que não; têm lá o seu profissional”, o que já é um avanço. Os cursos de *blasters* são ministrados pelo Exército.

Os fiolistas operam o fio diamantado, que corta e, em algumas horas, forma um bloco de pedra isolado do restante da “prancha”, de forma cúbica. Há o risco de o fio diamantado quebrar e atingir os trabalhadores, devido à proximidade que estes ficam para realizar corretamente o corte. Após essa operação, preparam o bloco que será deslocado do local de onde foi extraído.

Os manobristas colocam a “malha” de aço no bloco que será conectada ao cabo principal da “lança” – um guincho capaz de suportar toneladas e içar os blocos do local de extração até o local de armazenamento, de onde serão transportados para as serrarias, para beneficiamento.

Este é um processo arriscado – a “lança” levanta blocos de muitas toneladas, e há o risco de ele se soltar do cabo de aço, quebrar ou cair sobre os trabalhadores.

Há ainda o risco de que as máquinas utilizadas na operação ofereçam algum tipo de problema, como arrebentar um cabo de aço ou guinchos sem freios. Em 28 de agosto de 1996, um jovem de 17 anos, foi atingido por um cabo de aço rompido e teve a cabeça totalmente cortada (NOSSA JR., 1998). O risco é potencializado pelo que um entrevistado chamou de “*gambiarra*”, ou seja, trabalhar com improviso, sem o devido respeito ao processo de trabalho que é perigoso. Além disso, a pressa para liberar um caminhão, para atingir uma determinada meta de produção é também inimiga, na medida em que pressiona os trabalhadores a não observar detalhes aos quais eles estão acostumados no seu dia-a-dia.

Todos os trabalhadores de uma pedreira convivem com o ruído contínuo de martelões, com a poeira e com as intempéries do tempo – com calor notório da região ou com chuvas. São condições penosas que aumentam a fadiga e outros agravos, que aumentam a possibilidade de ocorrência de acidente.

### 3.1.1.2 As marruadas

Paralelamente ao trabalho dos empregados da pedreira, existem pessoas que trabalham sem vínculo empregatício com a empresa. São os chamados trabalhadores de “pedra marruada”.

Esses trabalhadores ganham ou compram por pequenas quantias os blocos defeituosos retirados da pedreira. Explodem (com dinamite) o bloco em partes menores e depois continuam quebrando as pedras manualmente com o “marrom” (corruptela de “marrão”), uma marreta pesada de aproximadamente dez quilos. As

pedras, depois de serem devidamente “marruadas”, são transportadas por caminhões até as moageiras, onde serão transformadas em pó de mármore. Os perigos são os relacionados com o uso de explosivos, com o agravante de serem trabalhadores em geral sem vínculo empregatício e sem treinamento para a função. O trabalhador comumente trabalha na atividade com as pedras marruadas quando está em início de carreira ou quando está desempregado.

Há também casos de empresas que terceirizam o trabalho de limpeza de pedras refugadas de grandes empresas – ou pedreiras de pedra marruada, muitas vezes clandestinas. Conforme depoimento de sindicalista: *“O que tem de empresinhas de marruada em Itaoca não é brincadeira. Pelo menos o número de trabalhadores com carteira assinada aumentou no setor. Ainda tem bastante, na clandestinidade em relação à marruada, tem, mas houve redução grande porque o Ministério começou a fiscalizar”*.

### **3.1.2 Serrarias e marmorarias**

Os blocos de mármore e granito são serrados nos “teares” - que movimentam várias lâminas de aço, para trás e para frente, serrando o bloco em chapas não polidas, de cerca de 270 a 405 quilos cada uma. Eles são alimentados por água e granalha de aço para evitar superaquecimento. Segundo depoimento, antigamente o trabalhador vigiava o tear “de ouvido” e dosava a máquina manualmente, conforme “sentisse” a necessidade. Outro depoimento declara: *“[...] o tearzinho que nós trabalhava, ele usava quatro homens em cada tear, para fazer a limpeza e alimentar*

*os tear*”. Hoje existem teares com dosadores automáticos, de maneira que um homem pode vigiar cinco ou seis teares. A principal função na serraria é a de serrador, que supervisiona o andamento da “serragem”: dosam a alimentação das máquinas com água, areia, cal e granalha de aço e realizam manutenção nos teares. Outra função, a de laminador, procede à montagem e regulagem das lâminas. Além desses, há os manobreiros ou manobristas, que colocam o bloco no tear e depois retiram as chapas polidas. Existe o risco de acidentes durante a remoção, substituição e transporte das chapas – se estiverem trincadas, podem partir-se e atingir um trabalhador. Aliás, qualquer atividade de manobra ou carregamento, seja de blocos, como vimos anteriormente, seja de chapas, seja dos produtos acabados no beneficiamento, implica risco.

Em 1999, dos seis acidentes fatais ocorridos no ano, três foram na manobra de chapas. Em acidente ocorrido em 2003, um pedaço do bloco que estava trincado acabou se soltando na manobra; a pedra não atingiu o trabalhador diretamente, mas quebrou o pranchão onde ele estava localizado e o jogou para cima, o que foi suficiente para deixá-lo paraplégico.

### **3.1.3 Beneficiamento**

A marmoraria é também chamada de beneficiamento. É constituída pelos setores de polimento, corte, acabamento e montagem. Os trabalhadores do setor de polimento carregam as chapas do pátio de estoque até a máquina polidora, onde serão polidas e lustradas. Há marmorarias que utilizam politriz operada

manualmente pelo polidor – as chapas são colocadas numa mesa e uma espécie de “enceradeira gigante” é operada pelo polidor durante as oito horas de trabalho. Há empresas onde esse trabalho é automatizado. Um trabalhador, sentado num carrinho, desliza para frente e para trás cuidando de cinco politrizes automatizadas, supervisionando o trabalho das máquinas.

Depois de polidas, as chapas poderão ser vendidas para outras empresas, ou seguirão para o setor de corte e acabamento, onde serão medidas, lixadas e cortadas em peças de tamanho adequado para a fabricação de produtos voltados para a construção civil. As máquinas cortadeiras utilizam um fio diamantado e água (para impedir aquecimento excessivo). Essas chapas são colocadas numa mesa móvel e os operadores empurram as chapas contra o disco. Durante essa etapa da produção, os trabalhadores estão em contato direto com o pó das chapas de mármore e granito.

Depois de recortadas, as peças são transportadas ao setor de acabamento, que utiliza lixadeiras manuais, a seco, aparando arestas, atividade esta que levanta quantidade excessiva e contínua de pó. Esse processo semi-artesanal depende (mais) da destreza e da habilidade do trabalhador. Após o acabamento, as peças são novamente transportadas para o setor de montagem, onde serão coladas e lixadas de novo, para a produção de pias, mesas, bancadas, revestimentos. Os trabalhadores desse setor manuseiam e lidam diariamente com a cola, produto tóxico de cheiro forte, para a montagem dos produtos. Após um breve período de secagem, na fase de acabamento final, os resíduos da cola misturam-se à poeira das pedras, tornando o ambiente quase irrespirável. O produto final da fabricação é armazenado novamente no pátio de estoque, de onde será transportado por caminhões até os pontos de venda de vários Estados do Brasil.

Exemplo típico de acidente no setor, ocorrido em 1997, com trabalhador de 38 anos, cortador, “[...] ao pegar uma chapa de pedra para desdobrar em ladrilho e acabamento, outras chapas do monte tombaram imprensando o mesmo na altura do peito causando a morte instantânea” (documento do sindicato).

A despeito dos riscos oferecidos pelo processo de trabalho, o acidente não é destino. Então, somos levados a tentar compreender como é que se iniciam esses acidentes, como se mantêm em tão grande número ao longo de duas décadas e por que, ultimamente, segundo sindicalistas, vêm ocorrendo redução do número de acidentes.

### 3.2 NATURALIZAÇÃO DOS ACIDENTES AO LONGO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SETOR DE ROCHAS

A Machona lavava à sua tina, ralhando e discutindo como sempre, quando dois trabalhadores, acompanhados de um ruidoso grupo de curiosos, trouxeram-lhe sobre uma tábua o cadáver ensangüentado do filho. Agostinho havia ido, segundo o costume, brincar na pedreira com outros dois rapazitos da estalagem; vinham cabritando pelas arestas do precipício, subindo a uma altura superior a duzentos metros do chão e, de repente, faltara-lhe o equilíbrio e o infeliz rolou de lá abaixo, partindo os ossos e atassalhando as carnes.

Esse acidente, tendo como palco uma pedreira, não se passou no sul do Estado do Espírito Santo, mas atrás do cortiço do português João Romão, em Botafogo, Rio de Janeiro, no romance de Aluísio de Azevedo, “O Cortiço”, do ano de 1890 (p. 213).

Logo no início do romance, João Romão apresenta a pedreira a Jerônimo, que deseja empregar, mas não pagar-lhe o exigido pelo mestre cavouqueiro. O romancista assim descreve o local:

Aqui, ali, por toda a parte, encontravam-se trabalhadores, uns ao sol, outros debaixo de pequenas barracas feitas de lona ou de folhas de palmeira. De um lado cunhavam pedras cantando; de outro a quebravam a picareta; de outro afeiçãoavam lajedos a ponta de picão; mais adiante faziam paralelepípedos a escrope e macete. E todo aquele retintim de ferramentas, e o martelar da forja e o coro dos que lá em cima brocavam a rocha para lançar-lhe fogo e a surda zoadá ao longe, que vinha do cortiço, como de uma aldeia alarmada; tudo dava a idéia de uma atividade feroz, de uma luta de vingança e de ódio. Aqueles homens gotejantes de suor, bêbedos de calor, desvairados de insolação, a quebrarem, a espicaçarem, a torturarem a pedra, pareciam um punhado de demônios revoltados na sua impotência contra o impassível gigante que os contemplava com desprezo, imperturbável a todos os tiros que lhe desfechavam no dorso, deixando sem um gemido que lhe abrissem as entranhas de granito (p. 50).

O relato inspira respeito e temor pela pedreira que parece tornar-se uma entidade. João Romão contrata Jerônimo; precisava de um mestre com mão de ferro, disciplinado, que aumentasse a produção e evitasse acidente de trabalho.

Ainda no século XIX, o trabalho em pedreiras chamava a atenção, conforme o estudo de Karasch (2000, p. 274) sobre escravos no Rio de Janeiro: *“Evidentemente, o trabalho nas pedreiras era tão difícil e perigoso que os senhores o consideravam uma punição apropriada para seus escravos mais rebeldes e fugitivos”*.

O primeiro acidente de que se recorda um trabalhador aposentado entrevistado foi de uma carreta de madeira puxada por uma junta de bois que, carregada de um bloco de oito toneladas, atropela um senhor que acompanhava os trabalhadores carregando um tonel de água, também num carrinho puxado a boi, para lhes refrescar o calor: *“[...] ele encostou o carrinho de lado com o tambor de água e deu caminho à carreta que vinha descendo e aconteceu que a carreta pegou*

*ele, pegou pelas pernas dele e passou em cima dele com tudo. E amassou, quebrou ele todo, virou uma folha de papel”.*

Ainda não estamos no Espírito Santo, mas em Italva, Rio de Janeiro, origem de alguns entrevistados que foram convidados por empresários a trabalhar na região sul do Estado. Como os trabalhadores capixabas, oriundos da lavoura, não tinham experiência com a extração, alguns encarregados – que “amestravam” os outros, vieram do Rio de Janeiro (conforme entrevistas de trabalhadores aposentados). Os mestres, também originários da lavoura fluminense, aprenderam o ofício por ensaio e erro e detinham na época maior experiência.

O mesmo entrevistado conta em detalhes que, certo dia, *havia carregado várias minas e dinamitou aquilo*. No outro dia voltou e pareceu-lhe que havia uma pedra solta. Avisou ao colega que, se “aquilo” caísse, eles deveriam correr para uma determinada direção (explicou-me) – era a única chance que tinham, considerando que estavam a uma altura de mais de dez metros do solo. *“O certo pra fazer aquilo [a tarefa] teria que entrar um trator e distante, longe, tirando aquilo pra trás. Mas não, os homens precisavam que nós entrasse ali debaixo. Nós entramos, pra tirar as pedras que eles queriam”*. Avisou ao encarregado do perigo e ele argumentou: *“Você está é fazendo medo na turma!”*. Esse foi um argumento típico usado por encarregados para a execução de uma tarefa a qualquer custo – o chamamento à virilidade, ao destemor. O entrevistado respondeu: *“Eu digo, estou fazendo medo porque está perigoso, mas nós vamos fazer”*. E, de fato, *“caiu um pouquinho daquilo [das pedras]”*. O entrevistado correu para o lugar combinado, mas seu colega não conseguiu alcançá-lo. Atrás daquele “pouquinho” de pedras, ao mesmo tempo veio uma, de cerca de duas toneladas, e caiu em cima do colega: *“Naquela pancada que ele deu, quebrou a cabeça dele, quebrou ele, amassou”*. Mesmo com risco de

deslizamento de outras pedras, o entrevistado foi até o colega e *“[...] destapei ele assim, naquela ansiedade da vida, puxei ele pelo braço, todo quebrado. Mas ele já estava morto”*. Esse acidente aconteceu no sul do Espírito Santo. Não sabemos se foi o que inaugurou a série a que se seguiriam os outros. Foi uma “morte anunciada” (tratamento dado por sindicalistas a vários acidentes no setor que podiam ser claramente evitados) como seriam tantas outras em seguida. Em 1996, acidente quase idêntico ocorreu: um trabalhador de 28 anos, marteleiteiro, morreu *“[...] enquanto estava removendo as pedras quando foi atingido por várias pedras que se soltaram da rampa existente no local”* (documento do sindicato).

Esses relatos parecem dizer que acidentes em pedreiras vêm de longe, de tempos imemoriais, difícil apontar quais foram os primeiros da região sul do Espírito Santo. Seria parte da natureza do trabalho?

Os entrevistados aposentados contam os acidentes com naturalidade. O aposentado acima nos diz que *“[...] parece até uma certa coisa que a pessoa vai fazer, sabe que aquilo é perigoso, tá feio, tá ruim, é o caminho da morte, mas ele é vestido de uma coragem, não sei, deve ser a necessidade da vida que exige aquilo da gente e a gente se veste naquela coragem e fica pronto para o que der e vier”*. Se, por um lado, entendemos que o acidente de trabalho não é natural, por outro, o risco e até mesmo o acidente de trabalho eram vivenciados por esses trabalhadores como parte da natureza do trabalho.

O acidente a seguir explicita as condições em que se desenrolava o trabalho nas pedreiras no sul do Estado. Não havia, segundo depoimento, o cuidado mínimo requerido ao se trabalhar nas condições referidas, o que seria hoje intolerável, de acordo com um entrevistado sindicalista: *“Então imagina um paredão com vinte metros de altura; se chovia, tinha um buracão que enchia de água. Ele era*

*marteleiteiro. Naquele dia ele pediu ao encarregado pra tomar conta da bomba. Ele estava com dor de dente e vigiando a bomba ele podia ficar na sombra. Ele estava na beirada do paredão olhando pra baixo, o cabo de fiação da bomba - tinha cabo sobrando em cima - ele caiu pra dentro do poço, caiu, arrastou ele, foi embora! [...] Se pensasse um pouquinho em segurança, botaria uma cerca de proteção!”*

Pela falta de um detalhe simples, barato e até evidente – colocar uma cerca de proteção num ambiente de grande altura, morre um trabalhador. Ou seja, os acidentes ocorriam, em grande quantidade, matando e mutilando, por detalhes de solução aparentemente fácil. Por que, então, não se solucionavam?

Na opinião do sindicalista, “[...] porque pra eles [os patrões], era tão natural, tão natural morrer: ‘Ah! Morreu porque tinha que morrer! E eles não viam que um acidente fosse um descuido ou uma falta de respeito mesmo com a vida”.

Em 1998, em suas andanças pela região, Nossa Jr. ainda pôde constatar que “[...] na maioria das mineradoras não há placas de sinalizações e cercas para evitar quedas nos precipícios. Com as chuvas, os buracos abertos na exploração enchem de água. Afogamentos são constantes”. Ou seja, a mudança anunciada pelo sindicalista como um acidente intolerável é bastante recente, já que apenas há sete anos, ali estavam as mesmas condições de trabalho que propiciaram a morte acima referida.

Se o processo de trabalho é perigoso e penoso como pudemos constatar nas descrições acima, o modo de organização (ou desorganização) será determinante na ocorrência dos acidentes. Duas características sobressaíam no processo de trabalho e no relato dos acidentes: a *informalidade* e a *improvisação*. O aprendizado por ensaio e erro, transmitidos aos trabalhadores uns aos outros, tendia a perpetuar os erros. Os materiais utilizados na extração eram muitas vezes comprados de

segunda mão ou confeccionados pelos trabalhadores. Os gatilhos, as gambiarras, o jeitinho, eram a constante nos relatos. Aos poucos, os empresários iam adquirindo máquinas, ainda rudimentares, mas que vão melhorando de certa forma as condições e a organização do trabalho.

Ainda assim, as falhas não se esgotavam. Um entrevistado aposentado nos conta que o acidente em que perdeu três dedos aconteceu “[...] *no tempo da ignorância, porque aquilo quando vinha os material bruto que tem aí, guincho, tudo, não tinha preparo nenhum bom. Então achava que dava pra ligar o guincho na energia, tudo achava [que era] conversa de encaixar duas fases. Então nós estavam tombando uma prancha de pedra grande e o encarregado era meio grosseiro, né? Aí ele botou seis ou sete companheiro que estava embaixo para calçar a prancha de pedra e me botaram no guincho, coisa que eu nunca trabalhei, meu serviço foi sempre martelo*”.

Aqui o entrevistado nos fornece o contexto da ocorrência do acidente: era o tempo em que encarregados determinavam o processo de trabalho sem considerar a experiência e o preparo do trabalhador para determinados tipos de operação; era o tempo em que mandavam trabalhadores para funções diferenciadas da sua de origem, sem treinamento, utilizando maquinários defeituosos. Tais formas de gerência numa pedreira é que tornam certos processos de trabalho numa “morte anunciada”. Não era de se esperar outra coisa senão a ocorrência de acidente, com mutilação. Conforme o relato: “*Aí a pedra começou tombando, não tinha freio, não tinha nada. E ele fazendo sinal de cima pra mim frear com a mão. Segurar com as mãos nas correias. Eu, quando vi os homens sumindo debaixo da prancha de pedra, vai acabar eu assassinar todo mundo ali, e eu que sou culpado! Eu levei a botina em cima das correias que freou um pouquinho, mas não deu, eu levei essa mão pra*

*pegar, aí soltei a chave de [...] a chave caiu sozinha, aí pegou esses dedos na correia assim, entrou na polia isso aqui separou na hora [...]*”.

Esse acidente aponta uma série de elementos que o caracteriza como previsível. Guinchos sem freio, trabalhador fora de sua função de origem, trabalhador que opera uma máquina sem preparo e que, mesmo avisando ao encarregado, é obrigado a fazê-lo. Não se segue a “morte anunciada”, mas a perda de três dedos e muito sofrimento para o trabalhador e sua família. Como este, encontra-se muitos. Acidentes previsíveis, cujos indícios estavam claros, inclusive para os próprios trabalhadores.

Havia na localidade (e ainda há) uma cultura de se empregar parentes nas firmas (não só no setor de rochas). No Estado do Espírito Santo em particular há estudos referentes ao que Davel (1998) chama de “ethos empresarial familiar”. Nesse sentido, assim como os trabalhadores, alguns dos (futuros) empresários perderam parentes em acidentes de trabalho. Um entrevistado de Itaoca havia perdido o filho. Em outra entrevista, ao relatar um acidente, um trabalhador disse que o falecido era “*um minúsculo sócio*” da empresa. O fato de se acidentar e morrer alguns padrões (parentes) reforçava a naturalização do acidente e seu caráter de fatalidade.

Não há registros precisos sobre os acidentes, mas estima-se que ocorreram cerca de trinta mortes no período de 1985 até 1990 (OLIVEIRA, 2005). Destaca-se novamente a falta de registro e subnotificação de acidentes, prática comum na região.

### 3.3 DA ROÇA ÀS ROCHAS, DAS ROCHAS AO SINDICATO: TRAJETÓRIA NA LUTA PELO CONTROLE DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO

Segundo Oliveira (2005), entre 01-01-1996 e 31-12-2004, ocorreram 73 acidentes fatais em todo o Estado, representando uma média de 8,1 por ano, num universo de cerca de vinte mil trabalhadores. De acordo com o autor, “[...] *antes do Sindimármore, a categoria, que tinha cerca de cinco mil trabalhadores, tinha a mesma média de acidentes só no sul do Espírito Santo, particularmente no triângulo Cachoeiro, Castelo, Vargem Alta*”. Ou seja, houve efetivamente redução no sul do Estado. O que teria dado limites aos sucessivos acidentes?

A resposta parece estar no processo de construção do sindicato dos trabalhadores, na emergência da saúde e do direito à vida como uma questão a ser defendida, modificando-se também ao longo do tempo toda uma cultura regional em que se falar de acidentes e agravos à saúde relacionados com o trabalho no setor era tabu. Esse processo marca a transição do colono rural para a condição de trabalhador cidadão, mais ciente de seus direitos.

Embora haja até hoje naturalização dos riscos e até dos acidentes, houve um momento nesse processo em que as mortes foram em tão elevado número, a dor foi tão grande, que alguns atores sociais não puderam mais se calar. São as esposas que perdem seus maridos, as mães que perdem seus filhos, os atores sociais legitimados que levam sua dor para a Igreja local e engrossaram vozes para o “Grito dos Mártires”.

No sul do Estado, os pequenos povoados rurais em sua origem, segundo uma religiosa entrevistada, “[...] *se reuniam ao redor da escola, da igreja e do campo de*

*futebol*". Assim, viviam intensamente a vida religiosa, a palavra da Igreja tinha grande importância para essa população: *"A Igreja era a força, a organização rural, porque as comunidades eram todas rurais, né?"*. Em meados da década de 80, a Paróquia São João Batista de Vargem Alta (ES) era conduzida por religiosos salesianos, ligada às Comunidades Eclesiais de Base, *"[...] e a igreja CEB, ela está profundamente engajada na realidade"* (conforme a religiosa). A realidade em suas comunidades, à época, era constituída de dor e sofrimento trazido por famílias, viúvas, órfãos, acidentados e mutilados em função do trabalho nas pedreiras. Assim se expressou a religiosa entrevistada: *"Então nós estávamos vivendo junto com eles, esses encontros com o risco, com o perigo, com o absurdo que era a exploração da pedreira sem tecnologia"*. E, como a Igreja é fortemente ancorada na realidade local, isso implicava enfatizar a possibilidade de transformação das dificuldades de suas vidas cotidianas.

Nesse processo, as mulheres e famílias de acidentados tiveram papel fundamental, já que eram elas que levavam o lamento e a dor às igrejas, e não necessariamente o trabalhador. O empregado assumia uma minimização dos riscos para conseguir continuar trabalhando. Segundo a religiosa, *"[...] porque eles não se envolviam? Primeiro, porque eles estavam se considerando com um lugar ao sol, porque recebiam dinheiro todo mês, miserável, mas recebiam todo mês. Tinham saído daquele preconceito: 'Eu não sou mais agricultor, eu não sou mais um roceiro, agora eu sou um empregado'. Isso fazia com que quem ficasse mais sensível fossem as famílias"*. As mulheres sensibilizam os religiosos para sua dor: *"[...] era visível para as viúvas, para os órfãos, era visto, era claro, era óbvio pra esse aqui e pra população porque era fácil você falar em cima da... agressão que aquilo [as*

mortes provocadas por acidente] *provocava na própria história, na própria vida das pessoas*".

Era necessário um posicionamento que resultasse em transformação da realidade, já que, no relato da entrevistada, “[...] *a dor era muito gritante! Então você trabalhar assim, nós temos que nos organizar para reduzir esse número de dor. É muita perda, é muita perda!*”. Nesse sentido, refletem junto com paroquianos que eram a maioria da população, que “[...] *devíamos acordar a consciência do trabalhador para seus direitos. Que era possível, havia possibilidade de nos organizarmos como classe trabalhadora e que, organizada, requereria melhor os seus direitos. Então esse foi o nosso grito junto aos operários*”. Assim foram – religiosos e a população – preparando a organização: “*Nós fizemos isso nas reuniões de comunidades, nas celebrações, nos cursos de Bíblia que nós dávamos trazendo sempre essa questão – uma comunidade organizada se perpetua. A gente trabalhava muito na linha da fé e dos direitos. Eram duas pernas da nossa reflexão: o que é cidadania e o que é o evangelho, o respeito à vida, o direito à vida*”. Mais uma vez as mulheres têm papel preponderante, porque estiveram presentes também na organização dos protestos contra as mortes no setor, confeccionando cartazes e mobilizando a população.

O relato do sindicalista expressa os acontecimentos da época: “*Então, para as empresas, era uma celebração; para os trabalhadores, não, era um protesto. Ali você falava o nome das vítimas, carregava cartazes com os nomes das vítimas e terminava sempre na igreja ou com um ato ecumênico ou com celebração, uma missa. Então tem empresa que ‘Ah, não, se quiser começar lá da minha empresa, pode começar...’ Eles achavam que era só celebração; eles viam aquilo como uma celebração; não era celebração, era um protesto, era uma manifestação*”.

Os religiosos convocam também os empresários para a organização: *“Nós convocamos os donos, os proprietários, comunicamos a eles que nós estávamos fazendo esse trabalho de conscientização, que era um trabalho que ia ter um pouco de conflito com eles, mas seria um trabalho libertador para todos. Cresceriam ambos, ambos cresceriam, não seria só o lado dos trabalhadores, porque também os patrões, os pequenos industriais, eram nossos paroquianos na sua grande maioria”*. Os empresários não reagiram bem aos primórdios de organização dos trabalhadores: *“Não, logicamente que sobre muita pressão. Não só por causa do medo, mas também pela própria falta de cultura, porque um patrão mais culto um pouco compreende que a organização vai favorecer, mas eram pessoas quase todas de quarta série, eram poucas de oitava série”*. Nem sempre a maior escolaridade garante um tratamento mais respeitoso aos trabalhadores por parte dos empresários.

Os patrões aqui tinham duas características – uma delas é que eram rurais também, ou seja, o que a religiosa chama de “falta de cultura”, significa, na verdade, um tipo de cultura fortemente ancorada em relações patriarcais que não vislumbra uma atitude de maior reivindicação por parte de “seu trabalhador”. De outro lado, eles estavam também submetidos à palavra da Igreja como parte da comunidade, o que provavelmente foi um momento de tensão e transição para os empresários/rurais, ao terem que se defrontar com a novidade de que os trabalhadores estariam reivindicando direitos, a partir da dor que sentiam, e legitimados pela Palavra de representantes de Deus. Como se comportar? São as forças sociais em conflito. Quando a organização se fortaleceu, os patrões reagiram com ameaças e com demissões dos mais diretamente envolvidos, reação típica por parte do capital até hoje.

A comunidade consegue realizar marchas de protestos, durante dois anos seguidos, no primeiro de maio, contra as mortes no trabalho no setor de rochas. Na terceira, Caminhada dos Mártires do Mármore, em 1º de maio de 1990, reuniram cerca de mil pessoas. Essa caminhada consistiu de uma celebração religiosa e um protesto. A caminhada seguiu pelas pedreiras onde houve acidente e morte, gritavam o nome do trabalhador morto, e alguém lia um ato penitencial, pedindo perdão a Deus pelo estado de coisas e coragem para modificá-lo. Segundo a freira, “[...] a celebração era um grito de protesto, era um encontro com Deus, sem dúvida, com Deus vivo, Deus da palavra, e era uma festa. Por quê? Porque saía-se dali, fazia-se uma partilha e saía-se dali com força”.

A participação intensa da população, alertada para seus direitos e, sobretudo, cansada de tantas perdas, conjuga-se com a presença de um advogado também da paróquia, convidado pelos religiosos a participar mais amiúde dos acontecimentos. A comunidade e os religiosos, assessorados juridicamente pelo advogado convidado, entendem como oportuna a fundação de um sindicato dos trabalhadores. Começam assim a luta pela constituição do sindicato. “*Nós conseguimos trabalhar com os trabalhadores de modo que eles mesmos iam organizando sua primeira comissão. É o trabalho de base*”, conforme religiosa entrevistada.<sup>5</sup>

Assim, a Igreja Católica local teve papel fundamental na construção da noção de cidadania entre os moradores e na organização e processo de constituição do Sindicato dos Trabalhadores, oferecendo todo apoio necessário e possível, pagando, inclusive, pelo seu registro.

De acordo com Oliveira (2005), animados pela manifestação do Primeiro de Maio, trabalhadores, religiosos e o advogado convocam imediatamente uma

---

<sup>5</sup> O registro do processo, dificuldades e alegrias da constituição do Sindimármore foi publicado pelo advogado do sindicato, Dr. José Irineu de Oliveira, no livro *O Grito das Pedras – a Romaria dos Mártires do Mármore* (2005).

assembléia para constituição do sindicato. Para surpresa dos organizadores, a animação se arrefeceu e quase ninguém comparece à reunião convocada.

Os trabalhadores encontram uma dupla dificuldade ao iniciar o processo de fundação do sindicato: a reação dos patrões e o temor dos colegas. Em primeiro lugar, os patrões ameaçaram de demissão a todos os que viessem a participar do movimento, e o boato não tardou a se espalhar. Além disso, os trabalhadores ainda tinham claro na memória a experiência de 1986, ocorrida em Itaoca.

Em 1986, no distrito de Itaoca, o trabalhador Ibrahim, indicado em assembléia para representar trabalhadores na negociação entre Federação dos Trabalhadores de Indústria e a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), não suportando assistir à negação de todas as reivindicações dos trabalhadores, retira-se da negociação, após fazer discurso veemente contra a má vontade patronal. Depois de duas rodadas de negociações e todas as cláusulas reivindicadas negadas, houve assembléia geral dos trabalhadores que insistiram em ouvir a opinião de Ibrahim. Este, diante da intransigência patronal, em face a uma situação salarial difícil, um trabalho penoso, sem nenhuma perspectiva de melhorias, não via outra saída senão cruzarem os braços. Os trabalhadores aderiram à greve e esta se fortaleceu, a população sai às ruas em manifestação de apoio e solidariedade. As reações não tardaram – logo nas primeiras horas da greve, um encarregado joga seu carro em cima do Ibrahim. No segundo dia, ele recebe uma ameaça de morte, caso o movimento continuasse. No terceiro dia, com a presença da polícia militar no pequeno distrito, os trabalhadores e a população se assustam. No quarto dia, o movimento perde a força. Nesse ínterim, a Federação das Indústrias já havia ajuizado Dissídio Coletivo, e nenhuma das reivindicações dos trabalhadores foi aceita. Os trabalhadores foram derrotados na luta e Ibrahim sofre as conseqüências

pessoalmente, sofre uma morte civil. Perde o emprego e é culpabilizado em pessoa pelo fracasso do movimento grevista – ele passa a ser o “exemplo” dado pelos patrões aos que se aventurassem novamente em reivindicações e afins. Foi socialmente isolado, perseguido e humilhado, passou a trabalhar com pedras marruadas e sua vida material foi se deteriorando cada vez mais. Esse era para os trabalhadores do setor o exemplo que gerava pavor de sequer se aproximar ou conversar com alguém disposto a fundar sindicato. (OLIVEIRA, 2005)

Mesmo com todas as dificuldades, os trabalhadores conseguem realizar a primeira assembléia de constituição do sindicato. Em contrapartida, os patrões tratam logo de demitir alguns dos envolvidos na constituição da primeira diretoria, e os demais trabalhadores, por temor, se recusavam a assinar a Ata de Constituição do Sindicato. Nova assembléia foi realizada e outras tantas peripécias ocorreram para registrar a entidade. Foram muitos os percalços – inclusive o fato de que os trabalhadores desejavam organizar-se, mas não sabiam o que era um sindicato, como funcionava, como se travava a política e o cotidiano sindical. Foram aprendendo na prática, vencendo cotidianamente cada obstáculo, superando uma a uma as adversidades. Além da persistência dos trabalhadores interessados e do advogado que os assessorava, contaram com a experiência sindical do hoje diretor de saúde do sindicato, o Antonio Carlos Oliveira, que vinha de uma experiência de metalúrgico de São Paulo. Era o único que sabia fazer uma reunião, panfletagem e outras atividades sindicais que, com o tempo, todos foram aprendendo. Contaram também com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (OLIVEIRA, 2005).

As primeiras ações sindicais mais concretas foram de caráter jurídico, homologações de rescisões de trabalho, cobranças de horas extras, incorporação de salário extra, adicional noturno, adicional insalubridade, de famílias de acidentados

que buscavam indenizações com inúmeras vitórias. Mas, ao longo desses primeiros anos, do ponto de vista dos acordos coletivos, obtiveram poucos avanços ou nenhum, principalmente no que dizia respeito à saúde, segurança e aos direitos de acesso dos sindicalistas às empresas.

A despeito das dificuldades iniciais, a luta sindical no setor vai tomando corpo. Em 1995, ocorre uma outra greve de trabalhadores – agora com liderança sindical – em virtude da reivindicação de equiparação de salário aos trabalhadores do setor do norte do Estado, que conseguiram um bom acordo. A greve chama a atenção da imprensa, que dá visibilidade às condições de trabalho da região e ao grande número de acidentes ali ocorridos (OLIVEIRA, 2005).

Além de alguma visibilidade na mídia, o setor passa a contar com a participação da Fundacentro (ES) que promoveu, em 1995, pesquisa sobre as condições, os riscos e a “penosidade” do trabalho nas pedreiras do sul do Estado. Além disso, a instituição editou um vídeo, no qual são entrevistados trabalhadores acidentados; são mostradas as condições perigosas em que são guardados os explosivos, inclusive perto de residências. São mostradas, além das condições de trabalho penosas, as condições em que trabalhadores realizavam suas refeições e suas necessidades biológicas: no meio da poeira, escondidos atrás de uma pedra, no paiol de explosivos, enfim, condições subumanas.

Para finalizar, enquanto estavam filmando, os técnicos da Fundacentro presenciaram um acidente fatal e deixam registrado no vídeo um braço decepado e largado no meio das pedras. O estudo e o vídeo realizados por um órgão do governo especializado em saúde e segurança outorgam maior legitimidade ao grito de dor dos trabalhadores; trata-se, a partir de então, de uma questão de ordenação social, jurídica, tratada por metodologia científica. O grito ganha ares de racionalidade

científica e vai se tornando uma reivindicação socialmente legitimada de trabalhadores por seus direitos.

É importante ressaltar que se trata desde sempre, de princípio, de uma reivindicação legítima, mas somente aos poucos se vai formando um consenso social em torno dessa legitimidade. De acordo com Lacaz (1996, p.10):

[...] a valorização da saúde vai depender do poder político de barganha dos trabalhadores, não sendo a priori algo a que se pode atribuir um valor intrínseco, mas que assume um caráter histórico e dialético.

A Fundacentro (ES) teve relevante papel no que diz respeito à condução dos seminários e reuniões sobre saúde e segurança na região sul do Estado, em parceria com o Sindimármora e Sindirochas<sup>6</sup>, e vai de certa forma orientando não só sindicalistas para seus direitos, mas também os empresários para os seus deveres.

O aumento da visibilidade dos problemas vivenciados pelos trabalhadores ocorre ao mesmo tempo em que se amplia o fórum de discussões da problemática. A visibilidade social foi de extrema importância para a possibilidade de superação das questões, já que era assunto não admitido socialmente. O acidente, bem como as condições adversas de trabalho eram tratados por empresários e autoridades como se não existissem ou como se fossem da natureza do trabalho. Nesse sentido, observa-se que a discussão e a formulação da questão saúde e segurança se fortaleceram por um olhar “de fora” do setor ou da região, que pareceu necessário para legitimar as denúncias e as reivindicações sindicais – num primeiro momento a Igreja Católica, a mídia, a Fundacentro e até mesmo o trabalho de um jovem graduando em jornalismo – Leonêncio Nossa Jr., ao qual já nos referimos aqui. Para formular uma “estatística” das mortes ocorridas no setor, Nossa Jr. percorreu cartórios, hospitais, polícia militar, bombeiro, INSS – as entidades possíveis de

---

<sup>6</sup> Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Estado do Espírito Santo.

registro de acidentes e óbitos de trabalhadores do setor. Foi com o resultado desse trabalho que os sindicalistas basearam o seu próprio documento para apresentação à Organização Internacional do Trabalho, em 1999.

A partir de reuniões e seminários tripartites, em 1995, os trabalhadores formulam um rol de propostas e reivindicações, como a estruturação de um Programa de Saúde do Trabalhador (PST) no município, maior fiscalização por parte do Poder Público, necessidade de cursos e seminários, visando à conscientização tanto do trabalhador quanto do empresário sobre saúde e segurança, conforme documento do sindicato.

Em 1998, acontece o Seminário de Saúde e Segurança da Campanha IADZ (Índice de Acidente e Doença Zero). Os trabalhadores reivindicam novas técnicas para extração e beneficiamento, bem como para recuperação do meio ambiente; reivindicam projetos para aproveitamento dos rejeitos industriais, plano de fogo, entre outras.

Os problemas passaram a ter maior visibilidade social, mas os acidentes não paravam de acontecer. Em 1999, um trabalhador de 33 anos “[...] estava fazendo uma ligação elétrica, quando levou um choque e morreu eletrocutado” (documento do sindicato). Era irmão de outro trabalhador que morrera com dezenove anos. Dois dias depois, morreram um electricista e um auxiliar de marmoraria (NOSSA JR., 1998).

Em janeiro de 1999, a Rede Globo de Televisão edita uma série de reportagens, mostrando a realidade do cotidiano de trabalho e acidentes na atividade no sul do Estado. Também o jornal A Gazeta (de grande circulação em todo o Estado) publica reportagem de duas páginas mostrando a realidade de trabalho e de vida de Itaoca. Em rede nacional, a sociedade toma conhecimento das

condições de trabalho e das muitas viúvas de Itaoca, seus dramas e sua dor. Não há mais como escamotear uma realidade de trabalho que ganha horário nobre na televisão.

Essa visibilidade foi imprescindível para que a saúde e o direito à vida emergissem como reivindicação a ser tratada nas mesas de negociação. Até então, falar em acidente era um tabu: empresários e autoridades não queriam que a beleza das pedras fosse associada ao sangue de acidentes de trabalho; não queriam mostrar *“o lado não polido das pedras”*, conforme sindicalistas. Nas reportagens de televisão, os trabalhadores conseguem romper essa barreira e, aproveitando da visibilidade da mídia, denunciam as condições de trabalho em que viviam, a falta de fiscalização do Poder Público, a falta de investimento do município em todos os sentidos. Empresários e representantes do Poder Público entendiam que esse era um problema para ser resolvido *“em casa”*, *“[...] não precisava sair falando pra televisão”*. Essa discussão se travou em seminário em Cachoeiro do Itapemirim (ES), em 1999, em que participamos pela primeira vez e tivemos oportunidade de presenciar a irritação de empresários e das autoridades contra sindicalistas por se verem denunciados publicamente a respeito das mortes no setor.

Para espanto maior dos empresários, ainda em 1999, o Sindimármore, convidado pela International Federation of Chemical, Energy, Mineral and General Worker's Union, comparece em reunião na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra. Em documento apresentado à OIT, o sindicalista Antonio Carlos de Oliveira denuncia o paradoxo entre o papel significativo da produção do setor na economia capixaba e brasileira em contrapartida com o descaso em relação aos trabalhadores, ao número de acidentes e mortes ocorridos na atividade de trabalho. Só no sul do Estado foi apurado, por Nossa Jr. (1998), que, *“[...] nos últimos dez*

*anos morreram 208 trabalhadores, sendo 118 por acidente, 71 por doenças típicas dos efeitos provocados pela inalação de poeiras nos locais de trabalho e ainda 20 trabalhadores sem qualquer tipo de assistência; isto somente na região sul do Estado do Espírito Santo [...] (documento do sindicato levado à Genebra).*

Denunciam que, na qualidade de sindicalistas, não tinham acesso aos locais de trabalho de sua base, a não ser em poucas empresas cujos donos consentiam em suas presenças. Apontam as agressões físicas e verbais, as ameaças de morte que sofreram por parte de empresários contrários ao trabalho sindical.

Se, em Genebra, o sindicato constrói um marco na luta; nas pedreiras, no mesmo ano de 1999, ocorreram seis mortes nos meses de janeiro, fevereiro e março. Além dos três acidentes já relatados, um trabalhador, de 54 anos, veio a falecer, quando *“[...] foi atingido por cabo de aço e morreu politraumatizado com lesões de vasos abdominais”*; outro, de apenas dezoito anos *“[...] foi atingido por queda de chapas em 15-03-1999”*; para um outro de trinta anos, foi relatado *“[...] que morreu ao colocar uma peça para a última chapa de um monte para ser levantada e colocada no caminhão, o cascalho quebrou e atingiu o operário prensando, esmagando-lhe o crânio”* (documento do sindicato).

Flagrados pela mídia nacional e, no contexto internacional, pela OIT, além de pressionados pela necessidade de obtenção de certificações de qualidade para exportação, representantes do Sindirochas entendem que devem eles também mostrar que a realidade do setor não se traduz apenas em acidentes, mortes, mutilações e doenças. Havia empresários que se empenhavam no cumprimento da legislação referente à saúde e segurança no trabalho. Nesse sentido se engajam em parceria com o Sindimármore e a Fundacentro nas discussões sobre saúde e segurança.

Ainda assim, nas propostas de panfletos ou *folders*, o ponto de vista do Sindirochas traduzia uma atitude de culpabilização do trabalhador em face ao acidente, em função de sua “falta de cultura”, que deveria ser amenizada por treinamentos, visando a um comportamento adequado, principalmente quanto ao uso de equipamento de proteção individual. Os panfletos confeccionados pelo Sindirochas circunscreviam a questão da saúde e segurança apenas à conduta dos trabalhadores (MOULIN et al., 2003).

Um marco importante na defesa da saúde e segurança no setor foi a formulação da NR-22, com participação do Sindimármore, e que está em vigor desde abril de 2005. A Norma Regulamentadora 22 *“[...] tem por objetivo disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento da atividade mineira com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores”*.

Todo esse processo que viemos relatando – a ascensão da influência do discurso sindical sobre saúde e segurança, a visibilidade que as mortes e as mazelas do setor obtiveram na mídia – levou a introduções progressivas de melhorias no trabalho. As empresas vão se organizando e trabalhando com sistemas menos perigosos.

Podemos destacar dois processos organizacionais que resultaram em redução de agravos à saúde. O primeiro, relativo à organização de produção, é que a extração era feita verticalmente, produzindo postos de trabalho de grandes alturas. Almeida (1995, p.159) descreve bem a paisagem: *“Quanto às pedreiras em si, só na sua orla é que nos apercebemos da sua profundidade, são como imagens de edifícios em negativo, podendo atingir os 30 e 40 metros*

*de profundidade*”, assumindo a forma de grandes precipícios. Esses precipícios, onde, na ficção, morreu o filho da Machona e na vida real morreram incontáveis trabalhadores, começam a desaparecer quando os empresários passaram a fazer a extração horizontalmente em sistema de bancadas, diminuindo riscos de quedas de altura ou deslizamento de pedras. Outro ponto importante são mudanças tecnológicas, como a utilização do fio diamantado. Segundo sindicalista entrevistado: “[...] *a gente tem reduzido muito a ação dos martelos convencionais, [...] então a utilização do fio diamantado vem reduzindo essa utilização de martelo e principalmente de explosivo*”.

De qualquer forma, vale lembrar que, no setor, as antigas formas de trabalho não desapareceram de todo, sobrevivendo principalmente em empresas menores e/ou clandestinas.

Depois de muita luta e do processo sindical em busca de uma possibilidade de trabalho diferente daquela que poderíamos até qualificar como “criminosa”, em 2004, o Sindirochas concorda, *pela primeira vez*, em discutir cláusulas concernentes à saúde e segurança (OLIVEIRA, 2005). A posse de uma botina, enfim, pode deixar de ser uma questão para os trabalhadores, pois a cessão de uniformes por parte das empresas foi garantida na negociação coletiva.

No sul do Estado, decresce o número de acidentes em empresas de extração e beneficiamento do mármore. O processo de construção do sindicato e de suas lutas na defesa da saúde resultou em transformações organizacionais, políticas e também na cultura dos trabalhadores sobre seus direitos. Segundo relato dos sindicalistas, o trabalhador hoje, se ingressa numa empresa, passa menos tempo sem carteira assinada e logo denuncia ao sindicato empresas que, porventura, estejam contratando irregularmente.

No entanto, os acidentes migram para as empresas clandestinas de extração de pedras marruadas. Nas pedreiras clandestinas, as mineradoras que detêm o decreto de lavra arrendam a pedreira para ex-empregados que exploram sem nenhum critério, sem preocupação com a saúde e a vida do trabalhador e sem nenhuma preocupação com o meio ambiente, ou seja, trabalham da mesma maneira que nos primórdios da extração caracterizada pela informalidade e improvisação.

Na ocorrência de um acidente de trabalho, o que se pôde observar é que tanto o arrendatário quanto o proprietário das terras se exime de culpa, jogando para o outro a responsabilidade, dificultando ações na Justiça para obtenção de indenizações por parte das viúvas cujos maridos morreram em empresas clandestinas.

Diferentemente da década de 60, o recrudescimento do número de acidentes em outros processos de trabalho encontra, agora, uma resistência corporativa: o Sindicato passou a acionar juridicamente empresas proprietárias do decreto de lavra. Tal processo culminou, em 2003, na interdição da maior parte das pedreiras desse tipo pelo Ministério Público do Trabalho.

O processo de interdição das empresas levou a uma acirrada discussão na localidade de Itaoca, pois muitos trabalhadores eram contra a interdição, por entenderem que isso traria desemprego e fome à região, conforme depoimento de um sindicalista: *"[...] então eles sabiam que era uma coisa para o bem da população, mas os empresários ali foram para a televisão, algumas lideranças que eu falei, do próprio pastor, deu entrevista dizendo que tinha trabalhador passando fome. Quem ia tratar desse povo? Que as empresas não podiam parar. Em nenhum momento eles falaram assim: 'As empresas têm que voltar a funcionar,*

*mas voltar com segurança, e é preciso voltar, sim, voltar rápido, pedindo até que os órgãos liberasse, ajudasse as empresas a melhorar a situação com assessoria, com apoio e tal, assistência técnica, mas não voltar do jeito que estava'. 'É melhor morrer – olha só a ignorância de pessoas que falaram na televisão – é melhor morrer debaixo de uma pedra do que morrer de fome!' A gente ouvia isso [...]*".

Os que tinham posição afinada com o sindicato ficaram impossibilitados de se manifestar, em virtude do temor de perder o emprego por retaliação por parte de empresários: *"Trabalhador, pessoas de consciência de que era preciso mudar, chegava pra gente e falava. Só que, de repente, pra imprensa eles tinham medo de falar, porque eles iam se expor e estar falando o inverso do que eles queriam e, na verdade, quem se sentia prejudicado lá são os que achavam que eram empresários, porque tinham um monte lá clandestino"*, conforme um sindicalista.

Uma jornalista da TV Gazeta foi ameaçada em plena gravação, quando tentava entrevistar representantes de uma dessas empresas. Com todas as dificuldades, a polêmica resulta mais democrática do que o silêncio imposto pelo tabu sobre o assunto, como vimos.

Em 20-11-2003, convergem para as estreitas ruelas do distrito de Itaoca autoridades nunca antes vistas naquelas paragens: representantes da Fundacentro, Seama, Sindimármore, Sindirochas, Ministério Público do Trabalho, Ministério das Minas e Energia, autoridades do Poder Público municipal, de "empresários" e trabalhadores das pedreiras interditadas, o padre, um deputado estadual e muitos jornalistas reúnem-se para uma Audiência Pública para discutir e deliberar sobre as empresas interditadas – mais particularmente sobre a saúde e a segurança no trabalho, sobre o direito à vida

(e vida com qualidade), e sobre o respeito ao meio ambiente como um direito de cidadania.

É interessante comparar a irritação de empresários e autoridades por aparecerem na mídia em função de mazelas contrárias à saúde e à vida no mundo do trabalho em 1999, com a unanimidade discursiva de todos os presentes, no que diz respeito à saúde e segurança no trabalho, encontrados nos pronunciamentos da Audiência Pública, da qual participamos como observadores, gravamos e transcrevemos aqui, literalmente, algumas falas.

O Dr. Mário Parreira, da Subcomissão Nacional do Mármore e Granito, nos dá a real dimensão do setor em termos de acidentes de trabalho: *“[...] o setor mineral está em primeiro lugar em acidentes fatais no Brasil. Até a data do ano de 2001, a taxa nacional do acidente fatal estava em volta de 15 mortes para cada 100.000 trabalhadores, o setor mineral estava por volta de 56 mortes para cada 100.000 trabalhadores. Quase quatro vezes mais do que a taxa nacional. [...] [Nesse sentido], começou a discutir no Espírito Santo a questão do mármore e granito porque (são dados oficiais que trabalham apenas com o setor formal, não abrange os trabalhadores informais) o Espírito Santo no ano de 2000, para uma taxa nacional de mortalidade por acidente fatal de 15 para cem mil, o Espírito Santo chegou a 131 para cem mil. Nove vezes mais do que a taxa nacional e o dobro da taxa do setor mineral. Neste sentido, para maior eficácia, estão priorizando as ações no setor de mármore e granito e no Espírito Santo, em função de que aqui tem 90% da produção de mármore e granito”.*

O procurador do Ministério Público do Trabalho fez um discurso que poderia ser atribuído a qualquer dos sindicalistas que estiveram por anos na luta: *“[...] é necessário que se construa uma rede coordenada de parcerias para*

*solução deste grave problema do setor de mineração, já que esforços isolados não conseguem responder à urgência que o caso requer, pois só assim poderemos promover a qualidade de vida do trabalhador que diariamente precisa ter reconhecido o seu direito à dignidade, não apenas quando já estiver morto ou inválido”.*

Esses pronunciamentos, em primeiro lugar, nos dão a medida do reconhecimento por parte do governo, das autoridades e da sociedade do número e da gravidade que constitui o quadro de acidentes e de agravos à saúde no setor. Em segundo lugar, a adesão (ao menos discursiva) por parte das mesmas autoridades ao grito que foi dado em Gironde, em 1990, pelo direito à saúde e à vida de quem trabalha no setor.

Ter conquistado esse nível, no campo das lutas pela saúde, abre outros campos de possibilidades para os representantes sindicais para a reparação do que chamam de “passivo social e ambiental” que a exploração das rochas vem deixando para a sociedade: “[...] *a maior discussão que nós estamos tentando fazer agora é colocar a necessidade de responsabilidade social das empresas no setor São verdadeiros irresponsáveis, são sonegadores, trabalham com caixa dois, danificam o meio ambiente, danificam as estradas, enfim, remunera mal seus funcionários, não recupera o meio ambiente, não aproveita o próprio material*” (SINDICALISTA).

Várias são as propostas sindicais para o aproveitamento das pedras refugadas no setor, o que promoveria inclusão social e, ao mesmo tempo, estaria criando melhorias do ponto de vista ecológico: “*Você pode aproveitar cem por cento do que é desperdiçado no setor [aproveitando as pedras refugadas, que ficam largadas ao redor das pedreiras] em muros de arrimo, calçamentos, base*

*de casas populares, em confecção de lajotas, outros produtos que podem ser aproveitados a nível popular. Isso geraria um volume de emprego fora do comum. Nós temos que gerar mais emprego aproveitando o que é desperdiçado no município” (SINDICALISTA).*

Trata-se de um outro patamar da caminhada, não dos mártires, mas de trabalhadores que vieram, ao longo das décadas, forjando a condição de cidadania para si e suas famílias. Luta-se agora não só pela preservação da vida, mas por uma vida com qualidade. Os trabalhadores do setor de rochas e granito do sul do Estado chegaram ao século XXI e, como todos os outros, estão enfrentando a precarização do trabalho, o desemprego e os riscos das incertezas. O risco de morte no trabalho, pelo menos no sul do Estado, tem sido menor.

O mesmo cenário de improvisação, informalidade e desrespeito às leis ressurge no setor de rochas no norte do Estado, originando o mesmo resultado de acidentes fatais e mutilantes. No entanto, o processo de trabalho no norte do Estado encontrará uma condição inexistente nos primórdios do setor no sul, que é a organização sindical. Nesse sentido, há esperanças de que uma nova “Vila das Viúvas” jamais se repita no setor.

Como encarar a morte

[...]

*De dentro*

Agora não se esconde mais.  
Apresenta-se, corpo inteiro,  
se merece nome de corpo  
o gás de um estado indefinível.

Seu interior mostra-se aberto.  
Promete riquezas, prêmios,  
mas eis que falta curiosidade,  
e todo ferrão de desejo.

(Carlos Drummond de Andrade)

#### **4 “AS MORTES ANUNCIADAS”:**

##### **Conseqüências Sociais do Acidente de Trabalho**

Neste capítulo enfocaremos uma face do acidente fatal ainda menos visível: as conseqüências para a família. Como as famílias reagem ao acidente? Como se reconstróem sem o provedor? De que recursos materiais, afetivos e simbólicos se utilizam para reconstituírem a delicada trama familiar? Todas as mulheres aqui entrevistadas são moradoras do distrito de Itaoca, também conhecido como “Vila das Viúvas”.

Tomamos aqui o grupo de famílias de trabalhadores acidentados no processo de trabalho de extração do mármore e granito como o outro a ser compreendido, como o que pareceu exótico, que haja uma localidade conhecida como “Vila das Viúvas” em virtude da existência de um grande número de mulheres cujos maridos morreram devido a acidentes de trabalho.

As famílias entrevistadas têm em comum o fato de se constituírem de maneira mais extensa e abrangente do que as nucleares e sua tríade pai/mãe/filho. Na maioria delas, não há a figura do pai (morto em acidente) e os filhos são, em geral, em número de três ou quatro e até mais. Avós, adultos e crianças convivem muitas vezes num mesmo espaço – mais frequentemente em duas casinhas num mesmo terreno, ou em casas de dois andares. Quando não estão literalmente coladas, há também a modalidade de casas tão próximas que uma pode ser avistada pela outra.

Os vizinhos, algumas vezes são considerados extensão da família, embora não haja aqui o aspecto da relação de parentesco consanguíneo e nem do parentesco por afinidade, mas são elevados a essa condição pela convivência estreita, com ajudas mútuas e também com desavenças eventuais.

A presença do pai-provedor (antes do acidente fatal) possibilitava à mãe dedicar-se aos trabalhos domésticos e à criação e educação dos filhos. A provisão material da casa é vivida naturalmente como obrigação masculina – o pai-provedor proporcionar que a mulher/mãe “não necessite sair pra trabalhar”. A posição feminina, em oposição e complementaridade à posição masculina, é vivenciada como natural pelos atores envolvidos.

Em estudo sobre a construção da masculinidade, realizado na localidade de Pardais, Portugal, que vive, assim como Itaoca, da extração do mármore, Almeida (1995, p. 223) assinala, em relação à posição da mulher no contexto da família, que

[...] o casamento constitui a forma de adquirir o estatuto completo de Pessoa. Dada a divisão existente entre o mundo público como masculino e o doméstico como feminino, o casamento significa para a mulher a possibilidade de gerir uma casa. Isto significa não só o espaço físico, mas também o sustento da casa garantido idealmente pelo marido, e os filhos

Ainda segundo Almeida (1995, p. 229) “[...] o parentesco joga um papel central na definição das identidades feminina e masculina, sendo os sexos representados como estando numa relação de complementaridade, dependência mútua e igualdade ideal”.

Aqui em Itaoca, como lá em Pardais, o paradigma do sucesso familiar seria o homem trabalhador, empregado em atividades que contemplem e demonstrem virilidade, destemor e saúde, provedor da família, possibilitando o posto de “do lar” à esposa/mãe (ALMEIDA, 1995; DUARTE, 1986; HOGGART, 1973).

A localidade, com suas redes de apoio, solidariedade e também de intrigas e fofocas, é o pano de fundo dos acontecimentos cotidianos. Vários familiares apontaram a rede de vizinhança, de amigos e mesmo a “comunidade”, como um fator de bem-estar, de consolo e de superação nas horas difíceis, referindo-se ao acidente de trabalho fatal ou mutilante. Há, entre os moradores de Itaoca, um sentimento de injustiça quanto à fama do lugar de “Vila das Viúvas”, lugar de mortos, aleijados e assemelhados. Os moradores apontam os problemas, como poluição, degradação do meio ambiente, falta de opção ao trabalho no mármore, sobretudo falta de investimento público numa localidade que aumenta substancialmente as receitas do município com a atividade mineradora. Tratamento muito diferente ao dispensado por autoridades públicas de outros municípios, onde foram instaladas grandes empresas, como as de mineração em Itabira-MG (MINAYO, 2004) ou de celulose em Aracruz-ES (PIQUET, 1998). Os problemas, no entanto, não excluem a valoração positiva atribuída à localidade por moradores e famílias entrevistadas, como um lugar de produção, de gente honesta, solidária.

#### 4.1 O ACIDENTE DE TRABALHO

A notícia de um acidente numa pedreira corre rápida. O lugarejo é pequeno e todos sabem que “o *que tem ali é feio*” e pode acontecer a qualquer momento. Comentam com certa naturalidade: “*Nessa rua, qualquer lado que você for tem uma vítima da pedreira*”.

Como na “Quadrilha” do poeta Carlos Drummond de Andrade “João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém”, cedo descobrimos que, em Itaoca, teríamos uma “Quadrilha” às avessas, não se tratando de amor, mas de morte: Teresa perdeu o marido e também o genro que era irmão gêmeo de Lili, que também perdeu o marido. Maria era casada com Raimundo, que perdeu um irmão no trabalho e dezoito dias depois também Raimundo se foi. Joaquim ficou muito machucado; já seu irmão, dois meses antes, falecera. Da mesma forma disse a dona da pedreira em que José ficou paraplégico: “[...] *até acho bom o seu estado – pior foi meu irmão que morreu na pedreira*”. Uma ciranda de mutilações, perdas e mortes, e ainda desprovida do talento do poeta maior. Num universo relativamente pequeno de entrevistados, os acidentes relatados vieram acompanhados de outros tantos, na própria família, vizinho ou colega de trabalho.

As mulheres, em geral, não conseguem explicar direito o que aconteceu, como foi o acidente: “*Eu não sei explicar, eu só sei que ele morreu na pedreira. Ninguém explica nada direito. Um fala uma coisa, outro fala outra coisa, não tem uma versão certa do que aconteceu. Não tenho*”. (VIÚVA).

“*Ele caiu da pedreira, só que como eu não sei*” (VIÚVA).

As versões são contraditórias e permanecem como tais: *“Dali ninguém viu nada, porque eu não apurei isso, né? Da prancha caiu e depois disseram que socorreram ele. Mas, uns fala que ele saiu vivo, outros fala que ele morreu na hora. Agora a gente não sabe nem em que acreditar”* (VIÚVA). A violência do acidente que transfigura o corpo da vítima é difícil de descrever, ou é descrito com todo o impacto subjetivo que causa na comunidade. Restam os fragmentos de discursos ouvidos de colegas de trabalho e de sindicalistas, de relatos noticiados pela mídia ou comunicados pela empresa.

Em geral, segundo os relatos, acidente na pedreira *“esmaga o sujeito”, “fica feito uma folha de papel”, “pedaços de homem”, “quebra ele todo”,* como se refere uma viúva a seu marido morto: *“Meu marido ficou em pedaços. Tanto que a gente não pôde nem colocar roupa nele. Ele foi sepultado enrolado num lençol, dentro de um caixão. Ele era alto, enorme, você olhava o caixão, ele era grande, o caixão pequenininho... Ficou totalmente irreconhecível... O rosto dele estava com os dentes todos quebrados, o rosto todo mutilado, isso aqui assim não tinha cabeça, os meninos também viram, todo mundo aqui viu. Aquele rostinho deste tamanho assim. Aquilo foi reconstruído, um homem forte com quase dois metros. É horrível”* (VIÚVA).

#### 4.2 DE FRENTE PARA O ACIDENTE

Ouvir tais relatos leva imediatamente a uma questão: como suportam tanto sofrimento? As respostas apontaram para os apoios sociais e espiritual.

#### 4.2.1 “Só Deus!”

*O Deus de cada Homem*

[...]

Quando digo “meu Deus”,  
crio cumplicidade.  
Mais fraco, sou mais forte  
do que a desirmandade.

Quando digo “meu Deus”,  
grito minha orfandade.  
O rei que me ofereço  
rouba-me a liberdade.

Quando digo “meu Deus”,  
choro minha ansiedade.  
Não sei que fazer dele  
na microeternidade.

(Carlos Drummond de Andrade)

*“A gente tem passado tanto problema na vida, que só Deus pra ter misericórdia da gente, sabe? Com dois anos, eu perdi meu marido e eu perdi meu genro na mesma situação.”*

Todas as entrevistadas mencionaram a religiosidade e a fé como um suporte simbólico para agüentar a notícia do acidente e suas conseqüências. É a primeira lembrança quando se referem às forças de que necessitaram para superar o acidente: *“Primeiro Deus, que é a força maior, vem de Deus [...]”*. Quase todas as frases das mulheres foram entremeadas com as expressões *“se Deus quiser”*, *“Graças a Deus”*, *“esperando no Senhor”*, *“a justiça de Deus”* e outras tantas variantes.

Antes mesmo da ocorrência do acidente, para lidar com o enfrentamento cotidiano dos riscos percebidos no processo de trabalho, as mulheres se agarravam à fé. Muitas delas pediam a Deus que tomasse conta dos maridos no trabalho. Uma delas pensou até em *“[...] pedir um pra ir lá orar aquela pedreira. Eu falei assim,*

[para o marido morto no acidente] *bota Deus em primeiro lugar, você pede a Deus do momento que você está ali, pra Deus te guardar*”.

Quando recebem a notícia: *“Deus já falou comigo no meu ouvido que eu ia ficar viúva – aí eu falei pra minha vizinha [que deu a notícia do acidente]: ‘Não precisa chorar, não, eu tô preparada’. E Deus me preparou mesmo!*”. Para consolar os filhos também: *“Aí eu peço muito a Deus, pra consolar eles*”.

Após o acidente, as dificuldades que as mulheres encontravam no cotidiano entregavam para Deus – enfrentavam concretamente os problemas, tais como, contratação de advogados, pedido de indenização, mas *“coloco Deus para tomar conta”*; *“espero com paciência no Senhor”* e pedem que *“Deus tome providência”*.

A esposa de um acidentado grave, grávida na época do acidente e mãe de duas outras crianças, dizia que *“[...] tinha momentos que eu achava tão difícil que, Senhor, até quando eu vou agüentar, me dá forças [...] eu pedi muito a Deus pra não entrar em depressão*”. Pediu a Deus para não adoecer, depois chegou até a orar pelo patrão injusto: *“Peço a Deus por eles também*”.

Seu marido acidentado recebeu a notícia dos médicos de que ficaria totalmente sem movimentos e afirmou: *“Ah! Eu acreditava que Deus ia me trazer meu movimento de volta. Ele [o médico] falou que não tinha jeito, eu ia acreditar? Eu não podia acreditar em ninguém, tinha que partir pra Deus. Entreguei na mão de Deus, falava com Deus pra não deixar eu ficar daquela maneira*”. Esse entrevistado fez reabilitação num Hospital de Belo Horizonte e, como resultado, conseguia manejar bem sua cadeira de rodas, conseguia ficar de pé, ir sozinho ao banheiro, trocar de roupas, pequenos milagres que creditava à fé em Deus.

As diversas designações religiosas neoprotestantes e a católica, existentes em Itaoca, não foram especificamente referidas, mas sim, a fé em Deus – para ter

misericórdia, para consolar, para dar esperanças, sobretudo para ouvi-las em suas súplicas.

A religiosidade tem papel importante quando de um acontecimento trágico: reinstala a ordem devida à necessidade de restaurar *os modos de andar a vida*. Torna o risco de vida cotidiano e/ou o acidente fatal “*um evento sofrível, passível de ser suportado*” (GEERTZ, 1989). Não elimina o sofrimento, torna-o possível de ser vivido.

Para continuarem mantendo certo ordenamento entre o ideal cultural (de valorização do trabalho, do provimento e desenvolvimento da família, do sentimento de pertencimento a uma localidade, de bom cristão), e a realidade (desemprego, trabalhos precários, riscos, acidentes, dificuldades em manter a família), muitos moradores procedem a um ordenamento da vida cotidiana, em que juntos caminham o trabalho e a morte, a família disciplinada e a tragédia, a localidade de pedra e o orgulho pela localidade justamente por causa das pedras. Retiram a força e a esperança do sobrenatural, do “outro mundo” e vão superando os obstáculos um a um. Os paradoxos não se excluem.

De acordo com Hoggart (1973, p. 137), em seu estudo sobre aspectos culturais da vida da classe trabalhadora,

[...] as mães do proletariado concebem o Céu como um lugar de recompensa e de felicidade. Pouco se preocupam com o castigo dos pecados, uma vez que, nesta terra, são elas e os seus que sofrem as privações. Nem sempre agiram como deve ser, mas com certeza que a sua situação será tida em conta, e só pedem, e esperam justiça.

Nos relatos das entrevistadas, a religiosidade em frente aos riscos cotidianos no trabalho sugere aspectos resignados e fatalistas. Parece retirar do trabalhador e da família a coragem necessária para transformação da realidade, “*Deus sabe de*

*todas as coisas*”; mas a religião ajuda a ordenar simbolicamente uma realidade de risco, dor e morte talvez impossível de se enfrentar se não fosse pela fé. Ao mesmo tempo, ao enfrentar as adversidades decorrentes do acidente, a religiosidade fornece a força e a energia necessária para não sucumbirem. Por outro lado, religiosos tiveram papel fundamental na organização do Grito dos Mártires em 1990, em Girona, como vimos no capítulo anterior, que resultou no processo de fundação do sindicato dos trabalhadores. De qualquer forma, seja como contraponto aparentemente fatalista, seja como fonte de energia ou como uma instância de organização cidadã, a religião é um elemento estruturante na vida dessas pessoas, juntamente com a família, o trabalho e a localidade.

#### **4.2.2 Família, amigos e vizinhos: a comunidade**

Além de Deus, a rede de familiares, amigos e vizinhos foram fonte de ajudas materiais, espirituais e afetivas para suportar e para enfrentar as conseqüências do acidente. Um parente próximo, mãe, irmã, foram referidos por algumas mulheres como o primeiro apoio afetivo e material. Uma delas, cujo marido não tinha carteira assinada no momento do acidente, foi acolhida na estreita casa da irmã com seus dois filhos adolescentes.

A esposa de um acidentado grave contou com familiares até para conseguir um leito no hospital: *“A irmã dele chamou a TV Cachoeiro, conseguiu um quarto pra ele na sexta-feira”*. Foi necessário chamar a imprensa local para denunciar a

situação em que se encontrava o trabalhador, já que “[...] depois de três dias no pronto-socorro, pra conseguir o quarto, apelando lá pra eles [os patrões] disseram que não precisava ir para o quarto, não, porque ele estava bem”. Conseguiram o leito, mas, conforme o entrevistado, “[...] depois de três dias, subi pra cima. Aí fiquei onze dias em cima, lá, internado, de barriga pra cima, esperando alguém que pagasse a operação, que era cara”. Tratava-se de uma situação tão grave que os médicos descartaram qualquer esperança de voltar a ter movimentos do pescoço para baixo. Ainda assim, desenrolava-se o seguinte drama: eles tinham esperanças de serem socorridos pelos patrões, de que eles pagassem a operação. O entrevistado relatou: “O médico pediu 28 mil [para realizarem a operação]. E eles mesmos [os patrões] não fizeram nada por mim, não. Aí o sindicato pagaram minha operação, eu consegui mais barato lá em Vitória, por R\$ 6.800,00, aí eles [o sindicato] pagaram [...]”.

A situação dessa família é paradigmática: conseguiram o dinheiro e um lugar mais barato para a operação do acidentado com o sindicato dos trabalhadores. Depois conseguiram, pela influência de um deputado local, uma vaga na Rede Sarah de reabilitação física. O pastor da igreja que freqüentavam os levou até Belo Horizonte em seu carro. Esse exemplo nos dá a medida da absoluta falta de suporte e apoio dos Poderes Público local em termos de assistência à saúde e reabilitação; não há, nos relatos e nas entrevistas, sequer uma menção sobre recursos, sejam quais forem, advindos do Poder Público. Por outro lado, nos dá a medida da mobilização da rede de familiares, amigos e vizinhos que, enfrentando as reiteradas dificuldades, conseguiram tratamento digno e eficaz para o amigo acidentado. Nesse sentido, compreende-se o porquê da valoração da relação entre vizinhos, da

parentela mais extensa e amigos – na falta do direito cidadão, dos recursos materiais, é com essa comunidade e sua rede de apoios que se conta.

#### 4.2.3 O Sindicato

O sindicato dos trabalhadores, que as famílias e mulheres muitas vezes nem conheciam, torna-se aliado, após o acidente, na reivindicação dos direitos das viúvas e acidentados. Dois discursos dão a medida: *“É gente, eu tenho que falar uma coisa pra vocês. Se não fosse esse Sindimármore também, eu tinha passado fome [...] É, menina, eu tive muito apoio do Sindimármore. Eu sou uma das vítimas que não posso reclamar de nada. Eu fui muito bem atendida, tanto por aqueles sócios, que eu não sei como é que fala, quanto pelo advogado. Eu fui muito bem recebida, eles me ajudaram muito, não posso reclamar, não, graças a Deus, eu tive muito apoio”*.

Em outro depoimento de uma esposa de acidentado grave: *“O pessoal do Sindimármore se ofereceu em ajudar em tudo que pudesse, né? Se não fosse o pessoal do Sindimármore... Eles estenderam a mão de uma maneira que eu nem conhecia, eu nem imaginava que existia esse negócio de sindicato, essas coisas, e eles entraram assim de uma maneira, como se a gente já se conhecesse há anos e ajudaram a gente”*.

O apoio do sindicato não se dá apenas no momento do acidente, mas se traduz em reiteradas visitas aos acidentados e às viúvas, conforme relatos: *“A Edna sempre vem aqui, eles tiveram aqui, só que eu não estava, mas eles sempre estão*

*aqui perguntando como a gente está; sempre continua tendo notícia da gente, sempre eles estão dando atenção, saber como a gente está, ajudaram muito”.* Segundo a outra viúva: *“É... o Gildo Abreu vem sempre aqui; o Vanderlei... Vem sempre aqui me ver”.*

É no momento do acidente que as viúvas e suas famílias conhecem o sindicato, entendem para que serve e, na falta da tão esperada ajuda dos patrões de seus maridos, voltam-se para a instituição. O acidente de trabalho revela para essas mulheres que seu marido e elas próprias não faziam parte de nenhuma “empresa-família”. Tratava-se de um trabalhador correndo risco de vida, agora falecido, cuja família “tem que correr atrás” e, para isso, depende agora do sindicato de trabalhadores. A condição de trabalhador se revela mais claramente no momento do acidente em contraposição às relações de compadrio.

Ao mesmo tempo, há famílias de acidentados que não buscam o sindicato, conforme depoimento de sindicalista: *“Geralmente acontece o seguinte, quando acontece um acidente desse, a primeira coisa que a empresa faz é correr atrás da família, aproveita enquanto está aquela coisa, apavoramento: ‘Vocês podem ficar tranquilos, deixa por nossa conta que a gente vai ajeitar tudo, vai correr atrás de funeral, vocês não vão ficar desamparados’ [...]”,* as empresas aproveitam um momento de choque e fragilidade das famílias e propõem amparo nas questões que parecem às famílias mais desesperadoras no momento: onde morar, se a casa for da firma; como sobreviver sem o salário do provedor, e sentem-se confortadas com as propostas patronais. Segundo ainda o sindicalista: *“[...] e depois vão lá oferecem uma casa: ‘Vocês vão ficar o resto da vida, a gente vai conseguir a pensão pra vocês’. E a maioria das vezes, dificilmente, alguém vai entrar com ação, por danos, alguma coisa. Muito difícil [...]”.* Sentindo-se amparadas nessa fase mais impactante

do acidente, as famílias tendem a aceitar os acordos propostos – provavelmente sequer ficam sabendo que poderiam exigir indenização na Justiça. “*A maioria acaba acertando um acordo por lá; depois que passa aquele período, eles vão ver que aquele acordo foi um péssimo acordo, vão correr atrás, de acordo com o que eles assinaram, e é tarde demais. Ajeitam do jeito deles e, muitas vezes, não dá pra gente fazer muita coisa*” (SINDICALISTA). Os empresários propõem acordos que parecem, à primeira vista bons, afastando a família da possível influência do sindicato e, quando esta percebe o engodo, é tarde demais para que possa intervir por ela.

De acordo com os depoimentos das mulheres viúvas entrevistadas, esse comportamento empresarial “acolhedor” – o patrão “amparar” a família, não a deixar em desalento, seria o “desejável”: “*não é deixar a viúva se desesperar...*”, mas o que se registrou nesse comportamento, que, num primeiro momento, não deixa a família em desalento, foi o interesse do empresário em não sofrer maiores prejuízos com a morte do empregado. Como o caso citado, por exemplo, por um sindicalista: “*Meu cunhado morreu, minha sogra, meu sogro não quis ir atrás de nada. Uma pedra detonou fogo, a pedra pegou nos peitos dele, matou ele. Aí [os patrões] correram atrás pra ajeitar pensão pra ela, tal, eu orientei eles, tal, [mas o sogro...]: ‘Não, eu não quero tocar “questã”, eles são muito bonzinho, ajudaram a gente muito, aqui’.* Aceitaram uma casa para morar, só que os patrões “[...] não queriam dar documento do terreno. A casa é sua, mas a terra eu não dou não...”. A situação se desenrolou de forma mais favorável, porque o sindicalista interveio: “*Aí falaram que eu estava me metendo. Eu vou me meter mesmo! Aí mandei uma carta pra empresa pra vir aqui. [...] quando a empresa recebeu a carta [...] fez o documento lá no cartório e passou, mas em que eles foram punidos? Praticamente nada, pra eles dar aquele*

*pedacinho de terra com aquela casinha que custou na época R\$ 3.000,00, casinha de telha de Eternit, mal feita ainda. Mas, pra eles [os sogros], estava bom. 'Ah tá bom, tem onde morar tá bom. A mãe está recebendo a pensão agora de 200 e poucos reais, e fica por isso mesmo'.*

#### 4.3 EMPRESÁRIO/PATRÃO DE FRENTE PARA O ACIDENTE

Esse foi um tema crucial e recorrente nas entrevistas. Todas as entrevistadas tiveram queixas em relação ao comportamento do patrão após o acidente. As famílias, apesar de não conhecerem as circunstâncias precisas em que o acidente ocorreu, acabam aceitando-o como uma fatalidade, como algo inerente ao processo de trabalho de extração de pedras. Assumidos os riscos da inserção nessa atividade perigosa, o acidente passa a ser visto como uma consequência natural. As pedras trazem a sobrevivência e levam à morte, mas “[...] *se a gente for lá e parar uma firma, quantas crianças não vão morrer de fome?*”. Cabe esperar também como algo “natural” um comportamento responsável dos patrões, quando ocorre o desamparo da família por morte em acidente no trabalho.

No relato dos entrevistados, a reação dos empresários deslizou entre a omissão e a irresponsabilidade. De acordo com a esposa de acidentado grave, morador de Itaoca, que ficou dois meses e meio internado no hospital de Cachoeiro do Itapemirim: “[...] *assistência que ele deu foi só o dinheiro [do marido] que tava lá pra receber, que aí eu recebi o salário e os quinze dias e dois exames que ele pagou para o [marido]... Não veio aqui perguntar se a gente estava precisando de alguma*

*coisa, se quisesse que pagasse um aluguel, uma água, uma compra*". Na hora do acidente, esse mesmo empresário não perdeu tempo: *"No dia que ele caiu, eles foram e espalharam aquele monte de cinto de segurança, corda, luva, botas, aquele monte de negócio no chão, mas sendo que ele não tinha dado aquilo pra ele. Eu acho que, se eles tivessem dado aquilo pra ele, não tinha acontecido isso com ele"*. A verdade é que *"[...] não deram nada daquilo pra ele. Aí passou na televisão no dia que ele caiu, aquele monte de negócio lá no chão"*. É uma combinação de omissão em face ao acidente e uma atitude irresponsável diante da família, da sociedade e dos poderes constituídos, ao espalhar equipamentos de proteção individual perto do corpo do trabalhador, para tentar se eximir de possíveis responsabilizações.

Outros se aproveitam do momento de fragilidade da viúva e da família para assinarem acordos (como vimos em relação aos sogros do sindicalista entrevistado). Uma viúva entrevistada também relatou: *"Eu recebi uma indenização muito baixa porque, na época, eles pegam a gente assim, naquela época que a gente tá frágil, aí me pediram pra fazer acordo, aí eu aceitei o acordo. Ele veio aqui, eu não sei o que que eles arrumaram lá, que já trouxe as fichas do seguro tudo pronta. Na época, deu acho que sete mil reais"*. Passado algum tempo, a viúva, entendendo ter feito mau negócio, entra na Justiça para tentar receber uma melhor indenização. A resposta patronal não tardou: *"Veio aqui, falou desaforo comigo, me jogou uma porção de coisa na cara [...]". Aí ele ficou com raiva e mandou os dois meninos embora - os filhos trabalhavam na mesma pedreira que o pai trabalhava. E demoraram muito pra conseguir serviço... Ficaram oito meses desempregados"*. Essa família que ficou sem o pai-provedor teve uma indenização baixa. A viúva ouviu desaforos do patrão e ainda teve dois filhos demitidos da mesma empresa. Esse é um grande temor dos trabalhadores ao fazerem reivindicações: a de que fiquem "marcados" numa

localidade onde todos se conhecem e o mercado de trabalho gira em torno das pedras. Esse temor desaparece na ocorrência do acidente – as mulheres “correm atrás”, mas, ainda assim, aqui houve retaliação por parte do empresário. Dois anos depois do acidente do marido, a mulher perde o genro que descia a pedreira numa caçamba de caminhão, que tomba e as pedras rolam por cima do rapaz, que morre na hora. A filha recebe pensão, mas, quanto à indenização, *“[...] o dono do caminhão fizeram até ameaça, vieram aqui em casa me ameaçar, ameaçaram minhas filhas, se nós corresse atrás de alguma coisa ia dar problema”*.

Em outro exemplo de omissão e falta de responsabilidade patronal, o acidentado paraplégico entrevistado afirma que, desde o instante do acidente até chegar a Cachoeiro, no hospital, *“[...] vim pedindo a ele, dentro do carro, falando com ele, me ajuda lá, o acidente é grave, posso até morrer, me ajuda. Ele ficava quieto e não falava nada. E eu achando que ele ia me ajudar. E chegou no momento mesmo não ajudou”*. Mas, além de não ajudar, os patrões aconselhavam o trabalhador a “esperar”: *“[...] na hora mesmo da operação, ele falava que eu tinha que esperar ali. Falava que tinha que esperar, porque eu tinha quebrado mais coisa. Fêmur... inventou um monte de coisa, pra eu ficar ali, pra me recuperar um pouco. Quando não era nada disso, aí eu pedi a ele pra, quando ele chegava pra visitar, eu acho que ele foi duas vezes lá me visitar, eu pedia a ele que pagasse a operação rápido e ele não quis pagar”*.

Além da omissão, foram relatados casos de humilhação em relação à viúva ou a algum parente que aparece para pedir alguma coisa: *“Se esse homem fosse realmente um ser humano, se não fosse um picareta igual ele é, porque ele é mesmo, eu mais os meus filhos, a gente não estaria passando essa situação toda.*

*Se ele não fosse um bicho, um monstro, ele mesmo reconheceria, não precisava de eu ter ido procurar ele e ser humilhada, não” (VIÚVA).*

Todas se queixaram do tratamento dispensado pelos patrões ou pela empresa quando da ocorrência do acidente. Entendiam como natural que o patrão tivesse por obrigação amparar a viúva e a família até que saísse a pensão. Deveria procurar confortar a família, materialmente, afetivamente, do jeito que fosse: “A obrigação do patrão é procurar a viúva e conversar, não é esperar a viúva se descontrolar, procurar a Justiça e lutar sem condições de sobreviver pra poder ganhar um dinheirinho pra poder tratar dos filhos. É revoltante um negócio desses!” (VIÚVA).

Aqui está um ponto importante do processo de produção social do acidente. O acidente em si, que muitas vezes não conseguem nem explicar direito como ocorreu, parece fazer parte do processo de trabalho, parece legitimado pela periculosidade que entendem inerente ao trabalho principalmente de extração de pedra. A ilegitimidade e, conseqüentemente, o maior sofrimento vem expresso na falta de amparo por parte dos patrões; acolhimento entendido pelas mulheres e suas famílias, como conseqüência natural da responsabilidade patronal em face à lealdade do empregado, que até perdeu a vida no trabalho.

Diversas falas refletem essa confusão estabelecida entre relações de trabalho e relações pessoais. Evidenciam uma *expectativa de reciprocidade* (MAUSS, 1974), de necessidade de reconhecimento por tudo que o acidentado fez pela empresa e a família merece ter o correspondente retorno. Não se reivindica apenas o prescrito pela legislação, mas espera-se também o apoio de uma visita, a oferta de ajuda no supermercado, o pagamento das contas mais imediatas, ou seja, de um ajuda quase paternal: “*Minha revolta é só essa, porque ele tirava pedra ele tinha patrão, só que*

*na hora não apareceu. Se essa pessoa, esse responsável tivesse me procurado, conversado comigo, dado apoio, o meu sofrimento era bem menos”.*

Como já assinalado, Itaoca é uma localidade que vem há poucas décadas forjando uma atividade industrial e capitalista. Nas relações entre trabalhadores e seus patrões, foram observadas atitudes de compadrio e de mútua troca de favores. Parece que, no momento mesmo do acidente, a relação capitalista, antes camuflada por relações aparentemente familiares (e igualmente hierárquicas), se desvela em todas suas contradições e paradoxos. O pai/patrão não consola a família, ao contrário, deixa-a ao léu, o que é vivenciado pelas famílias como uma ilegitimidade. Foge do compromisso paternalista e se revela interessado tão-somente em não ter prejuízos com a morte do empregado, mesmo que para isso utilize de expedientes escusos, como exibir equipamentos de proteção individual ao lado do acidentado, que não estava usando no momento do acidente. Enfim, revela-se aqui um tipo de relação do modo capital-trabalho, que lembra os primórdios do capitalismo, quando os trabalhadores parecem desprovidos de direitos mínimos.

O acidente, ao revelar as contradições da relação capital e trabalho, fornece, ao mesmo tempo, às viúvas e familiares o caminho da busca por direitos constituídos. Nesse instante, o sindicato emerge para essas famílias – instituição esta que sequer conheciam quando o trabalhador estava vivo.

Neste quesito, vale lembrar ainda o relato de que os patrões reagem mal à movimentação e reivindicação das viúvas, de suas famílias e mais especialmente do sindicato dos trabalhadores, principalmente na figura do Dr. José Irineu, o advogado. Certamente desejosos de que os “membros da família” não se movimentassem em busca de seus direitos porque, agindo dessa forma, “prejudicam a casa” e mostraram-se “ingratos” a quem sempre lhes “deu” casa e comida.

#### 4.4 SITUAÇÃO FAMILIAR APÓS O ACIDENTE

Passado o choque inicial causado pela notícia do acidente, as famílias vão se reconstruir simbólica, afetiva e materialmente, de acordo com as condições em que se encontravam no momento do acidente. Assim, aquele que tinha carteira assinada quando do acidente (e é importantíssimo ressaltar esse detalhe num momento em que os trabalhadores vêm perdendo direitos) deixa a família em condições mais confortáveis para se recuperar. De outro modo, tivemos o exemplo de uma delas (cujo marido não tinha carteira assinada no momento do acidente) que teve que se desfazer da casa, pois não podia arcar com aluguel, ficou abrigada na casa da irmã e do cunhado e sequer tinha dinheiro para as passagens das constantes idas ao sindicato (que fica no município de Cachoeiro de Itapemirim – ES). Essa mulher dependia inclusive de cestas básicas doadas por igrejas, sindicatos, conhecidos, já que a irmã e o cunhado também não tinham como arcar com a despesa causada por ela e seus dois filhos adolescentes. A situação da viúva era de fragilidade e conseguiu se manter em função da rede de ajuda que obteve.

No decorrer de um ano, essa mulher havia conseguido receber a pensão e já morava em sua casa, e até havia se casado novamente. Esse é um exemplo de como, a despeito das adversidades, as famílias, as mulheres e até os acidentados não se entregam e conseguem superar de certa forma, ou melhor, “[...] a gente vai tocando devagar, né? Porque esquecer aquilo você não esquece nunca. Você não comenta, evita comentários, né? E superar as tragédias, mas esquecer é difícil”. A

perda fica inscrita na história dos envolvidos, uma marca indelével: *“Porque você perder seu marido é a mesma coisa que você perder a sua mãe ou seu pai. Você pode superar aquela tragédia, mas você não esquece que você teve um pai, você teve uma mãe, você vê seus filhos, você não esquece que você teve um marido, que é o pai dos seus filhos”*.

Entre as entrevistadas, houve relatos de segundo casamento após o acidente, nem sempre bem visto pela parentela. Das mulheres entrevistadas e que tinham se casado novamente, uma delas era bem jovem quando o marido faleceu e casou-se de novo com um homem “bom” que a ajudava a criar o filho de apenas dois anos. Quanto a esse casamento não houve comentários desfavoráveis. Outras duas mulheres, mais maduras, juntaram-se com companheiros e estas eram malvistas pela parentela. Uma era malvista por sua própria família, porque os parentes entendiam que ela não devia “sustentar” um homem; a outra era mal-vista pela parentela do marido, pois achavam ilegítimo que esta viesse a se juntar com outro homem. As duas últimas mulheres, ao casarem – *“sem necessidade”* – pareciam ferir algum código de conduta. A necessidade afetiva e sexual não parece legítima ao grupo, são valores individualizantes que quebram a preeminência hierárquica do grupo sobre os indivíduos. A pensão deixada pelo falecido a reconduziria de certa forma à posição anterior de dona de casa sem a necessidade (material) de um homem (provedor).

Essas famílias, em sua maioria, estiveram, dentro da tipologia proposta por Castel (1994) numa zona de integração social, já que possuíam inserção no trabalho (a partir do homem provedor) e laços relacionais fortalecidos. Quando perdem o provedor num acidente trágico de trabalho, entram em zona de vulnerabilidade e, embora não possuam mais o sustento regular, são contidas pela rede da parentela e

vizinhos de cair na zona de desfiliação. A pensão obtida pós-acidente, em geral, reinsere as famílias na zona de integração. São três os fatores que, de certa forma, não deixam a família vítima de acidente sucumbir à zona de desfiliação: a previdência social, traduzida no ganho da pensão; a rede de familiares, amigos e vizinhos, ou seja, a comunidade; e, do ponto de vista espiritual, a religião. Previdência, família, comunidade e religião são elementos que vêm sendo apontados teoricamente como em crise e declínio, mas, no entanto, foram de crucial importância na vida dessas famílias.

Quase todos os entrevistados afirmaram que desenvolveram uma maior união entre a família após o acidente. Maior união entre as mulheres e seus filhos, bem como contaram com expressões de solidariedade por parte da parentela – irmãs, irmãos e cunhado. Também houve um caso extremo (único, mas emblemático), em que, após um ano da entrevista realizada com um acidentado grave, este foi subtraído da esposa pelo sogro que visava, segundo a entrevistada, a receber a pensão e a indenização do seu marido. Encontramos a esposa lutando na/pela justiça e o marido desprovido de capacidade de pensar e de tomar decisões por si mesmo, estando à mercê do pai, sem qualquer assistência do ponto de vista da reabilitação física e psicológica. Uma história trágica, talvez mais impensável que a morte.

Além desse caso citado, encontramos uma mãe (que perdeu o filho com 19 anos) deitada, deprimida, sem forças para cuidar da casa e de si. O relato que fez de sua vida era só desgosto. Cultivava o gosto pelo retrato dos mortos – do filho e do genro e, na parede da casa, estava pendurado um retrato, destes pintados, onde apareciam os dois filhos – o vivo e o morto juntos, vestidos com a camisa do Flamengo. Na montagem, o filho mais velho (o que faleceu) aparece com menos

idade do que o mais moço, já que o quadro foi pintado depois do falecimento. Mais que um objeto de estética, de enfeite, parecia um símbolo, talvez expressão ao mesmo tempo de dor e amor; não foi possível um olhar mais aprofundado. Encontramos em casa de outro entrevistado o mesmo quadro: a família retratada completa, pintado depois que um dos filhos havia falecido.

As outras entrevistadas se recuperaram do ponto de vista material, simbólico, social e afetivo.

#### 4.5 RESIGNAÇÃO E NATURALIZAÇÃO DO ACIDENTE

A naturalização e a resignação em face ao acidente – ou seja, entender o acidente como parte do processo do trabalho, aparece no discurso de quase todos os entrevistados. Com exceção de uma mulher cujo marido havia falecido menos de três meses antes da entrevista, e que estava realmente revoltada com as condições em que o perdeu, todos os outros entrevistados explicitaram conformidade com a situação. Pedem a Deus que lhes dê força para que se recuperem, bem como também pedem pelos filhos, para que estes não se revoltem, porque “[...] isso [ficar revoltado] *não leva a lugar nenhum*”. Não ficar revoltado também não significa ficar passivo. As mulheres e suas famílias, a rede de amigos e vizinhos se mobilizam pelos possíveis direitos das viúvas, de seus filhos ou dos acidentados.

Sobre acidentes e suas causas, um acidentado confidenciou: *“Acidente em pedreira não tem voz ativa, não. Pode estar bom, pode estar ruim, o cara cai*

*mesmo. O que tem ali é feio*". A pedreira parece tornar-se mais forte, uma entidade, contra a qual pouco se pode fazer.

Perguntamos às mulheres se elas achavam que, juntas, poderiam fazer ou se teriam feito alguma coisa para evitar os acidentes, se protestarem, já que elas são várias, são conhecidas e moram perto. Responderam da mesma maneira: *"Nunca reuniu. Eu acho que não vale nada [reunir], eu acho que eles não atendem a gente se reunir. Vamos supor, a gente poderia se reunir pra mudar alguma coisa, pedir mais segurança, mas não adianta, não. [...] Isso aí só Deus pra ter misericórdia porque [...]; "A gente até pensa. Mas vão lá e volta aqui, já morreu, né? Já morreu? [...] porque se tiver que acontecer, gente, vai acontecer"; "A gente pode até fazer um movimento, mas não resolve nada! Não adianta nada. Teve uma reunião aqui, ali na Igreja Católica, aonde falaram sobre vários homens que morreram na pedreira, sobre o meu marido, entendeu? E foi falado sobre muita coisa, mas ninguém faz nada pra mudar, ninguém faz nada pra ajudar, entendeu?"*

As mulheres parecem ter uma compreensão da questão do acidente de maneira mais imediatista. Somente uma solução mágica ou sobrenatural para acabar com os acidentes e somente uma ajuda material e imediata seria suficiente para tirá-las da situação difícil colocada pelo evento. Não parecem ter noção de um processo de luta, não se questionam se, no passado, era pior e nem vêem perspectivas de melhoras para o futuro. A vida continua quando elas retornam, tão logo possível, ao papel de mãe e de dona de casa. Não se identificam como um grupo de viúvas – circunscrevê-las dessa forma aqui é um modo didático e arbitrário tanto quanto o que a imprensa designou Itaoca como "Vila das Viúvas".

Tal atitude em frente aos acidentes contrasta com as das mulheres que vimos no capítulo anterior, no final da década de 80, que levou à organização do “Grito dos Mártires” e, posteriormente, à organização do próprio sindicato.

Apenas uma entrevistada não se sentia resignada e nem creditava o acidente à fatalidade. Havia perdido o marido em acidente há menos de três meses da entrevista e o cunhado (irmão do marido) havia falecido dezoito dias antes do marido, em acidente de percurso. Seu depoimento é emblemático. Esta viúva entendia: *“Eu vejo isso como uma falta de atenção do responsável. Falta de consideração aos empregados [...] trata como animais, entendeu? [...] Como se meu marido fosse um cachorro que tivesse morrido lá. Eu vejo isso como um açougue, eu vejo aquela pedreira como um açougue. Um açougue humano. E os responsáveis não estão nem aí pra ninguém, pra nada!”*.

#### 4.6 AS “MORTES ANUNCIADAS”: ACIDENTES/INCIDENTES ANTERIORES AO ACIDENTE FATAL

Em quase todos os relatos, havia indícios, na condução do processo de trabalho, da possibilidade da ocorrência de acidentes. Em pesquisa anterior (MOULIN et al., 2000), constatamos que os trabalhadores minimizavam os riscos advindos do processo de trabalho – condição necessária para que voltassem aos seus postos cotidianamente e pudessem suprir suas famílias material e simbolicamente. No entanto, já que o perigo não desaparece, observamos com as viúvas e suas famílias e também nas conversas mais privadas com suas mulheres, que os trabalhadores expressavam seus medos.

Assim o marido avisou à esposa: *“Eu vou parar de trabalhar nessa pedreira porque essa pedreira está muito perigosa”*. Mas não parou e veio em seguida o acidente.

Em outro caso, o trabalhador chegou a avisar ao encarregado do perigo de deslizamento de pedras, mas o encarregado insistiu: *“Vai embaixo daquilo ali pra limpar”* e, ao ouvir do empregado sobre o perigo, o encarregado apela, segundo a viúva: *“Perguntou se ele não era homem. Porque ele estava com medo de entrar ali embaixo, e depois, com poucos dias aconteceu”*. O apelo à virilidade submete o trabalhador. São as “mortes anunciadas”.

Outra mulher revela: *“[...] mas antes dele morrer, ele já tinha sofrido um acidente na mesma pedreira, com sete meses de trabalho [...] Eles deram fogo lá, uma carga muito grande que atirou uma pedra muito longe que atingiu uma caçamba velha que estava num canto onde eles ficavam embaixo dela se protegendo do fogo. A pedra veio, pegou na caçamba e prendeu meu marido debaixo. Não só ele, ele e mais três”*. Outra morte anunciada, os indícios estavam todos ali e eram conhecidos do trabalhador e de sua família. Na opinião da viúva: *“Isso aí eu acho assim, ou isso termina, ou organiza”*. O marido e ela mesma sabiam que a pedreira estava perigosa e, ainda assim, o marido retornava ao trabalho todo dia, por quê? Respondeu: *“Porque ninguém quer morrer, ninguém tem esperança de morrer, todo mundo quer é viver! Todo mundo quer é viver, então, desde que a pessoa está trabalhando, pode ser clandestino ou não, ele está vivo, ele trabalha hoje, hoje ele vem embora, está vivo, amanhã vem embora vivo, então a esperança dele é de progredir, nunca de morrer”*.

Morre-se no trabalho, mas é por esperança de viver! O medo pode estar latente, mas a necessidade de trabalhar, o cumprimento do dever e a responsabilidade com a família falam mais alto.

A mesma entrevistada, em outro momento revela que “[...] *a pessoa ficar desempregado é muito difícil, passa necessidade*”. E é por isso que se submetem ao risco, e se agarram à esperança de viver. Depois da tragédia, repensa: “*Mas é melhor um desempregado vivo, onde ele pode fazer um biquinho aqui, um biquinho ali, procurar um serviço legal, que ele possa entrar e possa estar garantindo o sustento da família num caso de acidente*”. Na verdade, na medida em que o marido não tinha carteira assinada (antes de se acidentar), ele estava fazendo um bico, com esperança de ter sua situação formalizada. A entrevistada continua sua reflexão: “[...] *porque não adianta a pessoa ficar trabalhando clandestino; trabalha, trabalha, trabalha; hoje ele come, se ele morre depois de amanhã? Não tem patrão, não tem carteira assinada, não tem segurança nenhuma, ali fica. A mulher, coitada, vai pra onde?*”. Era exatamente a situação da entrevistada no momento: pra onde iria? Como recomeçar a vida? Era o que se perguntava dia e noite. Por fim, conclui: “*Eu acho que é melhor um desempregado vivo do que um empregado morto. Empregado enquanto está vivo, porque depois morreu, acabou; não tem emprego mais*”. O marido, mesmo sabendo que estava perigoso, voltava ao trabalho por esperança de viver, mas, uma vez que morreu, de que valeu o emprego? O discurso evidencia ambivalências em face ao trabalho arriscado.

O relato de um acidentado e sua esposa dá a medida de um acidente que teve muitos anúncios ruidosos antes da ocorrência, qualquer um podia ver e ouvir. O tipo de local de trabalho onde ficou paraplégico foi uma serraria, onde, a rigor, trabalhadores relatam ter menos perigos.

Eis o grau de improvisação em que a firma funcionava: *“Ali [na firma], teve dia que faltou energia, eles [a fornecedora de energia] cortaram, né? Eles fizeram uma ligação clandestina”*. Uma firma que funciona de tal modo que tem a possibilidade de ter a energia cortada. A manutenção de guinchos era feita da seguinte forma: *“Um dia, eu estava no guincho, eles me colocaram pra emendar um cabo de aço no outro. O pessoal do guincho trabalhando com um pedaço de ferro [...] assim para o lado deles. É um troço, né?”*. Os apelos dos trabalhadores de nada adiantavam: *“Falava com eles, eles nem ligavam. Pedia pra comprar cabo de aço novo, não comprava”*.

Antes da ocorrência do acidente mutilante, houve mais dois: o guincho não tinha freio, daí *“[...] o guincho você tem que trabalhar com cuidado, não tinha freio, o colega cortou o dedo lá”*. E pegou o guincho sem que essa fosse sua função: *“[...] mas quem trabalhava no guincho era eu, aí fui tomar água, [ele] foi para o guincho, mas ele sabia que não tinha freio. Aí ele pegou, estava puxando a carga, ele foi tentou segurar, eu não sei se ele tentou segurar com a mão...”*. A esposa se lembra: *“[...] ele sofreu acidente dia 11, aí eles pararam a firma só um pouquinho.”* O marido completa a seqüência de acidentes: *“[...] quando foi no outro dia funcionou. Aí parece que foi um pau de carga, né? Um pau de carga caiu lá umas três vezes”*. E caiu em cima de um colega: *“[...] caiu quase matou. Mais um pouquinho acontecia outro acidente, um dia após”*. A esposa diagnostica: *“[...] eles querem trabalhar de qualquer maneira”*. Os acidentes não paravam, até queda de bloco ocorreu: *“Tava eu e um rapaz lá trabalhando, então o que a gente fez, a gente tava levantando, içou o bloco, o pau de carga quebrou, desceu, só que o bloco era alto, bateu e embicou assim, aí eu abaixei perto do bloco ali. Caía direto! Um quatro vez”; “[...] muita pedra trincada que eles compram, eles compram bloco muito trincado, que é mais*

*barato. Outro rapaz foi cortar um [tora] circular lá, cortou o dedo também assim. Foi três acidentes com o meu”.*

Antes do acidente mutilante, “[...] eu sofri outro acidente também: tava chumbando o bloco embaixo, você chumba embaixo, né? O cimento no bloco, tinha um rapaz lá, não sei o que ele fez lá, que deu uma cacetada na peça assim e bateu numa pressão danada. Ela subiu, na hora que ele gritou, eu tirei a cabeça fora, pegou minha canela. Abriu uma brecha na canela assim. A gente trabalha com muito cuidado, mas às vezes, também, muitas pessoas trabalham sem prestar atenção, machuca a gente também”.

Quanto ao acidente que o deixou paraplégico; “[...] poderia ter sido evitado porque a firma é desorganizada, sabe como é? Tudo cheio de gatilho, tudo que eles ia fazer era gatilho que eles faziam. [...] na hora de lavar o bloco, não lavaram, se eles lavassem o bloco, eles iam ver se estava trincado ou se não estava, poderia ter evitado, né?”, mas a pressa pra serrar o bloco, “[...] o patrão não deixou nem lavar o bloco direito”. A trinca se abriu e o pedaço (de toneladas) da pedra se soltou, bateu na prancha onde estava o trabalhador que caiu por cima da pedra. Na violência da queda ele já não conseguia se movimentar.

Três acidentes numa firma que não tinha sequer uma dúzia de empregados. Esse modo de funcionamento de tal forma irregular e irresponsável nos motivou a visitar a tal empresa e entrevistar o gerente, encarregado e demais colegas. Ao chegar à firma, tudo havia se modificado – o nome da empresa, os donos não eram os mesmos, o encarregado era novo na firma e os colegas que presenciaram o acidente já não estavam lá. Havia apenas dois trabalhadores da época em que ocorreu o acidente, mas um estava de folga e outro disse que não sabia direito como foi, que não estava na hora, não quis explicar. Ou seja, menos de um ano depois do

acidente a Firma X havia desaparecido e, em seu lugar, estava a Y, certamente com os mesmos métodos de trabalho.

O acidente em que o entrevistado ficou paraplégico era previsível, dado o grau de improvisação e descuido por parte dos envolvidos no trabalho, incluindo trabalhadores. A esposa deu muitos detalhes, não só de guinchos sem freios, pau de carga que se quebrava, mas das vezes em que, altas horas da noite, ela ia esperar o marido que não havia regressado do trabalho. Um desrespeito aos direitos mínimos de um trabalhador a de ter uma jornada de trabalho com hora para terminar.

Os relatos deixam evidentes a imprudência e o descaso com que algumas firmas funcionam no local. Mesmo cientes dos perigos e da possibilidade de destruição da vida e da saúde de trabalhadores, acarretando sofrimentos para suas famílias, muitos (ditos) empresários ainda administram seus negócios da forma acima descrita.

É importante ressaltar que, no pequeno universo que pesquisamos, essa conduta desrespeitosa foi uma constante entre os empresários. Houve apenas um relato de um acidente em que o empresário socorreu a família da vítima, assinou a carteira do trabalhador que ainda não estava assinada, de maneira que a viúva logo recebeu a pensão e havia ainda um seguro de vida que deixou a família numa situação material bastante confortável. Foi o único relato. Nesse sentido, embora não se possa generalizar essa atitude desrespeitosa para o conjunto dos empresários da localidade, pode-se afirmar que, nesse pequeno universo pesquisado, houve grave descaso por parte dos empresários, cuja preocupação primeira foi a de se eximir de culpa pelo ocorrido.

Do ponto de vista da conduta dos patrões, nas relações de trabalho há uma complexidade de situações. Ao lado dessas firmas clandestinas e/ou desorganizadas, há também uma parte do empresariado que se empenha em cumprir pelo menos o que rege a legislação, do ponto de vista da saúde e segurança - que todos entendemos como insuficiente, mas que ainda é o paradigma mínimo a que o sindicato reivindica. A necessidade de certificação de qualidade para exportação faz com que muitos procurem proceder da forma prescrita. As firmas de porte médio são em geral mais organizadas, se comparadas com as pequenas, têm, em geral, mais recursos para procederem a treinamentos. Muitas vezes têm um técnico em saúde e segurança, disponibilizam um maquinário mais atualizado, de maneira que operam quase sem problemas.

Em nenhum momento, falou-se em investigação do acidente. Não se tem a perspectiva de que uma organização do trabalho penosa (longas jornadas, ritmo extenuante de trabalho, trabalho noturno e outros), não só poderia, mas deveria ser modificada. Maquinário obsoleto, guinchos sem freio, caminhão que pega “no tranco” e mesmo a “penosidade” advinda da organização do trabalho foram mencionados, mas, a despeito de terem sido detectados antes de acidentes, não se constituíram em motivos suficientes para a recusa ao trabalho perigoso. Há, em geral, a voz do encarregado que fala mais forte que os perigos. No discurso empresarial a pressa, a meta de produção, a necessidade imperiosa do trabalho a ser realizado, independente do perigo, o chamamento à virilidade do trabalhador. Em casa, a família que espera para ser suprida e honrada, o horror ao desemprego.

Já tivemos a oportunidade de mencionar como os trabalhadores se sentiam heróis em suportar a vida de trabalho difícil e penosa, e essa idéia do herói também esteve presente no discurso sobre a morte.

#### 4.7 “MORREU COMO HERÓI”

Esse é um depoimento paradigmático do valor máximo atribuído ao trabalho, qual seja, morreu, mas morreu trabalhando, logo é um herói. O risco, a morte, a dor transformam-se, pela valorização do trabalho, em heroísmo. O trabalho dá sentido não só à vida, mas também à morte e passa a ser um conforto para a família, conforme o depoimento de uma viúva: *“Aí o rapaz falou assim: ‘Graças a Deus que seu marido morreu em acidente. Porque ele foi um herói, que ele trabalhava, ele não tinha medo de trabalho, não tinha medo de perigo, ele era um homem muito corajoso’”*.

Ainda segundo a entrevistada, *“Graças a Deus, porque ele morreu trabalhando, não morreu igual a um bandido. Nesse ponto, eu defendo, porque é muito triste uma mulher perder um esposo, morrer na mão de bandido por aí, pelo menos ele morreu trabalhando, trazendo o pão de cada dia pra dentro de casa [...]. Não era roubo, bandido, isso é muito triste saber que um parente morreu na mão de bandido, roubando, fazendo coisas erradas. Pelo menos ele morreu na honestidade, dentro do trabalho dele. Isso, Graças a Deus, eu falo por isso, porque é triste perder um esposo, mas pelo menos ele morreu trabalhando”*.

A entrevistada se utiliza desse argumento do herói pra consolar os filhos: *“Meus filhos, vocês tem que dar Graças a Deus porque é triste você saber que seu pai morreu na mão de um bandido, um tiro, uma facada. Isso é muito triste, da família ver e lembrar. Pelo menos vocês sabem que ele tava trabalhando, trazendo o pãozinho pra vocês comerem dentro de casa”*.

O discurso um pouco truncado sobre morrer como um bandido (roubando, por exemplo) ou morrer na mão de um bandido, de uma facada, dá o contraponto ainda mais dramático à morte do “herói” no trabalho, como se a única alternativa à morte no trabalho fosse morrer como bandido: ou herói ou bandido. O conforto da esposa emana de uma valorização do caráter moral do trabalho – da condição de bom trabalhador e de pai provedor – que, além de constituir o elemento diferenciador de outras formas de morrer, dá um novo sentido ao imponderável.

Essa família tinha as fotos do acidentado no caixão. Elas estavam guardadas com outra entrevistada, a mãe da viúva e também mãe de outro acidentado (irmão gêmeo da viúva). A mãe guardava as fotos do genro no caixão e a do filho no momento do acidente, morto, as pernas quebradas e, além de mostrar, distribuía para quem o quisesse. Já havia dado para sua mãe e também para uma tia do rapaz. A entrevista com essa senhora só pôde começar quando ela conseguiu achar as fotos para me mostrar. Não sabia explicar direito porque guardava as fotos – para mostrar ou para quem pedisse. Não achava que o filho havia morrido como herói, mas, ao mesmo tempo, dava grande importância às imagens dos mortos.

Esse discurso do herói – tanto em vida, enfrentando os perigos, quanto na morte, digna e honrada – revela os caminhos tortuosos pelos quais os valores e a cultura, dando um novo sentido para a vida penosa no trabalho e a morte trágica, contribuem para uma noção fatalista, tanto do processo do trabalho quanto da aceitação resignada de grande número de acidentes ali ocorrido. Reverte-se o entendimento do que seja trabalhar em condições perigosas, em lugar de questionar a periculosidade, enaltece-se a virilidade, a coragem, como expressão de heroísmo.

Trata-se como, já afirmamos, de uma valorização e de uma cultura em processo em vários sentidos: de uma população que deixa a roça e vai para o

trabalho assalariado, que têm hoje uma escola para seus filhos e vai adquirindo noções de cidadania e de seu próprio estatuto de trabalhador e cidadão. Então, pode-se dizer que, comparado com o que ocorria há uma década, quando falar de acidente de trabalho era tabu na região, é um avanço que as famílias e a rede de amigos e vizinhos se mobilizem, denunciem e busquem seus direitos no sindicato, apesar de encontrarmos, ao mesmo tempo, atitudes de resignação e fatalismo em face ao acidente. É um avanço, ainda que, para o pesquisador ou para o profissional de saúde do trabalhador, possa parecer insuficiente à primeira vista.

Suficiente para a saúde pública do ponto de vista do trabalhador, e seguramente reivindicação dos sindicalistas, é que o acidente de trabalho fatal ou mutilante seja uma absoluta exceção: a organização do trabalho e as condições em que este se realiza devem propiciar segurança real a trabalhadores e suas famílias.



Estão imersos num processo de trabalho arriscado e penoso; não têm opções. O acidente não é destino, mas, se a atividade é executada com improvisação, sem o devido respeito exigido pelos perigos, pode vir a ocorrer uma “morte anunciada”.

O trabalhador tem a necessidade da sobrevivência física e moral que é garantida pela permanência no trabalho. Se, do outro lado, encontrar o risco de um evento acidentário, como agir? Qual risco pesará mais? O da “morte anunciada”? O de ser demitido? A “morte lenta” pelo desemprego? O de se recusar-se ao trabalho perigoso e ser bem sucedido na empreitada? Com que método avaliar as possibilidades?

O trabalhador de mármore não parece ter o tempo necessário, possibilidades, as condições materiais e simbólicas para analisar as variáveis de projeção de seu futuro. O presente é tão premente, exige tanto, como ter perspectivas de calcular diferentes opções? Desconhece as estatísticas, mas sabe muito bem que há um exército de desempregados desejando seu emprego, e disso tem muito mais medo do que o risco de morte advindo do trabalho.

E assim, como heróis do mármore, eles suportam a desorganização, o risco, o autoritarismo. Confere sentido à atividade a partir destes emblemas – trabalhador, pai de família honrado, corajoso, herói.

O herói não é aquele que nada teme. O herói é aquele que não teme a morte em combate. As mortes dos trabalhadores das pedreiras legam para os vivos esse mito fundador, pois o que os vivos temem como aqueles que morreram é não trabalhar, não ter trabalho, não-ser trabalhador. Tirar-lhe a identidade (de trabalhador), tira-lhe a vida em vida; nesse sentido, o desemprego faz sofrer. Por isso, chega a parecer que glorificam a morte (as viúvas), o que não seria verdade e,

felizmente, o desenvolvimento social da atividade com o trabalho sindical tem levado à diminuição das mortes.

Se, num extremo, o morto foi elevado à condição de herói, pode ser que num outro, uma posição interdita, esteja atuando quando da ocorrência de um acidente: culpabilizar a vítima pelo acidente. Se, por um lado, ninguém sabe direito contar o acidente, por outro lado, todos têm uma opinião, qual seja, “[...] *ao invés de ir para um lado foi para outro*”; “*que idéia, né?*” e “*falta de atenção dele também*”. É possível que, além de vivenciar o risco como inerente ao trabalho, vivencia-se o acidente como natureza – mas natureza dos mais fracos, dos mais desatentos, dos que não sabem “pegar com o trabalho”, dos sem sorte. Mas não falemos disso, sem comentários, porque não se fala dos mortos.

Não podemos, por outro lado, nos calar, pois se *Os Heróis do Mármore* são passíveis de sofrer acidentes, desmorona-se toda uma lógica estruturada no valor do trabalho com emblemas viris. Por que, nos dias que correm, não há heroísmo na morte; a morte é fracasso, é o fim.

Trata-se de uma questão moral: morreu como herói porque morreu trabalhando, e isto (trabalhar) é um valor. Mas acidentarse é uma fatalidade que (para a comunidade) não tem explicação. Não enunciam a possibilidade de investigação do acidente. Ainda não conquistaram força política para tal embate e pode estar em jogo uma sutil atribuição de culpa à vítima pelo acidente. Não se fala mal dos mortos – aqui está se explicitando uma hipótese, fruto de ilações originadas no conjunto das entrevistas, das conversas informais e pode-se considerar ela mesma (por enquanto) um tabu.

Nesse horizonte, o discurso sindical emerge como contraponto, já que, para além da fatalidade, vai sistematicamente apontar as incoerências do modo de

produção no setor de rochas que levam ao acidente e à morte. Ainda assim, as análises do acidente do trabalho devem se aprofundar cada vez mais, tornando ainda mais claro e transparente para trabalhadores e suas famílias as diversas forças sociais e econômicas em jogo na ocorrência do acidente.

O acidente de trabalho, previsível, decorre de um modo de gestão autoritário, em que o saber-fazer dos trabalhadores é desconsiderado, que se utiliza de equipamentos defeituosos, de jornadas extensas e uso intensivo da força de trabalho. E, por outro lado, pela submissão dos trabalhadores a essa forma de gestão, de acordo com os motivos que enunciamos.

No confronto travado nos pátios das pedreiras entre capital e trabalho, trabalhadores – com familiares, órfãos e viúvas de acidentados – travaram em seu cotidiano, uma luta de defesa em favor da saúde e da vida, que resultou no processo de construção do sindicato e nas conseqüentes modificações organizacionais, tecnológicas e culturais que favoreceram a redução do número de acidentes no sul do Estado.

Ainda assim, a irresponsabilidade do modo de gestão do trabalho, aliada à omissão, produziu um quadro desolador para as vítimas de acidentes. Estas contam com a parentela, com os vizinhos e amigos, com o sindicato e, sobretudo, com a fé em Deus, para superar essa marca trágica; são apoios fundamentais por contraposição ao descaso patronal e à ausência do Poder Público.

O acidente fatal é evento que, além do sofrimento intrínseco, descortina para a família as contradições próprias ao processo de trabalho, assinala que patrão não é o mesmo que amigo ou padrinho, que trabalho arriscado leva sim à morte e, tanto é assim, que se revela a existência de uma instituição específica de defesa dos

trabalhadores, o sindicato. Perdem algumas ilusões na luta por direitos; ganham em cidadania.

Foi preciso analisar a dimensão trágica do trabalho arriscado para poder abordar a complexidade da produção social do acidente de trabalho fatal, e contribuir nas vias de transformar o risco de morte no trabalho em mais vida para correr outros riscos, o de usufruir a alegria dos produtos do trabalho, mesmo que por alguns momentos, já que alegria, por sua natureza, dura pouco. Logo, queremos mais. Mas essa é a ética da vida.

Queremos mesmo mais: queremos políticas públicas voltadas para a saúde do trabalhador, em que os trabalhadores sejam ouvidos na sua singularidade; queremos assistência digna para os que, infelizmente, já foram atingidos por acidentes; queremos que trabalhadores possam ter a possibilidade simbólica e econômica de calcular um futuro para si e suas famílias, que os riscos sejam os previstos em seus projetos, nunca os impostos pelo processo de trabalho. Ambicionamos, sobretudo, que este trabalho contribua para a realização desses anseios.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século Edições, 1995.
- ARIÉS, Philippe. **Sobre a história da morte no ocidente**: desde a Idade Média. Lisboa: Editora Teorema, 1989.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Editora Abril S.A., 1981 (Coleção Grandes Sucessos).
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p.149-168.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.
- CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In Lancetti, Antonio (org.). **Saúde e loucura n. 4**: Grupos e Coletivos. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p.
- DAVEL, Eduardo. "Ethos" empresarial familiar e reestruturação produtiva-gerencial: sobre o campo simbólico da Chocolates Garoto. In GUALBERTO, João & DAVEL, Eduardo. **Inovações organizacionais e relações de trabalho**: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998. p.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. O culto do eu no templo da razão. **Boletim do Museu Nacional**, n.41, p. 1-69, 1983.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPQ, 1986.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias; GIUMBELLI, Émerson. As concepções cristã e moderna da Pessoa: paradoxos de uma continuidade. **Anuário Antropológico**, n. 93, p. 1994
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As redes do suor** A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói: EDUFF, 1999.
- DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho**: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KARASCH, Mary C., **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LACAZ, Francisco. Antonio de Castro. Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. 1996. **Tese** (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde**, São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

MINAYO, Maria Cecília Souza. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (Org.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 83-107.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e flexíveis**: marcas do estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MOULIN, Maria das Graças Barbosa; REIS, Cleilson Teobaldo dos; WENICHI, Grace Hitomi. No meio do caminho havia uma pedra: organização do trabalho e saúde no processo de extração e beneficiamento de mármore. In: KIEFER, Célia; FAGÁ, Iracema; SAMPAIO, Maria do Rosário (Org.). **Trabalho, educação e saúde**: um mosaico em múltiplos tons. Vitória (ES): Fundacentro, 2000. p. 221-240.

MOULIN, Maria das Graças Barbosa; REIS, Cleilson Teobaldo; WENICHI, Grace Hitomi. No caminho das pedras: organização do trabalho e saúde no processo de extração, transporte e beneficiamento de mármore. **Relatório Final de Pesquisa** (Curso de Graduação em Psicologia) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES), 2000a

MOULIN, Maria das Graças Barbosa; REIS, Cleilson Teobaldo; WENICHI, Grace Hitomi. Homens de pedra? Pesquisando o processo de trabalho e saúde na extração e no beneficiamento do mármore: relato de uma experiência. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, n. 3, p. 47-63, 2000/2001.

MOULIN, Maria das Graças Barbosa; REIS, Cleilson Teobaldo; WENICHI, Grace Hitomi. Homens do mármore, saúde de pedra. In: TRINDADE, Zeidi Araújo; ANDRADE, Ângela Nobre de (Org.). **Psicologia e saúde**: um campo em construção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 179-194.

NOSSA JÚNIOR, Leonêncio. Montanhas brancas: uma reportagem sobre os trabalhadores das pedreiras de mármore e granito do sul do Espírito Santo. **Monografia** (CCJE/Comunicação Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998

OLIVEIRA, José Irineu de. **O grito das pedras**: a romaria dos mártires do Mármore. Cachoeiro do Itapemirim: [s. n.], 2005.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SALVIANO DA COSTA, Izabel Lacerda. **Cachoeiro suas pedras sua história**. Cachoeiro de Itapemirim: [s. n.], 1991.

SPINK, Mary Jane P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 6, nov./dez. 2001.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

